

**Arquivo fotográfico Silva Magalhães - um novo olhar sobre Tomar do século
XIX**

Dissertação em Práticas Culturais para o Município

Setembro de 2013

Declaro que este Relatório é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, de de

Declaro que este Relatório se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

O orientador,

Lisboa, de de



António da Silva Magalhães

Tomar, [Meados do séc. XIX].

Prova em albumina, 6x11 cm. Coleção Particular Bizarro Magalhães Soares.

AFSM© Município de Tomar

IMPrensa "LA MERVEILLE"

DE

ANTONIO DA SILVA MAGALHÃES

99, Rua Direita da Varzea Pequena, 99

Encarrega-se da impressão de todos os trabalhos de repartições publicas, juntas de parochia, con-



Notas d'expedição a 100 réis o cento. — Bilhetes de visita desde 400 até 800 réis o cento. Remettem-se pelo correio, francos de porte, a quem enviar a respectiva importancia. — Também se pauta papel em todos os tamanhos.

frarias, misericordias, e para particulares.

Mappas para professores, a 500 réis o cento.

No mesmo estabelecimento se tiram retratos em todos os systemas, e bem assim, tem uma grande collecção de photographias de monumentos, paisagens e reproduções de quadros.

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Práticas Culturais para o Município, realizada sob a orientação científica de Santiago Augusto Macias e António Camões Gouveia

*Aos meus pais, irmão e
amigos*

E toda a obra de arte é capaz de desempenhar toda uma série de funções...

Jan Mukařovský

O sentido é o conhecimento e reconhecimento da referência, não se limita ao mero facto de um sinal ter uma referência. Como via de acesso à referência, constitui o valor cognitivo, o conteúdo informativo. (...) o sentido é um ingrediente da significação, que é aquilo que uma pessoa sabe quando compreende o significado de uma palavra.”

Maria Luísa Couto Soares in Do outro lado do espelho

Agradecimentos

Ao Professor Doutor Santiago Macias por me ter dado o rumo para que esta dissertação se concretizasse. Ao Professor Doutor António Camões Gouveia pela imensa paciência, dedicação e amizade.

À minha querida amiga Amélia Casanova, por todos os encontros que tivemos, a infinita paciência, o apoio incondicional e nas dicas para a pesquisa.

Ao amigo e Professor Doutor Luíz-Maria Pedrosa Graça pela longa conversa sobre Tomar e sobre a cultura e vivência tomarense. Também ao meu antigo Professor, e amigo, o Arquitecto José Becerra Vitorino pelo tempo dispensado, pela ajuda prestada nas diversas vezes que solicitei. Ao Senhor Arquitecto José Faria, que graças a Tomar e a António da Silva Magalhães desabrochou em amizade e muita luz sobre o tema a tratar. À Senhora Dona Alda que representou uma pedra angular no que concerne ao esclarecimento de dúvidas e à narração de histórias orais que se relevaram uma riqueza extrema.

À minha mãe Isabel e ao meu pai José, por estarem sempre ao meu lado e por me empurrarem para a frente em todas as ocasiões. Ao meu irmão Marcelo, por ter tido a toda a paciência do mundo para me ouvir a discursar e a mostrar as minhas constantes descobertas e perspectivas.

À minha colega e amiga Carla Guerreiro por todo o apoio, todo o incentivo prestado e os maravilhosos tempos passados pela baixa lisboeta a discutir perspectivas de trabalho.

Ao meu amigo Hugo pela abertura dos horizontes e o apoio incondicional.

Ao meu amigo Ricardo por me mandar trabalhar em vez de divagar sobre o vazio.

Ao meu amigo Pedro por toda a paciência que teve para me ouvir a discursar sobre o Silva Magalhães.

E, aos meus colegas de casa, Marcelo, Célia, Anabela e restantes, pelo constante estímulo e pelas longas conversas.

Obrigada a todos, sem a vossa colaboração conjunta, este trabalho teria sido uma tarefa bastante difícil, talvez até impossível.

Arquivo fotográfico Silva Magalhães - um novo olhar sobre Tomar do século XIX

Bárbara Godinho

Resumo

A partir do legado fotográfico herdado pelo município de Tomar e dentro das novas possibilidades para pensar a história das imagens a partir do Arquivo Fotográfico Silva Magalhães, surge uma releitura da História Local - um novo olhar sobre Tomar do século XIX – A História Local é a ferramenta nuclear para a compreensão e a percepção das nossas raízes, Seres, que antes de pertencemos a um país e a um continente, pertencemos a um local – a um microcosmos. A par da História Local, a consagração da fotografia não constitui uma novidade como elemento de compreensão e de um testemunho no seio da cultura, da historiografia, e do património. É, precisamente, com esta consagração que pretendemos mostrar um século XIX que testemunhava de forma subliminar, pela fotografia, a cidade de Tomar.

Palavras-chave: Século XIX, Tomar, Fotografia e História Local.

Photographic archive Silva Magalhães - A new look at the nineteenth century

Bárbara Godinho

Abstract

From the photographic legacy inherited by municipality of Tomar and within the new possibilities for think about the history of the images from the Photographic Archive Silva Magalhães, there arises a retelling of Local History - Taking a fresh look at the nineteenth century - History is Local nuclear tool for understanding and perception of our roots, Beings, that before we belong to a country and a continent, a place to belong - a microcosm. The pair of Local History, consecration photography is not new as an element of understanding and un testimony within the culture, history, and heritage. It is precisely with this consecration that will show a 19th century that witnessed so subliminal, for the photography, the city of Tomar.

Keywords: Nineteenth Century, Taking, Photography and Local History.

Índice

Índice	X
Abreviaturas.....	XI
Nota Prévia.....	1
Introdução.....	2
Vida e obra sumária de António da Silva Magalhães.....	12
Desenvolvimento –	
I - Urbanismo	
A influência da traça Medieval no urbanismo do século XIX	15
Novas Avenidas	17
Estética Cidadina	20
Toponímia	22
Ritmos e reedificação.....	17
Obras de carácter público	24
Obras de carácter particular.....	27
Arquitectura Efémera.....	29
II - A gestão e a vivência da cidade – sinais de civilidade	
Limpeza urbana	32
O gosto pelos jardins	41
Culto pela história, pela ciência, pela arqueologia	52
Banhos públicos.....	56
III - Imagens da cidade	60
Conclusão	71
Bibliografia.....	78
Anexos 1.....	86

Anexos 2	144
Anexos 3	146
Anexos 4	177
Anexos 5	193

Abreviaturas

AFSM – Arquivo Fotográfico Silva Magalhães

Nota prévia

O projecto deste trabalho recua, de certo modo, aos ensinamentos transmitidos na licenciatura e ao predominante gosto pela História da Arte. Associadamente, o património material e o património imaterial constituíram um dos pilares mestres do mestrado. A partir destas duas tónicas, decidi aglutinar o meu gosto com a transmissão do saber e elaborar o meu estudo e posterior dissertação. Na verdade, surgiu-me a ideia de que a História local do século XIX ousadamente se poderia sustentar a partir de um Arquivo fotográfico e receber uma nova visão e um novo estudo da cidade.

A forma como o trabalho se apresenta resulta do fruto de diversas pesquisas e a busca pelo melhor método para trabalhar parte de um acervo fotográfico, conseguindo, assim, não retirar toda a sua potencialidade e não deturpado o trabalho primário de António da Silva Magalhães.

Introdução

O objectivo deste estudo é dissecar a História da cidade de Tomar do século XIX a partir do acervo fotográfico António da Silva Magalhães que se encontra no Arquivo Fotográfico Silva Magalhães. Na década de 80 do século XX, José António de Magalhães Soares – neto de António da Silva Magalhães – e o seu cunhado – Jaime de Oliveira, doaram ao Município de Tomar, todo o espólio fotográfico que detinham de António da Silva Magalhães e filhos.

Embora o campo de estudo se cinja à História da Cidade, o Arquivo apresenta diversas temáticas que revelam o testemunho físico e ocular que António da Silva Magalhães captou, sensivelmente, no último quartel do século XIX. Posteriormente pelos seus filhos Mário Nery e Eurico Leopoldo nas primeiras décadas do século XX.

Estas fotografias apresentam imagens que a História dentro da sua formalidade não registou. Sobretudo no que concerne aos trajes, ao convívio das diversas camadas sociais, às tradições que são amplamente divulgadas como tendo um trajecto na cronologia do tempo e da história mas que a imagem apresenta argumentos – a nível do estilo evolutivo - que ditam precisamente o contrário.

É neste universo é composto por cerca de 5250 espécimes, entre as quais 3600 negativos em vidro e 1500 provas originais concretizadas nas diferentes técnicas – técnica da albumina, técnica do colódio com nitrato de prata, técnica do papel directo, entre outras.

Com o surgir deste Arquivo e a sua divulgação, foram aglutinadas a este acervo várias doações particulares bem como parte do espólio do fotógrafo António Passaporte. O Arquivo Fotográfico encontra-se, in situ, no Instituto Politécnico de Tomar que fez uma parceria com o Município de Tomar. Esta parceria consistia em restaurar e preservar adequadamente o acervo Silva Magalhães e protegê-lo devidamente. Há, no entanto, e onde fui atendida, na Casa dos Cubos – o local onde se encontra a Divisão Cultural da Câmara Municipal; o espólio em formato digital devidamente protegido em computadores. Contudo, não tive acesso a todo o conteúdo do acervo Silva Magalhães, o que eventualmente pôde ter condicionado a leitura das imagens da cidade.

O ponto de partida desta dissertação recaiu, como já foi referenciado, no acervo do Arquivo Silva Magalhães. A partir daqui e recorrendo a diversas fontes, entre elas o Arquivo Municipal de Tomar, tracei em linhas gerais três campos de estudo – os que foram possíveis obter – tendo em conta o olho fotográfico do fotógrafo, jornalista,

político mas sobretudo, consciente, António da Silva Magalhães e mais tarde, pelos seus filhos, e a minha formação em História da Arte - que foram: o Urbanismo da Cidade de Tomar do século XIX, Ritmos e Reedificação e Imagens da Cidade.

Tomar sofre um interregno a partir do século XV/XVI ao nível do crescimento urbano até aos finais do século XIX. É nesta altura que várias empreitadas de grande importância surgem na cidade. Nomeadamente a Avenida dos Grandes Combatentes e a Avenida Marquês de Tomar. Estas vias representam uma melhor logística quer na cidade em si quer na ligação das grandes cidades e vilas de Portugal nomeadamente Santarém, Leiria e Coimbra.

Analogamente ao nível urbanístico verifica-se com a estada do Infante D. Henrique a intenção de melhorar as questões higienistas da cidade. Eliminar os focos de infecção resultantes das águas paradas do Rio Nabão nas alturas mais quentes do ano. Como o leito era bastante larga – a Rua dos Moinhos tem precisamente esse nome por aí se situarem as azenhas de água. É nesta altura que a madra do rio é efectivamente definida. Surge, por isso, o Jardim da Várzea Pequena – recorde-se que os locais alagadiços e tendencialmente pantanosos recebem o nome de Várzea – este fenómeno é explicado a nível geológico pela sedimentação de calcários e outras pedras que se vão acumulando nas margens do leito do Rio. Já com o Rei D. João III outras medidas a nível higienista foram tomadas – a proibição de suínos e animais de grande porte dentro dos fogos do concelho.

Aparentemente estes elementos podem parecer desfasados das imagens e do olhar de António da Silva Magalhães emprega nas suas fotografias. Mas claro, na fotografia aparece a imagem, o elemento que o fotógrafo quer representar mas também os outros elementos que estão patentes nem que seja a um nível exógeno.

Apesar da estada da comunidade judaica em Tomar se situar até aos meados do reinado de D. Manuel I, crê-se que os judeus tiveram um papel importantíssimo a nível económico na cidade. A judiaria estava muito próxima das boticas – lojas – o que leva a crer que esta comunidade era uma prestadora de serviços aos Monges do Convento de Cristo – ou seja, ofereciam aos Monges aquilo que eles não poderiam efectuar.

Até ao século XIX a cidade era vista como uma aldeia de grande escala. Dando origem a que os diversos extractos sociais convivessem no mesmo espaço sem que existissem restrições ou conflitos sociais, como se pode observar a partir de algumas imagens do Arquivo Silva Magalhães. Estas vivências e formas de estar também se reflectem na forma de pensar dos tomarenses. Repare-se na evolução da toponímia. A

toponímia do século XIX representa precisamente esta forma de pensar e a evolução do pensamento.

Da mesma forma é no século XIX que se assiste aos ritmos e reedificação da cidade. Enfatiza-se a importância da construção e reconstrução em Tomar quer na esfera do público – o liceu, a biblioteca e alargamento do tabuleiro da ponte de D. Manuel I; quer na esfera do privado – apontamentos de arquitectura romântica, e a construção da Escola Primária Conde de Ferreira. A par das arquitecturas de carácter público e de carácter privado, surge a arquitectura efémera. Apesar de se inserir no contexto da arquitectura pública, a estrutura e a função têm um carácter muito específico.

A partir dos finais do século XVIII mas mais no início do século XIX, um pouco por toda a Europa, surgem as preocupações em torno da higiene e saúde públicas preventivas. Em Tomar estas preocupações verificam-se sobretudo, em torno dos esgotos e com os focos de infecções que os matadouros e os animais criavam. Ainda na óptica da saúde pública, devido à poluição causada pelas fabricas que surgiram em massa com Revolução Industrial, distingue-se o papel purificador do ar que os jardins e da arborização proviam. Porém, os jardins não tinham só a função purgante. Aqui havia uma série de vivências que António da Silva Magalhães registou. O passeio público – designação encontrada nos arquivos municipais - um Jardim Público como havia em Paris nos novos boulevards, ou em Lisboa com o Passeio da Avenida da Liberdade e posteriormente com o Campo Pequeno. Com o ano de 1834 dá-se o término das ordens religiosas. Tomar registou um crescimento populacional. Este acréscimo surgiu elevando número de monges integrados na vida da cidade. As funções primordiais dos monges eram o ora et laboram. Uma das formas de orar era pelo cântico e pela música. É precisamente com a actividade musical - que já existia em Tomar com as Bandas de Infantarias – que os monges subsistem. Tornando a cidade num centro musical de excelência, criando uma simbiose perfeita entre esta e os jardins.

Em Tomar, a par da eliminação dos focos de infecção, o cuidado em combater a poluição e o ar infectado pela via da oxigenação por acção das árvores, também se verifica a importância concedida aos banhos.

É nesta altura que se descobre o benefício dos banhos de praia. Portugal adquire este costume reproduzindo a moda de outros países europeus. Surge assim uma nova tipologia arquitectónica - arquitectura de vilegiatura . Esta arquitectura desenvolveu-se, sobretudo, na zona de Cascais, da Figueira da Foz, entre outras, e, em Tomar apesar do impacto ser bastante menor.

Na verdade, não foram encontradas quaisquer referências concretas que manifestassem o interesse de criar uma estância de veraneio. Contudo, Tomar possuía todos os elementos que a compunham. Água, barracas de banho – que António da Silva Magalhães tão bem registou – um pontão, um casino, teatro.

Mais tarde descobre-se o carácter medicinal das águas do Nabão dando origem às termas medicinais no Agroal – campo de agriões. O Agroal é uma das nascentes do Rio Nabão e serve de fronteira geográfica natural entre o município de Ourém e o município de Tomar.

Ainda, a partir do Arquivo fotográfico pode-se reconstruir algumas das imagens da cultura e da vivência da cidade, que, não tendo o mesmo impacto que as questões de civilidade apresentavam - tem o impacto e o registo cultural dos antepassados. São elas: as burricadas ao Agroal e a outros pontos do Rio Nabão, a Festa dos Tabuleiros e o Teatro que sempre teve um papel de relevo na vivência tomarense.

É precisamente o universo criado, representado e captado por António da Silva Magalhães e mais tarde por Mário Nery e Eurico Leopoldo, a alavanca para o estudo da cidade e a sua compreensão, já que um arquivo cheio de fontes escritas não inclui parte dos elementos que a imagem exhibe e é de todo o interesse o conhecer.

A metodologia seguida surgiu quase instintivamente e como remedeio aos diversos problemas encontrados.

Do acervo que me foi mostrado, escolhi aquele que melhor corresponderia aos critérios estabelecidos e referenciados na componente curricular deste mestrado, e após uma leitura e estudo prévio efectuado com os documentos do Arquivo Municipal, defini os campos metodológicos. Criei seis competências essenciais para captar, perceber e não perder a essência do trabalho.

Essas seis competências resumem-se a: competências iconográficas, competências narrativas, competências estéticas, competências enciclopédicas, competências linguístico-comunicativas e as competências modais.

Tentei retractar as competências iconográficas das fotografias. Tentei captar pela forma descritiva o que a imagem representava. Ou seja, a partir da imagem expliquei o que lá se encontrava a olho nu e a partir daí fazer a História da Cidade.

Retraí ainda as competências narrativas. Este trabalho surgiu após destringar as competências iconográficas, visto que tentei retractar a cidade, continuar a linha de

raciocínio a partir daquilo que vi no primeiro momento – a partir do conteúdo da narrativa do conteúdo próprio retrarei e criei linhas de sequências. Apesar de ter idealizado retractar a componente estética do acervo, não o fiz devido à limitação de páginas e por não se enquadrar efectivamente no trabalho, o que daria origem a um desfazendo de conteúdos. Mas a intenção primária consistia em criar tabelas como se tabelas de história se tratassem. Aí poria a data, o estado de conservação, a localização e a caracterização da imagem. A partir das linhas de sequências, introduzi o conteúdo do Arquivo da Cidade de Tomar, usando-o quase este arquivo como uma componente enciclopédica. Tinha a imagem e a partir daí desenvolvi-a, desenvolvi a história da cidade com o conteúdo existente no Arquivo e das diversas bibliografias consultadas. A partir do momento em que cruzei as diversas informações – a imagem com o texto – tive o cuidado de destrinçar e perceber se as competências linguístico-comunicativas faziam sentido. Ou seja, a partir da informação bibliográfica existente, tentei perceber se fazia sentido e ia ao encontro com a informação que estava nas legendas das imagens. Note-se que assinei um documento que definia peremptoriamente que não poderia alterar as imagens e sempre que apresentasse as imagens cedidas pelo Arquivo Silva Magalhães deveria conter a legenda fornecida. Relativamente a este ponto de vista, foi diversas vezes realçado durante o conteúdo do trabalho. Relativamente as competências modais que o trabalho apresentou, as competências que dizem respeito à interpretação do espaço e do tempo da imagem, não foram totalmente concretizadas devido, e como já em cima foi referenciado, não poder alternar as imagens.

Aquando o registo do tema da dissertação de mestrado, o tema já estava definido, contudo, como não havia um conhecimento efectivo das imagens do Arquivo Silva Magalhães e do conteúdo existente no Arquivo Municipal e na bibliografia em geral, escolhi um tema bastante lato que pudesse facilmente se adaptar ao miolo do trabalho. De facto, esta ideia revelou-se uma sábia aliada devido aos percalços sentidos durante a investigação e execução da tese.

É de igual modo importante referir que os diversos anexos correspondem às diversas fontes e proveniências das imagens. Quando consultei o Arquivo Silva Magalhães assinei um documento que me impedia alterar legendas, teria que reproduzir fielmente o conteúdo da legenda, mesmo que encontrasse a mesma imagem numa publicação exterior mas com diferente legenda. Da mesma, foi estabelecido que sempre usasse as imagens que me fossem cedidas teria que comunicar no Arquivo, caso as decidisse publicar teria que as pagar de acordo com uma tabela de preços vigente no Arquivo.

Por não ter visto todas as fotografias existentes no Arquivo, senti o meu trabalho restringindo. Foi diversas vezes perguntado aquilo que eu queria ver, e, claro que não tendo noção daquilo que existia no acervo fotográfico, pedi as imagens mais triviais.

A história de Tomar possui interessantes contornos, mas, como já entravam no século XX, não os referi por uma questão de não me dispersar e por uma questão de número de páginas pré-estabelecidas.

A partir da leitura efectuada às *Recordações* de César Gonçalves, criei uma linha cronológica e histórica dos momentos mais relevantes da cidade no século XIX que complementam o trabalho.

“Nasci aos 27 de Setembro de 1876 em Tomar, na rua do Pé da Costa, n.º15 (...).”¹
Ao mesmo tempo que nascia César Gonçalves em Tomar, nascia uma nova vida social e económica a partir do lucro industrial que começava já a desenvolver-se no século XVIII.

Contudo, o início do século XIX não fora tão pacífico como o seu fim. Logo, em 1807 Portugal recusa-se a aderir ao Bloqueio Intercontinental para honrar a aliança Luso-Britânica, Napoleão em resposta a tal recusa, invade a nossa Nação. Em Tomar, dão-se dois factos muito curiosos, os Franceses entram e destroem grande parte dos bens existentes no Convento de Cristo, nomeadamente um cadeiral tardo-gótico flamengo. Mas não incendiam, não invadem, nem lincham as ruas nem as populações devido à intervenção de D. Ângela Tamagnini, italiana residente em Tomar.²

¹ César, Gonçalves, *Recordações*. Editora Gráfica Portuguesa Limitada, Lisboa 1944.p.15

² Dona Ângela Tamagnini, sendo a única tomarense que na época dominava o francês, teve a ousadia de pedir protecção e garantias ao General Margaron, aquando as invasões francesas em Portugal. A par de evitar uma guerra sangrenta, e o saque da Vila, conseguiu ainda que três freires da Ordem de Cristo fossem perdoados da pena de morte. A par deste feito, a Senhora Dona Ângela Tamagnini “a introdução dos serviços de vacina contra a varíola. Foram árdus os momentos em que tentou, por todos os meios e à sua custa, vacinar as crianças e os adultos. O seu amor ao próximo foi de tal modo demonstrado que a levou a motar serviços para poder atender todos, e com tal abnegação e altruísmo, que a Instituição Vacínica, em documento datado de 31 de Outubro de 1812, agradecia à benemérita Senhora, os seus valiosos serviços da forma seguinte: *Instituição Vacínica (Criada pela Academia Real das Ciências de Lisboa no ano de 1812) A Instituição, fazendo muito apreço dos Trabalhos Vacínicos da Senhora D. Ângela Tamagnini de Abreu, teve a satisfação de a nomear sua Correspondente, esperando que continue a promover, quando estiver da sua parte, este tão importante ramo de Beneficência pública. Lisboa, 31 de Outubro de 1812.*

a) *Director: Dr. Justiniano de Melo Franco*

b) *Secretário: José Maria Soares.*” Rosa, Amorim, Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo – publicação subsidiada pelo Instituto para a Alta Cultura. Volume IV.Tomar, Tipografia Gouveia, 1968

Em 1828 o tomarense José Teixeira Madureira pede exílio devido à perseguição sentida pelo Governo de D. Miguel, na virtude de professar e propagar princípios liberais.

No dia 28 de Maio de 1834, António de Augusto de Aguiar edita um decreto que visa a extinção das Ordens Militares. Este impacto foi muitíssimo sentido em Tomar, visto haver cinco Conventos nesta cidade. “O Real Convento de Cristo, o Convento de S. Francisco de Tomar, o Convento de S. António dos Capuchinhos (Anunciada), o Convento de S. Francisco de Santa Cita e o Convento de Sta. Iria, este último de Freiras. Pouco antes de esse decreto ser editado, os Freires do Convento de Cristo tinham feito um inventário³ de todos os bens existentes para perceber o prejuízo da investida de Napoleão. O Decreto de 14 de Julho, deste Ano, ordenava a venda em hasta pública dos seus bens que, sobretudo os dos Freires de Cristo eram enormes e valiosíssimos.”⁴

No ano de 1837 o Concelho da Asseiceira extingue-se e é anexado ao de Tomar. Foi nesta Batalha designada por “Batalha da Asseiceira” que os absolutistas perderam contra os liberais, D. Miguel perde a tutela do reino e é enviado para Évora Monte e, posteriormente, para o exílio em Itália, Inglaterra e Alemanha.

A 28 de Outubro de 1843 a Rainha Dona Maria II visita a Vila de Tomar pela primeira vez. A Câmara solicita-lhe a elevação de Vila a Cidade. A 14 de Fevereiro do ano seguinte Tomar recebe a cópia da Portaria do Ministério dos Negócios do Reino, de 26 de Janeiro, pelo qual se manda comunicar que a S. M. a Rainha tinha diferido o pedido que a Vila fosse elevada à categoria de cidade. Onze anos depois, no dia 25 de Setembro de 1866 falha a segunda tentativa de constituição do Distrito de Tomar. No mês de Junho do ano 1846 dá-se um grande motim “anárquico” na cidade de Tomar pelo facto dos moleiros não venderem farinha, “e isto para o fim de descontentarem e excitarem o povo contra o pagamento do imposto municipal sôbre este género”.⁵

Um dos efeitos subliminares sentidos da extinção das ordens religiosas de 1834 é que os sinos das Igrejas e Capelas do município passaram a ser tocados com a expressa autorização da Câmara.

³ O inventário encontra-se todo digitalizado no Anexo n.º5

⁴ *Anais do Município de Tomar – 1801 – 1839*.p.426

⁵ *Anais do Município de Tomar – 1840 – 1869*.p.88

No mês de Abril ano de 1870 inaugura-se em Lisboa a estátua de D. Pedro IV, em Tomar surge a primeira estação Telegráfica, que foi instalada na casa de arrendamento da D. Maria Joaquina Tereza de Alcobia e Silva. Constrói-se na Várzea Grande o Coreto móbil para a Banda de Caçadores 12 tocar. No ano de 1871 a população do concelho rondava sensivelmente os 22.000 habitantes. O Vereador Alves Pinheiro executa um plano para abastecer a cidade de água potável. Em 1872 surge o primeiro Cemitério Público do Município. No ano seguinte, 1873, A Rainha Dona Maria II tem um naufrágio na Vila de Cascais. Em Tomar continuam-se a criar medidas de higienização municipal, desta vez constrói-se o primeiro cemitério para animais. Pelo ano de 1874 os lavradores André Coutinho & Irmão, de Tomar; e Francisco António, da Charneca da Madalena participam na Exposição Internacional de Londres. A 12 de Novembro fundou-se a Banda Nabantina. Neste mesmo ano a taxa populacional rondava os 21.984 habitantes. No ano seguinte o Sr. Engenheiro Francisco Goulard, ofereceu-se para levantar a planta da cidade de Tomar, onde estaria patente, ainda, a cota das ruas, a canalização de águas, entre outros estudos. Infelizmente esta Planta e este estudo encontram-se desaparecidos. Na mesma data, ainda, há uma nova vaga de arborização pela cidade onde se contava com 200 olmeiros, 70 eucaliptos e 10 árvores de folha perene. Pelo ano de 1876 faleceu o Marquês Sá da Bandeira, é criado no Distrito de Santarém um Corpo de Polícia Civil para fiscalizar os estabelecimentos públicos. O tomarense Visconde de Vila Nova da Rainha recebeu um Diploma de Mérito por expor na Exposição de Viana de Áustria. Em 1877 a Câmara Municipal implanta no ensino tomarense o método do Dr. João de Deus e encomenda vários exemplares da “Cartilha Maternal”. António da Silva Magalhães é seleccionado para ir à Exposição Universal de Paris de 1878.

Com o progresso do país, o republicanismo começa a expor-se cada vez mais, até que no dia 2 de Fevereiro de 1879, a Professora Angelina Vidal e o procurador de Tomar, Luís Pereira Campeão, fundam o primeiro jornal Tomarense, “A Emancipação - Semanario Democratico”, onde era composto e impresso na “Imprensa La Merveille, Thomar”, a tipografia de António da Silva Magalhães. Neste mesmo dia, António da Silva Magalhães começa a organizar o seu Museu Zoológico, Arqueológico e Regionalista. Neste mesmo ano, “a Câmara, tendo consultado o Bacharel formado em medicina Dr. José Maria de Sousa, que informou ser o caso de muito interesse, deliberou fazer a aquisição dos instrumentos necessários para estabelecer nesta cidade um Observatório Meteorológico, segundo a proposta da Casa Comercial Miramon

Grille, de Paris, com filial nesta Cidade.”⁶ Neste ano, o Jornal Semanário, a Emancipação, altera o subtítulo para “Semanário Republicano Federal.”, É neste mesmo ano que se extingue o Jornal⁷.

No dia 2 de Maio de 1880 surge o semanário *A Verdade* – que se intitulava como: “Politico, Literário, Científico, Agrícola e Noticioso.”, O seu proprietário e editor era António da Silva Magalhães e o redactor principal o Dr. Afonso Martins Velho.

Em Janeiro de 1884 surge o semanário *O Tomarense*, de índole monárquica dirigido por Tomás Araújo de Bastos. Em Maio do mesmo ano, o município recebeu um ofício do Conde de Tomar, a anuir que se iria construir uma Escola Industrial⁸ nesta cidade. Ainda no mesmo ano, é inaugurada a Praça de Touros, sendo uma das melhores do país.⁹

No ano de 1885, há um ataque profundo de varíola na cidade, o qual até é documentado no Jornal *A Verdade*.¹⁰

Já na última década do século XIX, 1892, surge em Tomar o semanário, periódico independente, *Correio de Tomar*, dirigido por José de Noronha.

Em 1893, funda-se a Associação *Humanitária Bombeiros Voluntários de Tomar*.

O século XIX representa para a sociedade tomarense a charneira daquilo que actualmente somos. É naquele século que o carácter do mecânico e o carácter do imediato ganham expressão e toda a tónica da vivência tem que passar quase necessariamente por estes dois adjectivos. A fotografia que começara a dar os primeiros passos com Leonardo da Vinci como auxiliar do desenho, da ilustração e da pintura, no século XIV. Por fim adquire uma nova expressão no século XIX, com os franceses Niépce e Daguerre. Estes dois homens de forma quase autodidacta, e de forma independente, conseguem fixar a imagem da câmara escura com a ausência da intervenção humana, a par do carácter do mecânico e do imediato, criaram uma noção de mimética nunca antes vista. Neste sentido, e numa face ainda muito inicial, a

⁶ *Anais do Município de Tomar – 1870 – 1900*, p.155

⁷ Manuel Brás Venâncio refere que o último jornal conhecido é o volume n.º68 e que corresponde ao dia 16 de Setembro de 1880.

⁸ Que se iria chamar Escola Industrial Jácome Ratton.

⁹ Pode-se ler a informação adjacente à Praça de Touros no anexo n.º4, imagem 3.

¹⁰ Anexo n.º 4 – imagem 6.

fotografia apropriou-se das tradições da pintura, do desenho e da gravura, no sentido de uma reprodução da realidade que denotasse semelhanças com o reproduzido. A fotografia introduzida em Tomar por António da Silva Magalhães, é precisamente a catapulta para o estudo, uma visão e uma interpretação de Tomar do século XIX.

António da Silva Magalhães (1834-1897)

A biografia de um homem não é a obra de arte dele. Contudo, a biografia do homem pode influenciar a sua arte. Pode influenciar o meio onde vive e toda uma geração por simbiose.

António da Silva Magalhães nasceu a 19 de Junho de 1834, em Tomar. Os seus pais eram: Manuel da Silva Magalhães – escrivão da Câmara de Tomar e Provedor da Misericórdia em 1856 – e, Maria do Carmo das Neves e Silva. António teve mais dois irmãos, Francisco da Silva Magalhães que o influenciaria positivamente anos mais tarde, e Maria Cândida de Magalhães.

António da Silva Magalhães casou com D. Maria da Piedade Rodrigues Faria e Silva. Desta união geraram nove filhos. Dois rapazes: Mário Nery que desenvolve o gosto pela fotografia e dá continuidade ao estúdio fotográfico com o seu irmão Eurico Leopoldo. E sete raparigas: Maria Luiza, Gabriela Celestina – viveu na Barquinha onde abre um estúdio fotográfico com o seu esposo; Flora Cecília, Maria Ludovina, que também partilhava o gosto pela fotografia, Emília Virgínia, Heloísa Cristina e Alda Beatriz.

De acordo com as informações retiradas do catálogo da exposição fotográfica de António da Silva Magalhães que foram analisadas e confirmadas pelas pesquisas efectuadas durante a execução da dissertação, tudo leva a crer que António da Silva Magalhães foi o introdutor da fotografia em Tomar, instalando o atelier na actual Rua Silva Magalhães. “Contemporâneo de Carlos Relvas¹¹ (1838 – 1894), iniciou a sua actividade comercial como fotógrafo em 1862, ano em que é fundada a “Typographia Photographia Silva Magalhães”.”¹²

De acordo com as informações do catálogo de exposição efectuada em 2004, a colecção é composta por 5250 espécies fotográficas, das quais cerca de 3800 são negativos de vidro. Há cerca de 1500 provas recentes, efectuadas na década de 80 do século XX pelo fotógrafo Lopes Cardoso a partir dos negativos Silva Magalhães (Pai e Filhos).

¹¹ Referência a Carlos Relvas num dos seus Jornais. Pode-se ler o excerto no Anexo 5 – excertos e informações retirados do Jornal d’A Verdade. Imagem n.º14.

¹² António da Silva Magalhães, *Photographo de Thomar*, catálogo da exposição. Coord. António Ventura, Março de 2004

Personalidade de relevo no meio tomarense, além de fotógrafo¹³, destacou-se por diversas actividades: foi o fundador, o editor e o escritor principal do jornal republicano “A Verdade” publicado entre 1880 e 1916, onde era editor e jornalista até à data da sua morte. Que bebeu directamente do Jornal *A Emancipação* de Angelina Vidal – “É provável que a presença de Angelina Vidal em Tomar 8Cfr.o. n.º32) se deva ao Dr. Francisco da Silva Magalhães, médico naval e autor de uma obra científica de que o jornal anuncia, *As febres intermitentes e a hematuria Memoria sobre as febres palustres de Timor*. Tomarense ilustre com notável acção nas áreas portuguesas da Indochina e de Macau, onde fundou o jornal O Oriente, sustentando um contencioso com o governador Januário Correia de Almeida, 1.º Visconde de S. Januário (1872 – 1874), que lhe valeu um castigo para Timor, igualmente privou em Macau com D. Sinibaldo de Más, o autor de Ibéria, referido atrás. Personagem relativamente esquecida, autor de estudos hoje perdidos ⁽²³⁾, o Dr. Francisco da Silva Magalhães foi companheiro do marido de Angelina Vidal, o Dr. Luiz Augusto Campos Vidal, também médico da marinha e falecido na Guiné em 1894 e era, na época, considerado o elemento cientificamente mais qualificado dos Silva Magalhães.¹⁴

Foi ainda, escritor, tipógrafo, vereador da Câmara Municipal de Tomar. Republicano nato com fortes convicções dos ideais franceses.¹⁵ ¹⁶ Devido a este cunho político e contrariamente do que acontecia com os outros vereadores e ilustres tomarenses, António da Silva Magalhães nunca foi convidado para levar algum pendão ou participar na Procissão de Corpo de Cristo¹⁷. No ano de 1878 António da Silva Magalhães participa na Exposição Universal de Paris na qualidade de Tipógrafo Fotográfico¹⁸,

¹³ Pode-se ler a referência ao seu trabalho como fotógrafo na imagem n.º 10 do anexo 5. Pensa-se que a sua fortuna foi adquirida pela quantidade de retratos e imagens retirados.

¹⁴ Murta, Amândio Marques, Boletim *Cultural* n.º3 – Março de 1982.p.44

¹⁵ Pode-se ler na imagem n.º 12 e 12.1 do anexo 5, o gosto e o orgulho pelo republicanismo.

¹⁶ Pode-se ler na imagem n.º 13 e 13.1 do anexo 15 a defesa acérrima do republicanismo, contudo, cheia de ironia, dando para perceber o carácter de António da Silva Magalhães.

¹⁷ Sabe-se através da imagem n.º 11 do anexo 5, a ideia que se tinha da religião dentro da tipografia de António da Silva Magalhães. Apesar de não ter sido ele o autor do artigo, nota-se que partilhava das mesmas ideias e convicções. Não faria sentido, também, que assim não fosse. Um homem ligado à ciência e ao desenvolvimento decerto questionava muito a religião.

¹⁸ António da Silva Magalhães organizou diversos álbuns temáticos com o intuito de comercializar e de oferecer aos amigos (algumas dessas imagens podem ser vistas no Anexo 1). O seu trabalho, mestria e acabamentos são indiscutíveis.

juntamente com outros industriais do Concelho. Negociante. Fabricante de licores. Cientista, agrícola e industrial¹⁹ – fez a modernização de moinhos e azenhas da Ribeira de S. Gregório e a modernização da mecanização da serração a madeira. Coleccionador e numismata. Funda o jornal *A Verdade em 1880*, que conta com uma série de colaboradores de relevância. Os anais do município, de resto, informação que se poderia confirmar no cabeçalho do jornal da mesma altura. Dr. Afonso Acácio Martins Velho²⁰, Dr. José Pereira Mendes, Dr. Francisco da Silva Magalhães²¹, entre outros homens de renome. Por ser um Jornal de relevância nacional *A Verdade* era lido por todo o país e mesmo em vários locais da Europa, possuía diversos correspondentes, que eram designados muitas vezes por “enviados especiais”.²²

- Presidente do grupo democrático Silva Magalhães. Fundador do grupo de teatro “Amadores Dramáticos de Tomar”, cuja récita inaugural terá sido a 6 de Janeiro de 1882, onde foi actor e encenador. Foi, ainda o responsável pela introdução do automóvel em Tomar bem como a criação do primeiro Museu.

No ano de 1886 António da Silva Magalhães bem como: Dr. Afonso Acácio Martins Velho, José Coelho Pereira, José Joaquim de Araújo e Domingos Pereira Campeão com a lista do Partido Republicano para a Câmara de Tomar, contra outras duas listas, o Partido Progressista e o Partido dos Regeneradores. Venceu o Partido Progressista.

¹⁹ No anexo n.º 5, imagem 7, pode-se ler as referências comerciais e agrícolas que António da Silva Magalhães.

²⁰ Vereador e advogado de renome na cidade.

²¹ Irmão de António da Silva Magalhães. Coursou medicina na Universidade de Coimbra, exerceu medicina no Algarve e mais tarde integrou a Marinha Portuguesa. Devido aos seus ideias republicanos, que causavam algum incómodo, foi enviado para Timor, Índia, Macau e China. Foi íntimo de Angelina Vidal, por parte do esposo desta. Pode-se ler vários artigos do “enviado especial de Manila” ou outros locais. Francisco da Silva Magalhães criou o jornal *O Ocidente*, e graças a este jornal e ao grande estímulo que exercera sobre o irmão, António da Silva Magalhães criara *A Verdade*. Coleccionou objectos preciosos e enviou outros para o Museu do irmão, António da Silva Magalhães. Francisco ainda escreveu vários livros científicos que se podem encontrar na Biblioteca Nacional de Portugal, tais como: *As febres intermitentes e a hematuria* : memoria sobre as febres palustres de Timor / Francisco da Silva Magalhães. - Macau, 1874 e *as Instruções para a Cultura do Tabaco em Timor* – impressa em Macau em 1881. A par dos livros científicos, Francisco também fotografava. No Jornal da Verdade, – 1.º Anno – n.º 21 de 19 de Setembro de 1880 –p.6. Pode-se ler: “Do nosso zeloso correspondente em Manila recebemos varias photographias representando as ruínas causadas pelo terramoto em Manila e juntamente, alguns jornais e gravuras representando os movimentos do pendulo do sismómetro produzidos pelos diversos tremores consecutivos (...).

²² Pode-se ler esta referência na imagem n.º 8 e 10 do anexo 5.

Desenvolvimento

I-Urbanismo

1.1-A influência da traça Medieval no Urbanismo do século XIX

“Tomar, a terra tomarense, julga-se ter tomado a sua forma actual a partir do Infante D. Henrique.

Governador da Ordem de Cristo, diz-se (... e com fundamento) que lhe devemos as estruturas do aglomerado populacional a que, hoje, chamamos “cidade velha” (... exemplo e lição a estar presente no “pensamento” dos técnicos urbanistas actuais, quanto a Tomar). Estruturas que se completaram até ao século passado.”²³

“Na cidadezinha tudo sabia a povo. E, muito raramente, uma ou outra casa de pequeno fidalgo provinciano (a dizerem da excepção que confirma a regra). Mas essas, também, casas modestas, sem espavento...

As ruas corriam para o rio. Para o encanto. Ruas que outras ruas cortavam, desenhando quarteirões graciosos, rectangulares.”²⁴ “O novo burgo de Tomar, na margem poente do Nabão a partir 1490, deveu-se à Ordem de Cristo. Há uma compra colectiva de todas as casas que os burgueses detinham intramuros no Castelo. Com este processo de “expropriação” a população de Tomar abandona definitivamente o Castelo que lhe servira de cidade murada nos séculos primeiros de Portugal.”²⁵ Devido ao aumento populacional e à falta de riqueza²⁶ não podiam viver num local tão favorável - protegido e perto de Deus - a cidade aos poucos começa-se a desenvolver extramuros. Surgindo, desta forma, nas imediações das muralhas do Castelo, a Vila de Baixo. As primeiras ruas que surgiram nesta cidade foram: a rua do Pé da Costa de Cima²⁷, rua do Pé da Costa de Baixo²⁸ e as escadinhas do Alto do Piçarra²⁹.

²³ Ferreira, Fernando Araújo, *Tomar de Ontem e de Sempre* in: *Tomar – perspectivas*. Coordenação e organização José Jorge Couto Ferreira/ João Alberto Rosa. Edição Festa dos Tabuleiros 1991.p.15

²⁴ Idem, *Ibidem*.

²⁵ Barbosa, Álvaro José, *O Castelo Templário e o Convento da Ordem de Cristo em Tomar, Sempre* in: *Tomar – perspectivas*. Edição Festa dos Tabuleiros 1991.p.53

²⁶ A riqueza concentrava-se somente nos Templários e posterior Ordem de Cristo até aos finais do século XVIII. A vivência da cidade poder-se-á considerar uma vivência de vassalagem.

²⁷ Pé da Costa de Cima devirou da expressão “No sopé de cima”.

Com a expulsão indirecta da população das muralhas do castelo e a sua fixação na Vila, aglutinada àquela existente na Vila, a taxa populacional cresce significativamente. É neste contexto que surge a necessidade de se contribuir os primeiros edifícios públicos.

O Senhor arquitecto tomarense José Inácio da Costa Rosa refere: “no Chão de Pombal onde hoje se encontra a rotunda da Ponte Nova, e onde Gualdim Pais deu o segundo foral a Tomar, situando-se aí o Cartório da Ordem e a Domus Municipalis com o seu pelourinho românico.”³⁰ ³¹ Esta organização estimula o desenvolvimento e o crescimento da Vila, encontrando de forma quase natural e homogénea a traça que actualmente tem.

No Reinado de D. Manuel I, a *Domus Municipalis* passa para as boticas, edifício situado na actual Praça da República – antiga Praça e depois Praça de D. Manuel I. Gerando todo um desenvolvimento público e social em torno da *Domus*, o coração da cidade.³²

O grande desenvolvimento qu

Só no século XIX é que a Vila e, depois, Cidade sofre um desenvolvimento considerável. Este progresso deve-se ao novo paradigma de cidade que surgiu a partir dos finais do século XVIII. Em Tomar, a par de Lisboa³³ entre outras cidades europeias, surge uma concepção urbanística nunca antes observada. O rasgamento das novas avenidas – neste caso, Avenida Marquês de Tomar e Avenida dos Combatentes da Grande Guerra. A par de uma nova estética que se pode observar nas páginas seguintes.

²⁸ Pé da Costa de Baixo derivou da expressão “No sopé de baixo”.

²⁹ Piçarra é uma definição genealógica para um aglomerado de terras compostas por saibro, pedras e terra. Este nome deu origem a que mais tarde um grupo de eruditos tomarenses o adoptasse – Grupo do Alto do Piçarra. Estas escadinhas são também designadas pelo Caminho de São Tiago. É o primeiro caminho que liga a parte de baixo da cidade – a planície da cidade - ao Castelo.

³⁰ Rosa, José Inácio Costa, *Tomar – perspectivas*. Edição Festa dos Tabuleiros 1991.p.68

³¹ Como se pode observar na imagem 26, anexo n.º3, já lá se situava o pelourinho.

³² A única imagem que há da cidade, que não corresponde efectivamente à realidade, é do século XVII e foi efectuada por Pier Maria Baldi, gravura 59 do livro *A viagem de Cosme de Médici por Espanha e Portugal, 1669*. Pode-se ver a imagem no anexo n.º 3, imagem n.º 29.

³³ Apesar de Lisboa ser uma excepção no paradigma urbanístico.

1.2-Novas Avenidas

“D. Maria II honrou Tomar com a sua visita, por 2 vezes:

A primeira, em 28 de Outubro de 1843; a segunda em 4 de Setembro de 1845. Em 21 de Setembro de 1843, a Câmara, Presidida pelo Dr. António Garcia da Mata e de que eram Vereadores Ricardo José de Barros e Vasconcelos, José Tavares Barreto Júnior, Feliciano Tomé da Silva, Dr. José Delgado da Silva, João Mousinho de Sousa Zuzarte da Silveira, meu bisavô, e Adrião Álvares da Silva, reuniu em secção extraordinária, tomou conhecimento da comunicação do Governo Civil, acerca da disposição da Sua majestade a Rainha, El-Rei e os 2 príncipes mais velhos, em saírem da corte de Lisboa em direcção a Vila Nova, Santarém, Abrantes e mesmo Tomar, querendo honrar com as suas Augustas Presenças os habitantes desta Vila. Mais determina o Governo Civil que a Câmara tome as medidas mais energéticas e conducentes para serem recebidas com aquele decoro correspondente a Suas Augustas Majestades e que se passem a fazer os consertos necessários nas estradas do seu trânsito.”³⁴

A par do crescimento demográfico, a Rainha D. Maria II foi quem despoletou, de forma indirecta, o desenvolvimento de Tomar no século XIX a nível viário. Apesar da sua visita se ter efectuado na primeira metade do século XIX, é a partir daqui que se começa a ganhar uma nova consciência do estado viário e se efectuam as grandes obras, como a citação anteriormente o refere, que viria retirar definitivamente Tomar do plano tão medieval que possuía e conceber o salto para o progresso do século XIX.

1.2.1-Avenida dos Combatentes da Grande Guerra

Já no fim do ano de 1866, com os primeiros laivos de crescimento da cidade³⁵ para Oeste, a Câmara decide rasgar uma nova artéria na cidade, a actual Avenida dos Combatentes da Grande Guerra. Esta rua pretendia “atravessando o quadrado e tomando como ponto de partida a frente do novo portão que se há-de abrir no edifício do extinto

³⁴ Rosa, Amorim – História de Tomar-pp 83-84.

³⁵ Recordemos que o Cemitério da Misericórdia se encontrava a Oeste da Cidade bem como o Matadouro público, como mais à frente se pode confirmar.

Convento de S. Francisco, e que esta nova rua se pusesse em contacto, ou comunicação, com a outra rua do quadrado que está para o lado do sul, por meio duma rua central.”³⁶ Embora a ausência de referências mais pormenorizadas no Arquivo Camarário que permitam um estudo mais a fundo, conhece-se a intenção e a altura em que tal Avenida foi aberta.

1.2.2- Avenida Marquês de Tomar

A documentação encontrada que relata e pormenoriza a Avenida Marquês de Tomar faz jus à Avenida dos Combatentes da Grande Guerra.

A 25 de Março de 1875 o Ministro das Obras Públicas Comércio e Indústria – João Gualberto de Barros e Cunha – visita Tomar. É nesta altura que o Presidente da Câmara – Dr. José Maria de Freitas – refere a necessidade de se abrir uma artéria na cidade que visará a ligação da estrada entre Tomar e Chão de Maçãs (localidade nas proximidades da actual cidade de Ourém), da estrada real n.º 15 - Santarém – Leiria³⁷ - com a estrada real n.º 51 - Barquinha – Coimbra – unindo o troço junto à Ponte sobre o Rio Nabão (a Ponte D. Manuel), seguindo a margem direita do Rio até ao Jardim da Várzea Pequena. Tal pedido foi atendido prontamente.³⁸

Desta forma, em 1878 o Município decide englobar no contrato uma nova via que passaria no cume da Rua da Graça ao Convento de Cristo³⁹, efectuando uma segunda ligação ao Largo da Várzea Pequena - a proposta foi aceite. Dando origem à construção do Largo da Várzea Pequena, em Agosto de 1881. Apesar deste largo se inserir no Passeio Público da Cidade, esta construção tinha o intuito primário de dar uma melhor logística na ligação das reais estradas entre Santarém e Leiria e da Barquinha a Coimbra.

³⁶ Anais do Município de Tomar – 1840-1869.p.268

³⁷ No anexo n.º 1, imagens n.º 20, n.º 21 e n.º 22 mostram a Estrada para Leiria, antes das obras.

³⁸ A obra desenrolou-se da seguinte forma: alargamento do tabuleiro da Ponte de D. Manuel (ponte velha), alargamento do Largo da Ponte que ficaria estagnado, começo da abertura da Avenida Marquês de Tomar que sofreria um interregno, juntamente com o Largo da Ponte para se poder fazer uma via que passaria pelo Convento de Cristo. Retomava-se a Avenida já com algumas alterações para evitar custos maiores, e por fim dá-se o término do Largo da Ponte. Após esta empreitada proceder-se-ia ao aformoseamento da Alameda.

³⁹ Junto ao alto do Piçarra – Alto do Piçarra foi uma designação adoptada, posteriormente, por um Grupo de homens doutos tomarenses, que devido às actividades apresentadas, tinham grandes semelhanças com a Geração de 70 e, posteriormente ao Grupo do Leão.

No final de 1882 o troço da nova Avenida é alterado pela virtude de não se efectuar demasiadas expropriações e tornar o orçamento mais baixo.

António da Silva Magalhães fotografa a Ponte sobre o Rio antes da empreitada e do rasgamento da via⁴⁰. Observa-se um gradeamento pesado e pouco elegante. Observa-se, ainda, a existência de um pequeno largo⁴¹. Este largo desaparece aquando o rasgamento da Avenida Marquês de Tomar. A partir, ainda, das imagens de António da Silva Magalhães, observa-se a inexistência da adufa no Açude dos Frades, sendo só colocada em 1884. Esta adufa solucionaria parte os problemas associados às cheias⁴², que continuam a existir até à data.

Em 1886, verifica-se que a empreitada está quase concluída. Seleccionam-se as diversas espécies de flora a plantar. Após a selecção das árvores e dos arbustos, decidiu-se substituir a cortina de alvenaria - que servia de resguardo da Avenida para o Rio - por gradeamento igual àquele que constava na ponte de D. Manuel I.⁴³

Com a Nova Avenida já ornamentada e integralmente concluída⁴⁴, em 1887, criam-se novas Posturas Municipais que visavam, sobretudo o asseio e a preservação deste novo espaço da cidade:

É proibido levar gados a beber ou a banhar-se no Rio Nabão, junto ao Cais da Várzea Pequena.

É considerado como incursão na proibição aquele cujos gados forem encontrados divagando, pastando ou permanecendo, tanto no Jardim da Várzea Pequena, como na Alameda que fica junto ao Cais da mesma Várzea.

*É proibido o trânsito de carros e veículos de duas ou quatro rodas e bem assim o trânsito de cavalgadas e gado de qualquer espécie pela rua central do Passeio da Várzea Pequena, compreendido entre o Jardim e Alameda da mesma Várzea.*⁴⁵

⁴⁰ Imagens n.º 30 e n.º 31 do anexo n.º 1

⁴¹ Encontrei diversos nomes para este largo. O Largo de Olivença. O Largo da Azinheira. E o Largo da Ponte.

⁴² No anexo n.º 3 as imagens n.º 14 e n.º 15 que testemunham precisamente este fenómeno.

⁴³ Imagens n.º 32, n.º 33, n.º 34 e n.º 35 mostram já a ponte com o tabuleiro alargado.

⁴⁴ As imagens n.º 34 e n.º 36 do anexo n.º 1 mostra a Avenida Marquês de Tomar já concluída e aformoseada.

⁴⁵ Anais do Município de Tomar – 1870-1900.p.264

1.3-Estética cidadina

Contrariamente ao que se observava em Lisboa, o crescimento de bairros nos limítrofes, Tomar, nunca deixou, desde os finais da Idade Média, o coração da Vila na Praça de D. Manuel I⁴⁶. Até ao século XIX, com mais ou menos população, os limítrofes da Vila e depois Cidade, cingiram-se, praticamente, aos espaços públicos da Várzea Grande⁴⁷, à Ermida de S. Gregório⁴⁸ que se situava no limítrofe do Jardim Público e Bosque da Várzea Pequena, o Convento de Cristo⁴⁹, a igreja de Santa Maria dos Olivais⁵⁰ e o Pinhal de Santa Bárbara⁵¹ que se situava à direita da estrada Real para Paialvo e Torres Novas.

No que diz respeito à estética propriamente dita, na Vila de Tomar não havia um plano efectivamente traçado e delineado, sobretudo no que dissesse respeito à estética e à traça das ruas.

Nos meados do século XIX por uma questão de eficiência, de desobstrução da via e por uma questão estética; determina-se a demolição de todos os alpendres dos ferreiros existentes na Rua dos Estaus. Esta medida foi a grande instigadora de um sem número de medidas que surgiram para criar a “regularidade e aformoseamento dos prédios e ruas públicas desta vila, delibera-se que se demolissem todos os guarda-chuvas das diferentes lojas, assim como que fique proibido a todos os lojistas e mais pessoas que venderem em loja pública, o fazer sobressair fora das ombreiras das mesmas portas quaisquer mostras de fazendas ou tabuletas, o que lhes fica permitido da parte de dentro das mesmas portas, cuja medida é extensiva a todos os taberneiros que só poderão ter os ramos da parte de dentro das mesmas ombreiras.”⁵²

⁴⁶ Imagens n.º 7 e n.º 11 do anexo n.º1.

⁴⁷ Imagens n.º 39 e 40 do anexo n.º1.

⁴⁸ Imagens n.º 19, n.º 20 e n.º 21 do anexo n.º 1.

⁴⁹ Imagem n.º 16 do anexo n.º 1.

⁵⁰ Imagens n.º 12, n.º 13, n.º 14 e n.º 15 do anexo n.º1.

⁵¹ Imagem n.º 38 do anexo n.º 1.

⁵² Anais do Município de Tomar – 1840 – 1869.p.19.

Já no final do século XIX destroem-se três ilhas presentes no Rio Nabão. Uma na Várzea Pequena e duas junto ao Flecheiro (Matadouro Municipal)⁵³. Apesar da informação ser escassa no Arquivo Camarário, percebe-se a intenção séria e constante se aformosear e melhorar a cidade.

Ainda dentro do contexto do desenvolvimento e da homogeneização da Vila, introduz-se o nome das ruas em placas e o número nas portas. Esta medida tinha sido incutida em 1842 pelo Código Administrativo criado pelo Administrador do Concelho mas não tinha sido aplicada “por não lhe reconhecer necessidade e interesse para os interesses do Município.”⁵⁴

Esta decisão bem como outras que não foram nem serão referenciadas neste trabalho, são o reflexo da grande taxa de analfabetismo sentida no município. A 29 de Maio de 1840 “a Câmara informa o Administrador do Distrito de Santarém que as deficiências havidas no cumprimento de disposições legais referentes às variadas eleições que então a meude se realizavam, provinham da insuficiência dos membros ou da maior parte das Juntas que bem poucos sabem, quando muito, fazer o seu nome...”⁵⁵

As novas empreitadas e a necessidade de aformosear os espaços das Vilas e das Cidades estavam muitas vezes ligadas com “a promoção destes espaços deve ser encarada, conjuntamente com a divulgação do calcetamento decorativo de passeios e largos e a cobertura das fachadas com azulejos de fabrico industrial, como uma das marcações expressivas mais fortes do urbanismo romântico que, nos anos de 1850 – 1870, sem resolver nenhum dos problemas fundamentais da urbe, a moldou perenemente.”⁵⁶

Apesar da realidade tomarense estar ligeiramente desfasada da realidade lisboeta, por uma série de factores, existiu efectivamente uma promoção destes espaços, sobretudo na Praça de D. Manuel I, a actual Praça da República.

⁵³ Imagem n.º 1 do Anexo n.º2.

⁵⁴ Anais do Município de Tomar – 1840 – 1869.p.30.

⁵⁵ Anais do Município de Tomar – 1840 – 1869.p6.

⁵⁶ Silva, Raquel Henriques da, *Lisboa Romântica Urbanismo e Arquitectura, 1777 – 1874*. Dissertação de doutoramento em História da Arte, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1997.p. 408.

1.3.1-Praça de D. Manuel I – Praça da República

No ano de 1881 procede-se ao calcetamento da Praça de D. Manuel I, com mosaico preto e com mosaico branco. Também foi definido que o arvoredo fosse substituído por outro mais conveniente, bem como fossem colocados bancos de jardim e um candelabro ao centro da praça com três ou quatro candeeiros⁵⁷.

Os monumentos também sofrem melhoramentos. São rasgados novos vãos na fachada⁵⁸ da Igreja Real de S. João bem como uma nova pintura. Este trabalho é o reflexo de uma nova estética que a cidade começava a adquirir aos poucos.

A par do rasgamento dos vãos, são construídas microarquitecturas. Nomeadamente de um pequeno quiosque no limite da praça, os barracas de refrescos na Várzea Pequena mas onde estão referenciados no capítulo III.

Com a empreitada de melhoramento do tabuleiro da Praça, a junta da Freguesia de Santa Maria dos Olivais, que detinha a tutela da Igreja Real de S. João Baptista, determinou que o tabuleiro da igreja fosse calcetado de modo a que estivesse em harmonia com a estética da Praça. O município aceitou o pedido, porém não existe uma imagem propriamente nítida no Arquivo Silva Magalhães.

1.3.2-Toponímia

A toponímia é o reflexo da mentalidade e a forma como se vive em determinado espaço⁵⁹. Na cidade de Tomar a toponímia sofre só dois picos evolutivos. No século XIV com o Infante D. Henrique e no século XIX com o advento da modernidade.

Com a chegada do desenvolvimento e progresso do país, com a valorização do historicismo e de outras correntes ditas nacionalistas, aglutinando uma geração culta por virtude da extinção das ordens religiosas, é só nos meados do século XIX que se verifica uma valorização da toponímia em Tomar. São considerados e valorizados os nomes das ruas, das avenidas, dos largos e praças, dos jardins e locais públicos.

⁵⁷ Como se pode verificar nas imagens n.º 8, n.º 9, n.º 10 e n.º 11 do anexo n.º 1 de António da Silva Magalhães.

⁵⁸ Que voltarão a ser tapados na década de 20/30 do século XX.

⁵⁹ “ Os nomes das ruas, das avenidas, das praças, dos jardins, dos estabelecimentos públicos (...) na sua malha citadina diária, uma espécie de oxigénio cultural involuntariamente “respirado” por quantos vivem e se movem ao longo de anos (...) - Medina, João. A Toponímia – Local de Memória. Primeiras Jornadas de História Local e Regional, Edições Colibri, Lisboa.1993.p.35

Para que as referências à toponímia da cidade sejam mais fáceis de esquematizar e explicar, aglutinarei em temas. Estes temas foram referidos por João Medina nas primeiras Jornadas de História Local e Regional.

Nomes concretos:

No dia 1 de Novembro de 1842 que a Rua Direita dos Açougues começa a ser designada, nos vários cadernos eleitorais, como Rua da Infantaria n.º15.

No ano de 1885 devido às obras que se efectuavam na cidade, decidiu-se que o novo mercado do peixe, hortaliças, frutas e afins, que se situava a Oeste do edifício dos Paços dos Concelho, e que é limitada a Sul pela calçada para o Convento de Cristo e a Este da Rua do Pé da Costa de Baixo, designar-se-ia *Praça do Mercado Novo*.

Imagens dos grandes homens nacionais e locais

A 30 de Janeiro de 1890 o município de Tomar alterou a toponímia de algumas das suas ruas, assim sendo, ficou:

A Corredoura se denominasse Rua de Serpa Pinto.

A Levada para Rua Everard.

A Praça para Praça de D. Manuel.

A Avenida para Avenida Marquês de Tomar.

Rua Larga para Rua Marquês de Pombal.

A 17 de Outubro do mesmo ano, decidiu-se dar o nome do médico municipal recentemente aposentado – Dr. Joaquim Jacinto – à Rua Nova⁶⁰, onde morava.⁶¹

No ano de 1891, determinou-se alterar o nome ao Rossio da Várzea Grande por Largo Conde de Ferreira.

⁶⁰ Rua onde se situa a Sinagoga de Tomar.

⁶¹ Anais do Município de Tomar – 1870-1900.p.304.

Valores culturais

No ano de 1885 devido às obras que se efectuavam na cidade, decidiu-se que a nascente da Rua do Pé da Costa de Baixo que confina a Praça do Mercado Novo, pelo lado nascente, denominar-se-ia a partir daquela altura: *Rua da Biblioteca Municipal*

1.4-Ritmos e reedificação

1.4.1-A construção/reconstrução de Tomar

A realidade da Vila de Tomar, era igual à de tantas outras cidades do Reino, incluindo Lisboa, a Capital. Na impossibilidade de se demolirem as cidades como aconteceu em Paris e de “ (...) de assumirem grandes projectos (...) – concentravam as suas fracas energias num enredo de “aformoseamento”. Ele conduziu à arborização e calcetamento decorativo (...) à construção de passeios e demolição de dezenas de abarracamentos, à normalização de becos e arruamentos, ou a outras pequenas intervenções que então não referi porque a sua importância foi meramente simbólica, sem geral nenhum dinamismo urbanístico significativo.”⁶²

Contudo, copiando a moda e a vivência lisboeta, surge o cuidado por parte do município de estudar e fazer o levantamento das casas em mau estado e em ruína. “Na secção de 10 de Junho resolveu-se proceder a uma vistoria nas seguintes propriedades, que ameaçavam ruína: Na Rua de S. João, pertencentes a Manuel Neto Ferreira; (...), na Rua da Graça, pegado à sua habitação.”⁶³

Entretanto e na impossibilidade de se realizar obras de raiz, a matriz usada consistia no aformoseamento e na adaptação do espaço, tendo sempre o cuidado de estudar a forma mais fiável e mais económica de se fazer.

1.4.2-Obras de carácter público

1.4.2.1-Ponte de D. Manuel I

⁶² Pp – 386 – 386 Tese de doutoramento Raquel Henriques da Silva

⁶³ Anais do Município de Tomar 1870-1900.p.16

No ano de 1876 a Ponte de D. Manuel⁶⁴ – a Ponte Velha Romana – sofre uma empreitada que visava o alargamento do tabuleiro. Neste trabalho para além da componente prática, valoriza-se a componente estética. Removeram-se as cantarias de pedra e substituíram-se por uma grade⁶⁵.

1.4.2.2-Liceu de Tomar

De acordo com as fontes encontradas no Anais do Município de Tomar, em Maio de 1881 determina-se a construção do Liceu de Tomar. Para isso, e antes de proceder a qualquer decisão final, a Câmara decide entrar em contacto com a Câmara do Município de Lamego para perceber como funcionava o seu Liceu Municipal. Apesar do liceu ter sido construído e ainda existir, não se encontra mais nenhuma referência à sua construção no século XIX.

1.4.2.3-Biblioteca Municipal

Quando surgiram as primeiras bibliotecas populares em Portugal, as gentes esclarecidas que estavam à frente do município, decidiram construir uma. Esse desejo foi manifestado em Dezembro de 1876. Logo em Março chegaram a Tomar os primeiros volumes que a Biblioteca Municipal de Lisboa pode disponibilizar. Como o espaço destinado à biblioteca ainda não estava definido, estes livros foram alojados provisoriamente na Escola Primária Conde de Ferreira, situada na Várzea Grande como mais adiante se poderá ler.

A biblioteca foi logo muito acarinhada pela população de Tomar. Sabe-se que o Visconde da Torre da Murta oferecera uma série de valiosos volumes, entre muitos,

⁶⁴Nas fotografias n.º 30 d n.º 31 no anexo n.º1 pode-se ver como era a Ponte D. Manuel antes da empreitada.

⁶⁵ António da Silva Magalhães registou precisamente nas fotografias n.º 32, n.º 33. N.º 34 e n.º 35 do anexo n.º 1, a nova empreitada. Aqui pode-se ver que o Largo da Ponte – em nota de curiosidade, de acordo com a ciência que estuda a toponímia, este Largo possui um nome de carácter concreto - é destruído e dá lugar à Avenida Marquês de Tomar.

contam-se, por exemplo: a crónica de D. Afonso Henriques, por Duarte Galvão; Rimas de Petrarca, Divina Comédia de Dante.⁶⁶

Em 1882 a biblioteca instala-se definitivamente nos Paços do Concelho e recebe a designação de Biblioteca Municipal. A necessidade de se alterar o nome poderia estar associado à conotação pejorativa do termo popular mas também à missão do espaço – o carácter lúdico e de instrução deu lugar a um espaço mais formal e erudito (como se pode entrever atrás da lista de doações acima referida).

Apesar do sucesso que a biblioteca tinha, as únicas vias de obter novo acervo eram pela doação ou pela compra por parte do município. Os cofres reais não possuíam verbas para tais aquisições.

A inauguração da Biblioteca Municipal deu-se no dia 8 de Maio de 1882, pelo centenário do Marquês de Pombal às vinte horas. Para assinalar este dia, quer pela inauguração do espaço em si, quer como homenagem a Sebastião José de Carvalho e Melo, António da Silva Magalhães, vereador à data do acontecimento, comprou um busto do Marquês para se colocar no novo espaço do concelho.⁶⁷

O sucesso da biblioteca foi efémero. Filomena Galvão refere na sua tese: “durante os cinco anos que se seguem a biblioteca parece ter caído no esquecimento dos responsáveis tomarenses. As deliberações camarárias nunca passaram das palavras e aos poucos livros adquiridos até então, ter-se-ão extraviado. *“Em tempos idos, existiu em Tomar uma razoável biblioteca pública que o desleixo de alguns e o “não te rales” de muitos outros, deixou arrastar ao quase esquecimento. Da sua valiosa colecção bem poucos escaparam, e esses são, na sua grande parte velhos alfarrábios de interesse muito restrito (...). Por isso, os leitores foram sendo cada vez menos”*.”⁶⁸

No ano de 1892 a Biblioteca Municipal recebe uma doação avultada e muito valiosa pelo General Luís Travassos Valvez, esta doação representava um novo ressurgir da biblioteca.

⁶⁶ Pode-se ler a lista completa na dissertação de Mestrado de Filomena Galvão - *Tomar as Instituições e os agentes de cultura – a imprensa do século XIX e o advento da 1.ª biblioteca popular*, da Universidade Autónoma de Lisboa na página 42.

⁶⁷ De acordo com os relatórios que se podem ler das actas, entre 8 a 31 de Maio, ou seja desde a inauguração da biblioteca até ao final desse mês, contavam já com 216 leitores que tinham requisitado 222 livros de literatura, ciências e artes. Efectuaram-se 23 empréstimos de livros, e a Biblioteca foi examinada por 5 visitantes.

⁶⁸ Apud Galvão, Filomena, *Tomar as Instituições e os agentes de cultura – a imprensa do século XIX e o advento da 1.ª biblioteca popular*. pp. 42 e 43.

Mais tarde, a biblioteca sofre um novo interregno que se prolonga até ao surgimento das Bibliotecas Itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian. A partir da década de sessenta do século XX, António Cartaxo da Fonseca efectua algumas doações à biblioteca num total de 50 000 volumes em números redondos. O reconhecimento de tal doação surgiu ao dar o seu nome à actual biblioteca.

1.4.3-Obras de carácter particular

“O factor mais relevante das transformações sociais que se iam cimentando foi, porém, o pleno assumir da família como núcleo base de toda a organização civil. A burguesia defendeu a primazia da instituição familiar fundamentando-a em valores que se distanciam do conceito de linhagem. Fortaleceu-se o universo restrito da vida privada numa tonante cada vez mais intimista. O modo como se apresentava a própria família real, transformada no paradigma de afeição conjugal e doméstica a partir do reinado de D. Maria II, testemunha o enraizamento dessa alteração.”⁶⁹

De acordo com as informações recolhidas, não existe ou pelo menos não foi referida qualquer informação que diga respeito às obras de carácter particular de grande relevância em Tomar. A única que efectivamente existiu com o cunho privado (verbas privadas) mas regulamentado pelo Estado foi a Escola Primária Conde de Ferreira.

1.4.3.1-Escola Conde de Ferreira

As escolas Conde de Ferreira representaram no universo do ensino português um dos maiores investimentos, se não o maior, no século XIX.

“O primeiro e o mais significativo aspecto do legado do Conde de Ferreira para a Educação, para além do montante envolvido, é o ter obrigado o Governo a legislar sobre as normas a que deveria obedecer uma casa de escola para a instrução elementar e o seu mobiliário (Lei de 27/6/1866). Até à época não havia uma definição que qualificasse o

⁶⁹ Cunha, Leal Joana, Giuseppe Cinatti (1808-1879) percurso e obra – volume I. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1996.p62

espaço para a construção popular nem uma separação entre a actividade ensinante e a vida privada de quem ensinava.”⁷⁰

A primeira referência ao Conde de Ferreira e à construção das escolas primárias, surge no ano de 1866- aquando a morte sua morte e o posterior conhecimento do seu testamento. Pode-se ler nas actas camarárias “ foi de 144.000\$000 reis o legado deixado por este grande benemérito com destino à construção de escolas.”⁷¹

Ainda no mesmo ano a Câmara do Município informa o Governo Civil do sítio escolhido e do montante necessário para a construção e recheio da escola. “ *A construção do edificio, segundo a respectiva planta, importe em 1.600\$000 reis e a mobília em 200\$000 reis. Mais informa que o local escolhido era um lado do Rocio da Várzea Grande, de maneira que fique fora do quadro do arvoredo que ali tem.*”⁷²

Já em 1869 a escola estava construída e começara a funcionar, porém sem obedecer a integralidade testamental. Três anos depois a Câmara Municipal recebeu um ofício do Governador Civil a questionar se efectivamente tinham obedecido a todos os critérios impostos pelos testamentários, como por exemplo, uma pequena cerca em torno do edifício em questão, criando, assim um espaço específico e fechado para as aulas de ginástica e a casa de habitação do professor. A Câmara retorquiu que não fez o muro por não achar necessário. Em consequência das condições em que o edifício estava construído.

Contudo, no final do ano de 1876 há uma série de protestos por parte dos Professores do secundário, que leccionavam também nesta escola, para o facto de as pessoas fazerem constantes despejos à porta da escola, pondo, desde modo, a saúde dos Professores e dos Alunos em risco. Em resposta a tais reclamações, procede-se ao muramento do espaço. Na fotografia n.º 39.1 de António da Silva Magalhães não se vê a Escola murada. Como ponto de referência, a Escola Primária Conde de Ferreira encontra-se ao lado esquerdo de uma barraca de grandes dimensões – trata-se do teatro-barraca como mais à frente se poderá ler.

Devido à fraca robustez construtiva e devido ao gosto do século XX, a Escola Conde de Ferreira (há uma fotografia da escola Conde de Ferreira. Pode ser vista no anexo n.º

⁷⁰ Sousa, Susana; Marques, Rui Costa – Escolas Conde de Ferreira. Marco Histórico da Instrução Pública em Portugal. Assembleia Municipal de Sesimbra. Belgráfrica – 2009.p.30

⁷¹ Anais do Município de Tomar 1840-1869.p.267.

⁷² Anais do Município de Tomar – 1840-1869.p.267.

3, imagem n.º 28) - é demolida e no lugar da mesma constrói-se uma Escola Primária com a traça de Adões Bermudes. (Fotografia da escola no anexo n.º3, imagem n.º 27).

1.4.3.2-Estética Romântica na construção particular

Inserido no contexto de arquitectura particular como elemento histórico da cidade está a estética romântica. Na verdade são escassas as referências a esta estética dos finais do século XVIII e séculos XIX em Tomar. Todavia, graças ao trabalho de António da Silva Magalhães conhece-se um mirante que se encontra na Avenida Marquês de Tomar que já não existe.

A única referência que se encontra a esta obra remete ao ano de 1885. “Em 5 de Julho, José dos Santos Vasconcelos começou a reconstrução do muro do seu quintal, que vira para a Avenida, chegando-o mais à frente, segundo o alinhamento da sua Casa e encimando-o com uma balaustrada e mirantes.”⁷³

1.4.4-A Arquitectura efémera

A arquitectura efémera representa de forma física, o desejo, a necessidade, a premência do individuo em confirmar e eternizar o acto heróico que foi levado a cabo.

Em Tomar houve dois exemplos que foram imortalizados no espólio fotográfico Silva Magalhães. O Arco do Triunfo comemorativo do sétimo centenário de Dom Gualdim Pais (fotografada por António da Silva Magalhães) e a Torre Eiffel construída a propósito da Festa dos Tabuleiros de 1914 (fotografa por um dos filhos de António da Silva Magalhães).

1.4.4.1-Arco do Triunfo de Dom Gualdim Pais

⁷³ Anais do Município de Tomar – 1870 – 1900.p.239

Dom Gualdim Pais foi um Freire Templário e foi quarto Grão-Mestre dos Templários e fundou a Cidade, primeiramente Vila, de Tomar em 1190, vindo a falecer e sepultado na Igreja de Santa Maria dos Olivais em 1195.

No dia 21 de Abril de 1895 o pintor Henriques Pinto e o médico, arqueólogo, historiador e botânico tomarense – José Vieira Guimarães descobrem a lápide funerária na Igreja de Santa Maria dos Olivais. Nesse dia, “reuniram-se na Câmara as forças vivas da terra, para eleger a Comissão das Festas Centenárias de D. Gualdim Pais, que ficou assim constituída:

Condes de Tomar (António e Bartolomeu), Barão de Alvaiázere, Conselheiro João Barbosa, Coronel Luna, Padre Conceição, Pintor Manuel Henriques Pinto, José dos Santos Vasconcelos, José Coelho Pereira, Marino Pereira da Costa, José da Silva Magalhães e José Vieira Guimarães.”⁷⁴ Mais tarde juntou-se à organização Eduardo Burnay, Bayma Bastos e o Comandante Fernando da Costa Cabral.

Dom Gualdim Pais, tendo relevante importância na história de Braga, na história de Amares, na história de Pombal e Barquinha, a comissão convidou tais centros que se fizessem representar nas comemorações de Outubro.

A 5 de Setembro delibera-se a construção de um monumento a cimentar e a agradecer a presença do Grão-Mestre na cidade. Recolhem-se donativos que resultariam na construção do Monumento que se encontra na actual Praça da República – antiga Praça de D. Manuel – sendo só inaugurado a 9 de Julho de 1940.

No dia 13 de Outubro de 1895 dá-se o sétimo centenário da morte de Dom Gualdim Pais. Devido à grande importância que este Homem possui para a História da Cidade, o Maestro Alfredo Keil criou uma composição intitulada Hino a *Gualdim Pais*, interpretada pelas Bandas do Regimento de Infantaria n.º 5 e 11 e as Filarmónicas Tomarense e Nabantina. Na entrada da rua Serpa Pinto, antiga Corredoura, construiu-se um arco triunfal efémero⁷⁵.

Este arco do triunfo trata-se de uma arquitectura simples, em madeira, com elementos simples e muito directos. Eles são: a estrela de cinco pontas que coroa a platibanda de melrões. A figura do Grão-Mestre que está perspectivamente colocada entre a da Igreja de Santa Maria do Olival e o Castelo. Dom Gualdim Pais, encontra-se, ainda, ladeado por dois escudos com a cruz da Ordem dos Templários. Estes elementos - estrela (que

⁷⁴ Idem.p. 353

⁷⁵ Imagem n.º 47 do anexo n.º1

de resto se encontra uma de todo semelhante na cabeceira da igreja de Santa Maria do Olival), os merlões, Santa Maria do Olival e Castelo - são os ícones que aludem precisamente aos grandes feitos deste homem, claro não esquecendo as suas origens – a Ordem do Templo, os Templários.

1.4.4.2-Busto comemorativo do tricentenário de Luís Vaz de Camões

Tal como aconteceu em Lisboa, no dia 10 de Junho de 1880, Tomar celebrou o tricentenário de Camões. Para isso, mandou erguer na Praça de D. Manuel I uma réplica do busto de Luís Vaz de Camões inaugurado em Lisboa. “Na Praça, levantou-se uma réplica do monumento inaugurado em Lisboa. De cada lado estava um Coreto, onde, alternadamente, tocaram nas noites de 10,11 e 12, a Banda do Regimento de Infantaria n.º 11, e a Filarmónica Nabantina.”⁷⁶

Pela escassez de informação e tendo em conta as comemorações em torno de Dom Gualdim Pais, crê-se que este busto se tratasse de uma arquitectura efémera.⁷⁷

⁷⁶ Idem.p.169.

⁷⁷ Imagens do quinto centenário de Luís Vaz de Camões - anexo n.º 3, imagens n.º 30, n.º 31 e n.º 32.

II - A gestão e a vivência da cidade – sinais de civilidade

2.1- Limpeza urbana

2.1.1-Posturas relacionadas com os animais

A importância da limpeza urbana no sentido de preservar a saúde pública surgiu no final da década de trinta do XIX em Tomar.⁷⁸ O maior foco insalubridade, a maior vaga epidémica e enfermidade provinham dos animais. Neste sentido, no ano de 1838 a Câmara Municipal cria um edital que deliberou “proibir rigorosamente o abandono de animais mortos, cujos donos, por criminosa negligência, não lhes importava retirarem os ditos animais para longe das povoações, nem enterra-los ou queimá-los, para que não empestem o ar e prejudicassem a salubridade pública. Portanto, é de toda a necessidade marcar os sítios para onde se devem conduzir os animais mortos, para serem enterrados ou queimados, sob pena de 6\$000 réis.”⁷⁹ Como a postura não foi clara o suficiente ou as consequências insignificantes, continua-se a verificar casos de arremesso de cadáveres de animais no Rio Nabão. No final do mês de Maio de 1844, saí um edital visando oficial os “ Juízes Eleitos pare que providenciem no sentido de não se lançarem animais mortos ao rio, *a fim-de que não infeccionem as águas da sua corrente.*”⁸⁰. Poucos dias mais tarde, a 15 de Julho, com o constante aformoseamento e desenvolvimento da higiene citadina, ou devido a alguma queixa, define-se, também, que é expressamente proibido os porcos e as galinhas estejam soltos pela cidade.

Pelo incumprimento das posturas acima referidas, no ano de 1873 a Câmara de Tomar providência a construção de um Cemitério para Animais, “ a fim de evitar os perigos que resultam da falta absoluta de medidas sanitárias nesta parte da higiene pública.”⁸¹

Analogamente e pela via humana, uma das maiores fontes epidémicas, de insalubridade e focos patológicos, deviam-se à ausência de saneamento básico.

⁷⁸ Contudo são conhecidas diversas medidas ao longo da Idade Média/Moderna de prevenção, como se pôde ler na Introdução.

⁷⁹ Anais do Município de Tomar – 1801-1839,p.470.

⁸⁰ Anais do Município de Tomar – 1840-1869,p.65

⁸¹ Anais do Município de Tomar – 1870-1900,p.58

Realidade inexistente em Tomar ainda na década de quarenta do século XIX. Os despejos eram efectuados no “cano geral, pelo parcial que a Câmara mandou fazer para este fim até à parede dos seus prédios.”⁸²

Da mesma forma, a limpeza não se restringia somente às ruas mas abarcava também o Rio Nabão. A preocupação e o cuidado em manter o Rio limpo prendia-se com o facto de que as pessoas usarem a água para consumo pessoal nomeadamente para a ingestão, higienização, agricultura e lavagem das roupas.

No ano de 1845 é editado as Postulas que visavam precisamente um maior cuidado na higiene e saúde pública. Pode-se ler, então:

Capítulo I - Da limpeza das ruas, estradas e serventias d'aguas.

Artigo 3.º

O que de dia, ou até dez horas da noite fizer despejos para a rua, em sítios e que costuma passar gente, ou que para a rua lançar, a qualquer hora imundice, vegetaes, ou cousas que prejudiquem a limpeza, e aceio da mesma rua; pagará de quinhentos a dois mil réis de mulcta.

Artigo 4.º

São prohibidos nesta Cidade, canos, ou conductos que lancem aguas sujas para as ruas, sem ser ocasião de chuvas; - quem os tiver, lançando aguas fétidas em tempo enxuto, e de verão pagará de mil a três mil réis de mulcta, e a limpeza á sua custa.

Artigo 5.º

É prohibida a divagação de porcos a passeio pelas ruas, e largos desta Cidade; - a sua criação e entretenimento em lojas, e possilgas debaixo de casas, em silgas em estado, que com máos cheiros incomodem qualquer dos casos, podendo no primeiro apprehenderse o animal até pagar a mulcta; e no segundo, e terceiro se fará tambem a limpeza á custa do transgressor.

Artigo 6.º

É prohibido dentro de povoação, ou próximo a caminhos públicos pôr a enxugar tripas, ou com ellas, e quaesquer outras entranhas de animaes, causar máos cheiros a vizinhos, ou a gente que passe; pena de mil a dois mil réis de mulcta.

Artigo 7.º

⁸² Anais do Município de Tomar – 1801-1839.p.9

O dono de qualquer animal, encontrado morto nas ruas, estradas, caminhos, e largos públicos, ou junto deles, será obrigado a fazel-o enterrar, precedendo intimação do Zelador; - não cumprindo em vinte e quatro horas, pagará do enterramento, que em todo o caso incumbe aos Zeladres por conta do Municipio.

Artigo 9.º

O que intentar fazer, ou concertar casas, poderá tirar para a rua os entulhos, que serão removidos logo; e não poderá impedir absolutamente o transito; - poderá preparar os aviamentos, ajuntar pedras e madeiras na rua, deixando sempre logar para a passagem; mas começará a obra dentro de um mez da occupação da rua; e a deixará limpa e desemvaraçada dentro n'outro mez, depois que a tiver acabado, ou interrompido, lecantando della os officiaes; - a contravenção de qualquer destas disposições será punida com a mulcta de mil e quatro mil réis, e a limpeza a custa do transgressor.

Artigo 11.º

O que nas ruas desta Cidade prender bestas, em o taboleiro de S. João, em argolas, portas, frades, embaraçando o transito, pagará quinhentos réis de mulcta.

Artigo 25.º

Não poderá fazer-se, à borda do rio desta Cidade, da ponte, e fim da levada para cima até ao Prado, estabelecimento, ou uso algum da agua do rio, que a inficione, e a torne prejudicial ao uso publico, quer lavando roupas; tripas, odres, chapéos, lãs, ou pannos tintos de fresco; quer pescando com cal, côca, trovisco ou barbesco; quer pondo de molho madeiras ou finalmente lançando immundices á agua; sob pena em qualquer dos casos de quinhentos a três mil réis, e a reposição á sua custa.

Artigo 26.º

Ninguem poderá curtir linho nos rios, ribeiras, ou depósitos d'agua, que fiquem ao norte ou nascente, ou próximo a povoação, ponte, ou porto de passagem; pena de mil a dois mil réis, e perdimento do linho.

Artigo 27.º

O que nas fontes publicas, ou sítios, em que se costuma tirar agua para uso do povo, ou em que costumam beber os animaes lançar pedras, páos, ou quaesquer objectos, que sujem a agua, ou prejudiquem o logar, ou fizerem ensoaboados, ou lavagens de roupas, ou hortaliças, pagará mil a três mil réis de mulcta.⁸³

⁸³ Pósturas da Camara Municipal da Cidade de Thomar – Lisboa, na Imprensa Nacional 1845.pp.4-9

Para além das Posturas que visavam regulamentar a vida na Vila e a disciplina dos cidadãos, é comum que os cidadãos ou os vereadores da cidade tivessem a iniciativa de limpar a cidade ou o Rio. “ (...) Mais comunicou que mandara limpar a Levada e a parte do Rio junto ao Jardim de Feliciano Tomé da Silva.”⁸⁴

Muitas vezes, associado à questão da higienização do município, são criadas leis que visam a preservação da cidade “ em 20 de Setembro a Câmara afixou editais proibindo o derramamento de águas das janelas e lojas que pudessem prejudicar as calçadas.”⁸⁵

No início da década de cinquenta edita-se uma nova Postura definindo que “os habitantes são obrigados a varrer e a limpar cada 48 horas as ruas, largos e sítios na testa das suas fronteiras, serviço que é ordenado por pregão pelo Juiz Eleito. A Câmara, por sua vez, manda limpar os cantos e sítios a que não corresponde frontaria.”⁸⁶

No ano de 1866 surge a *Carreta*.⁸⁷ A carreta era uma carroça puxada por um burro e conduzida por dois homens que faziam a limpeza urbana da cidade bem como, aquando necessário, “coadjuvavam no serviço das obras públicas municipais e ser empregado durante o ano em todo o serviço que lhe fôr determinado.”⁸⁸

Era comum o Rio Nabão encontrar-se em más condições sanitárias sobretudo nos meses mais quentes devido à perda significativa de caudal. Há uma pintura da pintora tomarense Maria de Lourdes Mello e Castro que se encontra no anexo n.º 2, imagem 2. Esta preocupação com as más condições higienistas que poderiam por em causa a saúde pública, é, de facto uma preocupação que começa a surgir nos finais do século XVIII e que se acentua no século XIX um pouco por toda a Europa ocidental.

No início da década de setenta – 1871 – é construído nas ruas da Corredoura⁸⁹, Palmeira⁹⁰, dos Moinhos e São João um esgoto composto por um cano geral para

⁸⁴ Anais do Município de Tomar 1870-1900.p.15

⁸⁵ Anais do Município de Tomar – 1840 – 1869.pp. 9 – 10.

⁸⁶ Idem.p.112

⁸⁷ De acordo com a memória de pessoas mais antigas da cidade de Tomar e das aldeias em redor, havia ainda uma Carreta que transportava os cadáveres. Em Lisboa, também havia. Pode-se ler tal informação Regulamento para os Cemitérios do Município de Lisboa na Conformidade das deliberações de 10 de Fevereiro de 1887, 27 de Maio de 1891 e 8 de Junho de 1893.

⁸⁸ Anais do Município de Tomar – 11840-1869.p.259

⁸⁹ Actual Rua Serpa Pinto

⁹⁰ Actual Rua D.^a Aurora de Macedo

solucionar o problema do saneamento básico. O projecto seria traçado pelo condutor de Obras da Câmara, o Senhor José Rodrigues de Oliveira. Este projecto incluiria “o cano de esgoto que da Rua de S. João seguiria pela Rua dos Moinhos e devia ir vazar por detrás da Fonte Nova.”⁹¹ Por volta de 1872 dá-se a canalização da Rua Direita da Várzea Pequena. De acordo com os registos dos seguintes anos a empreitada de saneamento básico englobava também o calcetamento de seixo rolado, como ainda se pode ver na actual Rua Doutor Joaquim Jacinto⁹² “ A Câmara resolveu proceder à canalização da Rua Direita dos Açougues e à reconstrução da calçada da mesma rua.”⁹³

Até ano de 1874, o saneamento básico desaguava entre os Cubos e os Moinhos. A 17 de Abril o Vereador Peixoto alerta para os problemas da saúde pública. Sugere que o desaguamento seja efectuado na Rua dos Estaus (actual Rua dos Arcos) e na Travessa denominada do Forno. Dois anos mais tarde, e como já foi referido nas obras de carácter particular - Escola Primária Conde de Ferreira - os despejos começaram-se a fazer na Várzea Grande junto à Escola. Contudo, e por falta de referências após esta data, supõe-se que o muro serviu precisamente de protecção contra estas *imundices* que os alunos e os professores estavam sujeitos e os despejos continuaram a ser lá feitos.

Durante as várias leituras efectuadas ao longo da tese, há várias referências aos *alinhamentos*. Estes alinhamentos consistiam em alinhar os fogos, uns com os outros, que situavam nas ruas da zona velha da cidade. Este alinhamento servia para regularizar os fogos construídos/reconstruídos após a Idade Média e Moderna que estavam desalinhados com os primeiros. Há ruas da zona velha da cidade onde se verifica este desalinhamento dando lugar a uma rua pouco uniforme. A par do alinhamento dos fogos, há a referência ao alargamento das Ruas da Cidade. Este alargamento deve-se “não só pelas necessidades de higiene pública, mas também pelo serviço de transportes”⁹⁴

⁹¹ *Anais do Município de Tomar – 1870-1900*,p.26

⁹² Antiga Rua da Judiaria e posteriormente Antiga Rua Nova.

⁹³ *Idem*,p.51

⁹⁴ *Anais do Município de Tomar – 1870-1900*,p.233

2.1.2-Matadouros

Simultaneamente à consciencialização dos perigos que a saúde pública atravessava provocados pela falta de saneamento básico e pela livre circulação de animais nas ruas da cidade, surge a consciência de que aos animais deveriam ser mortos em espaços apropriados. Neste sentido surge o matadouro que se encontrava regulamento no capítulo II das Posturas de 1845 as seguintes leis:

Capítulo II - Das vendas, açougues e mais casas públicas.

Artigo 44.º

Não se poderá matar rez, que tenha sido corrida no matadouro, ou fóra delle, sem que tenha descansado mais de duas horas; a rez apenas morta será logo esfolada, e limpa das entranhas, e extremidades sem mediar tempo algum, e conduzida logo ao açougue cuberta com panno limpo; sob pena de mil a três mil réis de mulcta por cada transgressão.

Artigo 45.º

Não entrará no açougue, em caso algum, entrenhas, beiço, cabeça. Rabo ou pés de rezes quaesquer, nem carne de cabra, ovelha, ou rez que não tenha sido em pé aprovada pelo Fiscal da Camara, sendo nesta Cidade, sob pena em qualquer caso, de mil a quatro mil réis a mulcta.⁹⁵

Contudo estas medidas foram insuficientes. Três décadas mais tarde sente-se a necessidade de retirar o Matadouro do centro da cidade por não responder efectivamente às normas de higienização estabelecidas. “Na secção de 23 de Setembro foi lido um ofício do Coronel Comandante do Regimento de Infantaria n.º11, expondo a necessidade, a bem da higiene dos soldados, do Matadouro Público ser afastado uns 15 metros do Quartel do seu Regimento.”⁹⁶ Recorde-se que o Matadouro municipal tinha sido transferido no ano de 1858 para “dentro da cêrca do extinto Convento de S. Francisco, da parte do sul, oposta À parte do mesmo que está habitável, e também

⁹⁵ Pósturas da Camara Municipal da Cidade de Thomar – Lisboa, na Imprensa Nacional 1845.pp.12-13

⁹⁶ Anais do Município de Tomar – 1870-1900.p.19

oposta a esta povoação (...).”⁹⁷ Encontrava-se anteriormente a esta data na Rua S. Gião. Todavia, “o médico do Hospital da Misericórdia dá conhecimento que todas as pessoas da rua de S. Geão, quer por moléstia recolhem àquele Hospital, eram sempre por doenças mais agudas e por alguma forma contagiosas, o que não sucedia com os doentes de qualquer outra rua, o que ele, facultativo, atribuía ao ar fétido e insalubre que naquela rua se respira, por efeito do Matadouro que ali se acha, convindo por isso mudá-lo de local.”⁹⁸

Os padrões sanitários foram substancialmente alterados. Para além de se retirar o Matadouro da Cidade, um veterinário verificava diariamente todas as rezes antes e depois do abade “assistirá também à matança, e examinará as rezes depois de mortas, e rejeitará sempre aquelas que entender e julgar afectadas de alguma lesão ou moléstia de que possa resultar prejuízo para a saúde pública.”⁹⁹ No dia 20 de Outubro definiu-se que o Matadouro provisório – designado por *barracão do matadouro provisório* - seria construído junto ao muro do Flecheiro do lado Norte.¹⁰⁰ A sua conclusão dá-se sensivelmente a 31 de Outubro de 1871. Nesta altura surge a necessidade de “construir o portão de entrada, de alvenaria.”¹⁰¹ Este pedido deveu-se à preocupação por parte da vereação no sentido de preservar a saúde pública. Coevamente criou-se um regulamento mais estrito e uma polícia estritamente vocacionada a assegurar e velar pelas condições de limpeza e o amanho das carnes.

O Matadouro com o intuito de ser provisório esteve naquele local até bem depois da primeira metade século XX em Tomar.

⁹⁷ Anais do Município de Tomar – 1840.1869.pp.193-194.

⁹⁸ Anais do Município de Tomar – 1840 – 1869.pp.291-292.

⁹⁹ Anais do Município de Tomar – 1870-1900.p.3

¹⁰⁰ Como se pode ver na pintura de Lourdes de Mello e Castro - n.º 1, Anexo 2

¹⁰¹ Anais do Município de Tomar – 1870-1900.p.26

2.1.3-Cemitérios

O veto de enterrar os defuntos nas igrejas apareceu na Europa, mais concretamente em França e em Espanha, no último quartel de 1700. Em Portugal apesar da medida se ter desenvolvido sobretudo com Pina Manique – e as suas questões sanitárias; começou a ter ecos e a levantar questões desde as aprovações da Declaração Real de 1776 em França e a Real Cédula em 1787 em Espanha. Este veto surgiu devido à questão de insalubridade a que as pessoas estavam sujeitas por conviverem em espaços onde os corpos estavam em estado de putrefacção. Este cuidado surge com o desenvolvimento da medicina preventiva que se começava a desenvolver. Coevamente à aprovação de tais normas legislativas em França e em Espanha, foi acautelado que se construíssem os cemitérios extramuros, sobretudo nos grandes aglomerados urbanos.

Em Portugal “as preocupações sanitárias de Pina Manique manifestaram-se com bastante firmeza no longo combate que travou desde 1787, junto ao governo da Rainha D. Maria I, a favor de cemitérios, em particular em Lisboa, com argumentos fundados na defesa da salubridade e no respeito devido Às próprias igrejas.”¹⁰²

Apesar de haver inumações desde o século XVI nos claustros e adros devido à peste e outras epidemias, é só no final do século XVIII é que se começou a equacionar legislar esta problemática. Contudo, só no século XIX já em plena guerra civil, no governo de D. Pedro em 1833, é que se pública uma portaria dirigida ao Cardeal Patriarca e ao Intendente da Polícia proibindo enterros em Lisboa, dentro de igrejas, nos adros e nos claustros. “Argumentos de natureza higienista eram aí invocados e o governo não deixava de fazer notar que “estas práticas prejudiciais à saúde pública” tinham já sido abolidas “em todos os países católicos”. Porém, a interdição foi dita antes de mais por razões concretas e precisas que se prendiam com a epidemia de cólera que lavrara na cidade.”¹⁰³

Dois anos mais tarde, devido à resistência dos párocos em aderir e cumprir com esta portaria, o governo determinou a construção de cemitérios fora dos limites das aglomerações e proibia-se definitivamente as inumações nas igrejas.

¹⁰² Ferreira, Maria de Fátima Sá e Melo, A Luta Contra os Cemitérios Públicos no Século XIX. (Ler História, 30 (1996), 19-35) – Artigo de um capítulo da Tese de Doutoramento apresentada em 1995 à Universidade de Paris I – Panthéon-Sorbonne sob o título de Resistances Populaires au Libéralismo au Portugal 1834-1844.p.20

¹⁰³ Idem.p.21

Em Tomar, só no ano de 1838 é que esta medida foi tomada. Durante os dois anos seguintes nada foi documentado acerca desta problemática, contudo, em 1840 a “ 7 de Abril a Câmara oficiou à Junta de Freguesia, solicitando-lhe que nas obras em que andava emprenhada no Cemitério. Zelasse pela conservação das campas e quaisquer monumentos que tragam à memória vestígios da antiguidade.”¹⁰⁴ Só quase no último quartel do século XIX é que se sabe que a Igreja Paroquial tinha iniciado a construção do cemitério nos meados do século e tinha atribuído a tutela ao município nas últimas quatro décadas do século.

Em 30 de Maio de 1842 a Câmara do Concelho celebra uma concordata com a Junta da Freguesia da Vila, onde esclarece que a Câmara está responsável pelo término das obras do Cemitério e por todas as reparações que eventualmente sejam necessárias. É só nos anos 70 que se conhecem os contornos da concordata. “*Se em qualquer tempo, o terreno pertença do cemitério deixar de ser aplicado para os enterramentos, reverterá, nesse caso, o mesmo terreno, para a posse e administração da dita Junta, por pertencer À Igreja Paroquial.*”¹⁰⁵ Tal como acontecia nos outros locais públicos foi criado um Regulamento para o Cemitério Geral da Cabeça do Concelho de Tomar, cujo conteúdo encontra-se desaparecido.

Pelo ano de 1844 o Município informa o Governo Civil os cemitérios existentes no município e a data da sua criação/conclusão.

No mesmo ano surge, ainda, a preocupação de que a área do Cemitério só permitiria inumações mais um ano. Não obstante, a Câmara decide “proceder à expropriação de 2.454 m² de terreno contíguo ao Cemitério Público, para alargamento do mesmo.”¹⁰⁶

Em 1876 há a alusão de que a Câmara de Tomar compra dois portões em ferro para o cemitério que ainda se encontram no local, actualmente. É possível que nesta altura a empreitada que visava o alargamento do espaço já estivesse concluído.

No ano seguinte a Câmara encomenda uma Cruz e ornatos próprios para embutir na fachada, que se encontrava finalizada, da Capela do Cemitério. Ainda no mesmo ano, José Maria Nepomuceno, dono da Igreja do antigo Convento de Freiras de Santa Iria; oferece o Retábulo existente na Igreja para a Capela do Cemitério. Como forma de

¹⁰⁴ Anais do Município de Tomar – 1840-1869.p.3

¹⁰⁵ Anais do Município de Tomar- 1870-1900.p.38.

¹⁰⁶ Idem.p.80

agradecimento de tamanha gentileza, a Câmara do Município de Tomar ofereceu um desenho da Capela do Cemitério Público.

Apesar de existir nos Cemitérios Públicos lisboetas, um delegado de saúde pública que todas as semanas davam pareceres ao município. Quando os defuntos não possuíam uma guia dos hospitais, misericórdias ou prisões, a anuir a causa de morte e o perigo que poderia apresentar para a saúde pública, este trabalho competia ao Delegado da saúde pública. Estes delegados, tinham ainda, a obrigatoriedade de vigiar a data dos enterros de modo a que os cadáveres não fossem exumados nos cinco primeiros anos. Em Tomar não há o conhecimento nem qualquer referência destes Delegados no Município.

A bênção do Cemitério dá-se, somente, no ano de 1881 pelo Reverendo Vigário da Cidade. A Capela com a evocação à Nossa Senhora do Carmo, foi inaugurada a 29 de Janeiro de 1891, a celebração foi presidida pelo Reverendo Padre José Martins da Silva Conceição.

2.2-O gosto pelos jardins – Tomar como laboratório cromático e sonoro

Com uma nova concepção estética a emergir na Europa, aliada ao paradigma e a preocupação urbanística, e, aglutinada aos conhecimentos recentes que o Positivismo e o Iluminismo trouxeram, os sinais de civilidade, neste caso o aformoseamento, foram dos maiores impactos que Tomar teve, pelo menos numa concepção *in loco*, no século XIX. A par da concepção estética, Raquel Henriques da Silva na sua dissertação de doutoramento refere e que bem se aplica à realidade tomarense. “ (...) Adquiria também empíricos contornos higienistas, certos com as polémicas europeias epocais a cidade industrial e confirmados, por exemplo, num pequeno artigo enviado ao Diário do Governo em 1842, com o título “Outra lembrança á Camara Municipal de Lisboa, e ás mais do Reino” (16). Reconhecendo que “as arvores são da maior utilidade em cidades populosas como Lisboa: pois têm a propriedade de regenerar o ar que respiramos; absorvendo o gaz acido carbónico (que se exhala de todas as maneiras no estado de fermentação), e exalando o oxygenio puro”¹⁰⁷

¹⁰⁷ Silva, Raquel Henriques da – pp – 387 – 388 (tese de doutoramento)

Retomando a primeira premissa por decerto que as preocupações no que dizem respeito ao ar puro não eram um problema maior na sociedade do século XIX, as referências literárias a esse respeito são várias, não só ao nível da literatura de génese tomarense mas em todo o Portugal. O que daí se pode perceber a importância e o impacto que estes sinais tiveram.

“As árvores em flor desprendem um perfume bastante forte; é como se estivéssemos numa loja de especiarias ou numa confeitaria que preparasse e servisse gelados de baunilha.”¹⁰⁸

“A cidade de Tomar é o jardim de todo o Ribatejo. As ruas são todas muito limpas e as principais são orladas de passeios laterais. Os prédios são dotados de uma certa elegância os mais modernos.(...)

A Praça da República (...), a Câmara Municipal em estilo manuelino, a Avenida Marquês de Tomar, marginal ao rio Nabão, o Mouchão, que é um recinto dos mais aprazíveis, todo rodeado de frondosos choupos, chorões e plátanos, são locais de grande beleza. (...)

Ao fim da Avenida, está o jardim amplo e cheio de flores, que na Primavera desabrocham num encanto sem igual, rosas, muitas rosas, a engrinaldarem as árvores, tílias lindíssimas, um elegante coreto, miradouros debruçados para o Rio.”¹⁰⁹

Retomando a citação de Raquel Henriques da Silva, numa das actas do ano de 1876 existentes do Arquivo Municipal, pode-se ler o manifesto interesse na arborização da cidade devido a questões de saúde pública. “ A Câmara, reconhecendo também quanto interessa ao embelezamento e higiene das povoações o desenvolvimento da arborização (...).”¹¹⁰

Esta intenção higienista e estética apesar de ter sido manifestamente declarada no ano de 1876, sabe-se que já tinha manifesta importância nas décadas anteriores. Sendo mesmo atestada a partir das reacções que se sentiram em relação ao constante roubo ou a destruição intencional das árvores que se encontravam nas Várzeas Pequena e Grande. Estes actos de vandalismo levaram no ano de 1867 a que o Presidente da Câmara –

¹⁰⁸ Andersen, Hans Christian; Uma visita em Portugal em 1866.Edição em colaboração com a Embaixada Real da Dinamarca em Portugal. Instituto da Cultura e da Língua Portuguesa - 1984.p.p39

¹⁰⁹ Gonçalves, César, Recordações.pp.27.28.

¹¹⁰ Anais do Município – 1870-1900p.p108

Carlos da Costa Pereira Mendes – solicitasse no Ministério do Reino um maior contingente de soldados nesta cidade para que os bens do Município sejam respeitados.¹¹¹

A par das questões estéticas e saúde-públicas, o arboreamento servia, também, como mais-valia líquida ao Município. Por exemplo, no ano de 1864 devido à degradação que se verificava no extinto Convento de S. Francisco situado na Várzea Grande¹¹², a Câmara deliberou que se removesse as árvores que se encontravam em frente do edifício até à Capela de S. Sebastião, para as obras.

Todavia a utilização e o corte das mesmas só poderia ser efectuado após o consentimento da Administração do Concelho que posteriormente pedia concessão ao Governo Civil. Mais uma vez se pode observar o manifesto interesse em arborizar a cidade ou substituir as árvores secas por outras novas. Por exemplo, pode-se ler no tomo camarário do dia 21 de Janeiro de 1870: “o Vereador Oliveira propôs que se plantem: 2 árvores na praça, substituindo as que ali estavam secas; 10 na Várzea Grande; 3 na Alameda de S. Lourenço; que se mandassem arrancar as 3 árvores da Praça, que estão *junto do Pelourinho*; e que eram precisos alguns postes para amparar as árvores da Várzea Grande e mais largos desta Cidade.”¹¹³

Ciente da necessidade higienista, Tomar possuía uma característica muito própria: o Rio Nabão dentro da cidade. Coevamente ao progresso da actividade produtiva, cresceu o culto do ócio e do lazer. Desenvolveram-se novos hábitos que acabaram por se reflectir no incremento do convívio urbano, a afluência aos jardins de Tomar, os constantes concertos com as Bandas das Infantarias e o Teatro.

É também no século XIX que o género feminino bem como as crianças começam a adquirir alguns direitos. As mulheres que não eram da classe trabalhadora tornam-se mais independentes e menos recatadas – constate-se as suas participações nas burricadas, passeios de barco¹¹⁴ no Rio Nabão bem como nos banhos batidos. A par

¹¹¹ Devido ao contínuo corte das árvores apesar de se terem diligenciado medidas extremas, a Câmara da Cidade, num acto de quase desespero, criou um edital no ano de 1869, que visava a denúncia dos flagiciosos e, estabeleceu um prémio no valor de 24\$000 réis para quem, juntamente com duas testemunhas o fizesse.

¹¹² Como se pode verificar nas imagens n.º 39 e n.º41 do Anexo 1.

¹¹³ Anais do Município de Tomar – 1870-1900.p.4

¹¹⁴ No anexo n.º 3, imagem 7, pode-se observar um passeio de barco nas Margens do Rio Nabão.

destes direitos conquistados, as mulheres começam a adquirir consciência política¹¹⁵ e social. Exemplo máximo disso é precisamente a Angelina Vidal como já foi referido. As crianças deixam de ser adultas em ponto pequeno, adquirem direitos, começam a brincar, mascaram-se para o Carnaval¹¹⁶. Surge a tradição de fotografar as crianças desde bebés¹¹⁷. Há inclusive, fotografias de bebés mortos que não foram anexados à tese. Esta realidade que actualmente pode parecer macabra, revelava para além da banalização da fotografia, o estatuto que a criança adquiriu bem como a declarada demonstração de carinho.

Segundo o penúltimo parágrafo, há vários relatos das vivências desta época mas aquele que bem exprime a vivência tomarense nos finais do século XIX e inícios do século XX é o de Maria José Ferreira Gonçalves escritos na obra *construção de uma Identidade*, “esta verdadeira tertúlia musical com músicos de qualidade, pode ser entendida como a continuação e consequência da vida musical tomarense da viragem do século. Foi um fenómeno de “cosmopolitismo” só compreensível e explicado se devidamente inserido na tradição musical o “Cenáculo Musical da Casa do D. Prior”, no verão, deve ser entendido como autênticos concertos, aos quais se tornaram de tal modo afamados em toda a cidade, que passou a ser habitual abrirem-se as janelas dos salões, deixando assim sair o som para a Rua, onde a música era ouvida com um silêncio místico por todos quantos, levando um banquinho de casa, se instalavam nos passeios das Ruas circundantes para ouvir.”¹¹⁸

2.21-Música

Nos meados do século XIX a tradição musical enraíza-se em Tomar a partir de duas grandes vias. A primeira está intrinsecamente ligada ao Decreto-Lei de Julho de 1834 que regulamenta a extinção das Ordens Religiosas e o posterior encerramento dos Conventos. A segunda, pela via Militar.

¹¹⁵ Pode-se ver uma fotografia de um sufrágio – imagem n.º 57, anexo n.º1.

¹¹⁶ Pode-se ver na imagem n.º 56 do Anexo n.º1.

¹¹⁷ Pode-se ver na imagem n.º 55 do Anexo n.º1.

¹¹⁸ Sousa, António de, *A construção de uma Identidade – Tomar na vida e obra de Fernando Lopes-Graça*.pp.73 – 74.

O Convento de Cristo era o dinamizador da vida económica e social em Tomar, por isso, e com a extinção dos Conventos, os Monges que lá habitavam “a maioria dos últimos Freires de Cristo era nobre, proveniente das melhores famílias locais e por isso mantiveram as respectivas casas de família na cidade, reintegrando-se na vida social tomarense.”¹¹⁹ A vida de um monge dentro de um Convento dividia-se entre o *Ora et Labora* – A oração e o trabalho e, uma das formas de oração era pela via da música e do cântico. Aquando da integração destes homens na cidade constata-se um despoletar de uma grande vaga de aculturação na cidade. Uma das formas de aculturação deu-se, precisamente pela música “através de um sistema de produção musical assente na execução instrumental e coral”.¹²⁰ Bem como a leccionação musical. Pode-se ler o seguinte anúncio do Jornal *A Verdade* “Lições de piano a 3\$500 a duzia e de inglez a 3\$500 réis. Quem pretender dirija-se no escriptorio d’este jornal.”¹²¹, “ *Joaquim Antonio, mestre de filarmónica Nabantina em Thomar. Dá lições de musica e piano, e em dois anos se compromete a que os seus discipulos toquem peças de ópera. Tambem ensina a tocar qualquer instrumento tanto de corda, como de vento. Iguamente se encarrega de afinação de pianos, pondo-lhes as cordas que lhe faltarem. Tudo por preços commodos.*”¹²²

Concomitantemente e quase como cunho de sustentação, a tradição musical por via monástica, incrementou-se e solidificou devido à prática musical das instituições militares tomarenses que emprestavam músicos das duas Bandas Regimentais – A Banda do Regimento da Infantaria 11 e a Banda de Caçadores 12.

Um dos melhores testemunhos que existe da época surge precisamente com António da Silva Magalhães no Jornal *A Verdade*. Aqui pode-se verificar uma referência constante a concertos de música de câmara quer em coretos, quer em salas de concertos quer ao nível particular.¹²³ “*A Verdade, de 16 de Maio, informa: “(...) Dia 6 de Junho, domingo: Missa cantada em Santa Maria dos Olivais, orando o Prior de Paialvo, Dr. Costa Pinto. Durante estes três dias e respectivas noites, estará aberto um Bazar de*

¹¹⁹ Idem.p.39

¹²⁰ Idem.p.40

¹²¹ *A Verdade*, semanário político, litterario, scientifico, agricola e noticioso. N.º2, 1 Anno. – 1880.P.3

¹²² *A Verdade*. N.º10, 1 Anno. – 1880.P.p.4

¹²³ Devido à péssima qualidade do Jornal *A Verdade*, parte das citações são feitas através dos Anais Municipais que retiraram a informação do Jornal.

*prendas na Rua da Graça, a qual, das 8 às 12 da noite, será brilhantemente iluminada e engalanada de buxo e flores, como é costume, e tocará a Filarmónica Nabantina e a Banda do Regimento de Infantaria n.º 11, alternadamente”.*¹²⁴

2.2.2-Coretos

É justamente a partir do gosto que surge, nos finais do século XVIII e inícios do século XIX, pelo exótico, pelo pitoresco, aliado à construção e ao gosto por linhas irregulares, e a mistura de gostos, que surgem nos jardins pequenos pavilhões e tiempettos bem como os coretos. Sempre com o intuito social e lúdico destinado à burguesia liberal.

É nesta realidade atrasada que Portugal, inclusive Tomar, adquire uma forte consciência da evolução dos tempos. Com esta percepção, a par da realidade social existente, leva a que em Tomar, para além das empreitadas já referidas que visavam o cunho da civilidade, surgem uma série de construções de carácter lúdico. Os quiosques – Imagem n.º 10 do Anexo 1, as bancas de vendas (apesar do seu carácter efémero) – Imagem n.º 28 do Anexo 1 a par destas construções, dão-se, então, a construção dos Coretos.

Em Tomar com uma ascensão musical cada vez mais vincada, surge a necessidade de construir coretos onde as Bandas pudessem tocar. As primeiras referências da construção de Coretos em Tomar remontam a 1872, como mais à frente se pode verificar. Recorde-se que com o forte vínculo à tradição musical quer a nível monástico quer a nível militar, “habitualmente era-lhes reservado o coro dentro das igrejas e salas (...) as varandas e os terraços ao ar livre. É pois, precisamente identificado com esta forma de coro que nos surge, em 1831, a definição de coreto: “pequeno coro feito para alguma função”. Porém a concepção de *Coreto* como actualmente concebemos, é devedora de uma importação de uma moda vida de França e adaptada à realidade Portuguesa.

Em Tomar havia no século XIX cinco coretos móveis. Contudo, a partir da década de setenta, decide-se construir os Coretos de raiz.

¹²⁴ Anais do Município de Tomar – 1870 – 1900.p.169

Em 1872 há a intenção de colocar uma cobertura no coreto ao estilo dos coretos lisboetas. O que leva a crer que nesta altura havia já, pelo menos um Coreto fixo. A “18 de Novembro, o Presidente disse que o Comandante do Regimento de Infantaria n.º11 tinha pedido para que a Câmara mandasse construir uma cúpula sobre o coreto que existia no passeio público da Várzea Grande, onde tocada a música do mesmo Regimento; sobre o que se resolveu que tal pretensão seria atendida oportunamente, quando houvesse verba, e que, entretanto, se pediriam informações sobre a estrutura desta obra nos coretos de Lisboa.”¹²⁵ ¹²⁶No sítio da Várzea Grande para a Banda de Caçadores 12.

A primeira referência à construção do Coreto da Várzea Pequena – que actualmente ainda subsiste¹²⁷ – surge em 1883 no Jornal d’*A Verdade*: “No Domingo passado tocou no Jardim da Várzea Pequena a música do regimento de Infantaria n.º11. Foi numerosíssima a correspondência familiar àquele aprazível passeio. Seria muito para desejar que a camara municipal mandasse ali construir um coreto.”¹²⁸ – no coração do Jardim.

Há a nível documental uma lacuna de quatro anos que não permite continuar a cronologia deste Coreto. Sabe-se, somente que é inaugurado no dia 5 de Dezembro de 1897.

O programa inaugural consistiu: “ tocando nele; às 12 horas e meia, a banda do Regimento de Infantaria n.º 11, sob a regência do seu Maestro Querubim António de Assis, tocando “O Hino da Cidade”, da sua autoria, e várias peças, entre elas o Tannhäuser de Wagner e Arlesienne de Bizet. (...) O Mestre de Música do Regimento de Infantaria n.º11, Querubim António de Assis, ofereceu à Câmara o “*Hino da Cidade de Tomar*” (...).”¹²⁹

¹²⁵ Anais do Município de Tomar – 1870-1900.p.47

¹²⁶ Há uma ilustração de um modelo dos Coretos lisboetas que poderá ter influenciado a construção do Coreto da Várzea Pequena. Imagem n.º 3, anexo 3.

¹²⁷ Pode-se ver como está actualmente na imagem 4 do anexo 3. Como era inicialmente na imagem n.º 25, n.º 26 e 27 no anexo n.º1.

¹²⁸ A verdade, n.º 167, 8 de Julho de 1883.p.4

¹²⁹ Anais do Município de Tomar – 1870-1900.p.379.

2.2.3-Várzea Grande

“Ao sul fica o largo da Várzea Grande, extenso quadrilátero, cujos lados são formados por ruas orladas de frondosas árvores, tendo ao fundo no extremo sul uma alameda, um pequeno jardim, um coreto para musica e uma capela dedicada a S. Sebastião e dentro do jardim uma agulha de pedra, padrão ou memória colocado ali não se sabe bem para quê nem quando; talvez fosse para commemoral a aclamação de D. Filippe, que teve logar no Convento de Christo.”¹³⁰

As origens das Várzea Grande remontam ao Reinado de D. Manuel I. O *Venturoso* ofereceu esta parcela de terreno, que ia da actual Avenida Dr. Cândido Madureira, sendo este o limite Norte, até à Capela de S. Lourenço, sendo este o limite Sul *para recreio dos moradores* da Vila. Pode-se ver a dimensão da Várzea Grande nas imagens n.º 39, n.º 20 e n.º 41 do Anexo n.º1.

Com a evolução urbana o espaço reduziu-se drasticamente. Em 1627 os Frandes da Ordem, reclamaram a posseção deste terreno, contudo a população tomarense recorreu ao Rei D. Filipe III, e, este acabou por dar razão às gentes tomarenses. Como prova e marco desta decisão, construiu na Várzea um padrão com uma lápide explicativa. Porém, esta lápide foi destruída com a Restauração. Ainda antes da Restauração, e durante todo o século XIX a Várzea Grande teve diversas funções. Segundo a revista Tomar à Letra, pode-se ler: “ desde o simples recreio e o pasto para animais, ao plantio de amoreiras para a produção de matéria-prima para a setecentista Real Fábrica de Sedas e ao aluguer dos terrenos para vários fins, incluindo a construção de edifícios; em finais do século XVIII (1786),a Câmara autorizava que os oleiros da Vila cavassem o barro de que necessitassem na Várzea, conquanto que, de imediato, entulhassem convenientemente as covas criadas pela extracção da argila; no século dezanove foi campo de manobras militares das tropas aquarteladas no vizinho Quartel de S, Francisco; ainda neste século teve coreto e jardim público (o qual teve gradeamento e portão em 1879) (...).”¹³¹

¹³⁰ Sousa, J.M. Noticia descriptiva e historica da cidade de Thomar – Thomar typ. Silva Magalhães 1903.p.12

¹³¹ Tomar à Letra, manifesto interesse cultural. Director: Carlos Trincão. 10.º Ano, n.º 36, Verão de 2004.p.36.

“A Várzea Grande é um recinto amplo e aonde se realiza a feira de Santa Iria. Ali está o Convento de São Francisco, hoje quartel de Infantaria 15, o Quartel-general, a Estação do Caminho-de-ferro e um campo arborizado, que foi o passeio e o jardim Público predilecto dos antigos.”¹³² “O qual deve servir somente para passeio e gozo dos seus habitantes”¹³³

É só em 1848 que se registam efectivamente as mediações da Várzea Grande. “ O terreno ficava compreendido entre a estrada e o Flecheiro, com que pega pela parte Nascente. O comprimento, desde a porta da entrada para o Flecheiro até ao fim do mesmo terreno, ao longo da estrada tem 529 varas de palmos. Tem de largura, com exclusão de 6 palmos que deve ficar entre as árvores que há na extrema dêste terreno, ao muro que deve fazer o foreiro.”¹³⁴

É, ainda, no mesmo ano e sobre a alçada do Conde de Tomar, que pagava um foro anual de 60\$000 reis que se começa a traçar um jardim para “ que embelezasse aquele sítio até agora árido e a plantar árvores que o bordassem pelas mais partes que as não tinham.”¹³⁵

Apesar do Rossio da Várzea ser de tutela municipal, pelo que as obras e arranjos deveriam ser ao encargo desta instituição, sabe-se no ano de 1848 que os bancos e arranjos deste espaço estavam ao encargo daqueles que aforavam do espaço. As condições impostas pela Câmara consistiam: murar o terreno, construir assentos para o público e hipotecar os seus bens como garantia do pagamento do foro. Sabe-se, ainda, que os bancos colocados neste espaço até a esta data eram em “forma de canapé”.¹³⁶ Todavia, João de Tamagnini de Abreu, Manuel António Garcia da Mata e o Dr. José Izidro Seabra Mouzinho, requerem que as condições citadas fossem eliminadas do contrato. A primeira e última não foram aceites, contudo, no que concerne aos bancos, a camara aceitou mas definiu: “não podiam ser um pial tosco que afeasse o local, mas bastaria serem feitos de cantaria lavrada, três por cada banda da alameda, mesmo que ficassem a mais de 50 passos.”¹³⁷

¹³² Idem.p.32

¹³³ Anais do Município de Tomar – 1840 – 1869.p.117

¹³⁴ Idem.p.107

¹³⁵ Idem.p.108

¹³⁶ Idem.p.111

¹³⁷ Idem.Ibidem.

Retomando ainda a questão dos Coretos, outra das citações que levam a crer que em 1870 já havia um coreto fixo, independentemente de ter cobertura ou não, deve-se à seguinte acta: “nesta, a Câmara encarregou o Vereador António de Oliveira e Silva adquirir 15 bancos de ferro para serem colocados convenientemente na Várzea Grande.”¹³⁸ A par dos bancos de ferro, foram ainda anexados, “ e também feito alguns bancos pequenos no Bosque da mesma Várzea.”¹³⁹ Três anos mais tarde, em 1873, face à grande empreitada de higienização da cidade, o Comandante do Regimento da Infantaria n.º11 solícita à Câmara Municipal “que arborize a frente do Quartel, no prolongamento do passeio do mesmo, alinhando pelos degraus do Adro da Igreja de S. Francisco, desejando que as árvores fossem pimenteiras.”¹⁴⁰ A 11 de Janeiro de 1874, há um novo investimento na arborização da cidade, inclusive em zonas que não tinham sido referenciadas anteriormente “foi deliberado que se comprassem as árvores precisas para serem plantadas e substituïrem aquelas que secarem no Largo da Várzea Grande e Rua dos Arcos.”¹⁴¹ – A imagem n.º 10 do Anexo n.º 3 ilustra precisamente o resultado desta empreitada, já no século XX, bem como o desenvolvimento do Jardim Público face às fotografias n.º 39, n.º 40 e n.º 41 do anexo 1 e já atrás referidas.

Não há imagens nem referências bibliográficas que provem que o Jardim Público da Várzea Grande fosse murado como o Jardim Público de Lisboa. Contudo, no ano de 1879 “colocasse uma grade e competente portão de ferro na frente principal do Jardim Público da Várzea Grande.”¹⁴² Aos poucos, o Jardim Público da Várzea Grande começa a adquirir a forma dos grandes jardins públicos lisboetas e os restantes europeus.

Devido às empreitadas de melhoramento do saneamento básico, calcetamento e rasgamento de novas avenidas – Avenida Marquês de Tomar, as referências mais concretas que poderiam continuar a cronologia do desenvolvimento deste jardim, deixaram de existir, por isso, o estudo a este Jardim encontra-se incompleto.

¹³⁸ Anais do Município de Tomar – 1870-1900.p.11

¹³⁹ Idem.p.15

¹⁴⁰ Idem.p.49

¹⁴¹ Idem.p.66

¹⁴² Idem.p.152

2.2.4-Várzea Pequena

“ (...) Várzea Pequena arborizado e ajardinado, cortado por uma rua central guarnecida de bancos tendo a um dos lados do largo e ao outro um bonito coreto para musica; ameno e delicioso é o mais concorrido em tardes de verão; respira-se ali o ar vivificante e puro do norte embalsamado pelo aroma das flores d’aquelle jardim e pelo dos tysos, murtas e outras odoríferas plantas silvestres de que vem impregnado quando chega aquelle local; também ali corre por dois tubos de broze a fonte de S. Gregorio, nome que lhe vem d’uma pequena capella dedicada àquelle santo que lhe é quasi contigua e notavel pela sua fôrma em octógono regular.”¹⁴³

Este núcleo da cidade era apelidado nos finais do século XIX por “*Bairro da Várzea Pequena*” por haver ruas e habitações nas imediações do Jardim Público. É no ano de 1874 que surge um “melhoramento ou arranjos das ruas do Bairro da Várzea Pequena, se mandasse proceder aos estudos do nivelamento do referido Bairro.”¹⁴⁴ Ainda no mesmo ano e já com estas empreitadas concluídas, recorrendo à moda dos Passeios Públicos de Lisboa, mas sem comensurabilidade dos mesmos, procede-se ao muramento do Jardim da Várzea: “se procedesse à construção de muros e outras obras necessárias no Largo da Várzea Pequena, no sítio próximo do Rio Nabão (...) E porque o dito largo é um dos melhores passeios públicos desta povoação, estando já arborizado, e do qual fazem parte a estrada real de Tomar a Leiria, e a estrada municipal do Prado, mas achando-se ainda muito irregular o referido Largo, deliberou a Câmara que se fizessem os precisos trabalhos para regularidade do mesmo.”¹⁴⁵ Este trabalho só ficaria concluído em Setembro de 1877 como se pode ler em acta. Percebe-se também que para além de murado, o jardim possuía uma grade de ferro. Devido à importância que este jardim abarcava, como se pode apurar na citação anterior, no ano seguinte, 1875, dá-se uma nova empreitada de melhoramentos. Nesse sentido, e não recorrendo o método empregado na Várzea Grande. O município colocaria 12 bancos em madeira junto ao largo arborizado.

Já nos finais do século XIX – 1896 – no prelúdio do constante desenvolvimento, determinou-se trocar os salgueiros – vulgo chorões – que existiam em orla neste Jardim

¹⁴³ Sousa, J.M. Noticia descriptiva e historica da cidade de Thomar.p.11

¹⁴⁴ Anais do Município de Tomar – 1870-1900.p.73

¹⁴⁵ Idem.p.78

por plátanos. Ainda neste mesmo ano, é inaugurado a 5 de Dezembro o Coreto que actualmente (com algumas remodelações efectuadas no século XX) que se encontra na Várzea Pequena. O programa inaugural encontra-se no capítulo respeitante aos Coretos.

Apesar do campo de estudo se restringir ao século XIX, de acordo com a História de Tomar escrita Por Amorim Rosa, percebe-se quais eram as árvores que existiram até ao primeiro quartel do século XX. Estas árvores, deveriam estar pelo menos desde os finais do século XIX visto que foram adjectivadas por lindos, elegantes e frondas, adjectivos estes que só faziam sentido caso as árvores estivessem já com um considerável desenvolvimento. “Em 1928, aí ardendo Tróia! A Câmara deliberou fazer um novo jardim na Várzea Pequena, começando por derrubar lindos plátanos, frondas amoreiras e elegantes oliveiras do Cabo, que ornavam o velho jardim, ante os veementes protestos se viam de pé as palmeiras, num chavascal de lama, torrões, areia e saibro. (...) O Jardim da Várzea Pequena, com suas ruas ensaibradas ladeadas de frondosas tílias a cujos troncos se agarram variegadas roseiras de tocar, com sua álea de chorões, seu canteiro da Cruz de Cristo, sua pérgula ornamentada de glicínia, é um dos mais lindos do País, e justo motivo de orgulho de todos os tomarenses.”¹⁴⁶

2.3-Culto pela história – o outro lado da civilidade

Com o paradigma do Iluminismo e do Positivismo que surgiram no século XVIII, a par da constante influência da teoria e a forma de estar francesa, como a valorização da história, da ciência, da arqueologia, da paleontologia, da botânica, da medicina, entre outras áreas, a história local ganha relevância e começa a ser estudada e trabalhada pelos homens cultos e endinheirados de Portugal.

Em Tomar este paradigma não difere substancialmente. É nos meados do século XIX que se dão as primeiras descobertas das ruínas romanas de *Sellium* e da *uilla* da *Nabancia* e que promoveu as primeiras escavações arqueológicas com carácter rigor e

¹⁴⁶ Rosa, Amorim, História de Tomar –capa e ilustrações do Arquitecto Costa Rosa. Volume II – edição da Assembleia Distrital de Santarém 1982.p.115

científico, pelo menos definido na época com o arqueólogo Júlio Carlos Mardel de Arriaga¹⁴⁷ e, posteriormente a cargo do Sr. Arquitecto José Possidónio Narciso da Silva.

A par das descobertas e do trabalho feito sobre tutela do Estado. As descobertas e achados também se vão fazendo a nível particular e de forma ocasional (muitas vezes encontradas pelas charruas dos agricultores).

No ano de 1856 Pedro de Roure Pietra oferece à Câmara dois cipos que foram achados na Serrada de João do Coito “*que são muito merecidos por sua antiguidade de mais de 1.600 anos, e por conterem inscrições dedicadas a dois homens assinalados durante a sua vida por suas acções.*”¹⁴⁸ No ano de 1866 estes cipos foram levados, a pedido da Associação dos Arquitectos Civis Portugueses, para o Museu de Arqueologia, dando conhecimento do facto a quem os tinha doado primeiramente. É notória a consciência que já existe em torno do património. Esta consciência sente-se, quer nos leigos - aqueles que nada percebem do assunto mas pressentem que aquilo tem alguma importância. Quer daqueles que estão em altos cargos, caso assim não fosse a Associação de Arquitectos não teria tomado conhecimento da doação.

As descobertas arqueologias ganhavam um novo animo e um novo impulso, pode-se ler diversos registos mas um dos mais significativos mas foi escolhido um dos que melhor ilustram e representam a realidade de Tomar desde o século XIX até ao momento - “Estando, por motivo de serviço publico, em Thomar no mês de fevereiro d’este anno de 1882, constou-me que se pretendia abrir uma cova para plantar uma arvore d’uma cova para plantar uma arvore n’uma propriedade dos arredores d’aquella cidade, em terreno oposto á margem do rio em que ella fôra edificada, e não se poderá profundar essa cova, porque se havia encontrado grande resistência: appareceram ahi n’essa occasião misturadas com a terra pequenas pedras de côres; havendo-as examinad, reconheci serem fragmentos de mosaico!

Procurei logo o proprietario d’este terreno, que está situado no logar chamado *Marmelais*, distante da cidade dois kilometros, e a um kilometro da margem esquerda do rio *Nabão*. Obtive permissão para se poderem fazer escavações, pois felizmente o referido proprietario é um polido cavalheiro, que com a maior franqueza e urbanidade me facultou ampla licença.”¹⁴⁹

¹⁴⁷ Secretário da Comissão dos Monumentos Nacionais em 1882.

¹⁴⁸ Anais do Município – 1840-1869.p.175

¹⁴⁹ Silva, Guimarães. Thomar St^a Iria. Depositário Livraria Coelho, 27 Rua do Mundo, 29 Lisboa. 1927.pp.54-55.

A par da importância que o conhecimento adquirido pela via da arqueologia se instala, surge, do mesmo modo, a importância e a preservação do património existente no município. Retomando a linha de actuação que tinha sido feita em 1834 no Convento de Cristo, mas devido a causas diferentes – recorde-se que o inventário efectuado no Convento de Cristo serviu para se constatar os prejuízos causados pelas invasões francesas mas também para se saber o que tinha restado - em 1870 fez-se um inventário de todos os bens existentes no município. Pode-se ler a seguinte citação retirada de uma das actas camarárias “a Câmara encarregou o Vereador Teixeira Velho de tomar pessoalmente conhecimento de todos os móveis pertencentes ao Município, fazê-los relacionar, e apresentar em Secção essa relação, para que a Câmara providencie pela sua guarda e conservação.”¹⁵⁰

Por outro lado, e curiosamente muito incongruente face ao que os ideais defendidos, ainda no mesmo ano o Pelourinho do Município é retirado da Praça devido a uma questão estética, veja-se: “por isso que, além de não ter merecimento algum artístico, é um peijamento para a capacidade da Praça.”¹⁵¹

Ainda sobre a questão arqueológica, No ano de 1882 autoriza-se, por parte do município de Tomar, que o Arqueólogo Conselheiro, Joaquim Possidónio Narciso da Silva, pudesse proceder a umas escavações “para descobrimento de antiguidades romanas em terreno ocupado, em parte, pelo caminho de Marmelais de Baixo, próximo a esta Cidade.”¹⁵²

As referências do foro arqueológico são um pouco abandonadas no final do século XIX mas não significa que a prática tivesse sido abandonada. Uma das imagens encontradas durante a investigação para a tese, demonstra um busto romano, numa das entradas da cidade, perto de São Lourenço (local célebre na história da cidade por Dom Nuno Alvares Pereira se ter encontrado naquele local com D. João I antes de irem para a Batalha de Aljubarrota) Estátua mutilada no topo da muralha Sebástica - Autoria: José Vieira Guimarães (encontra-se na obra: Thomar St^a Iria de 1927 – no anexo 3 – outras imagens da Cidade.) – Desconhece-se se já lá estava ou tivesse sido levada para lá numa atitude de valorização histórica.

¹⁵⁰ Anais do Município de Tomar 1870-1900.p.3

¹⁵¹ Idem.p.18

¹⁵² Idem.p.193

Outro dos aspectos que se prende de forma intrínseca com a história e toda a questão em torno do Iluminismo é o ensino. Pensa-se que não havia um programa rigoroso, ou pelo menos um método bem estabelecido e definido. Por um lado, sabe-se que no ano de 1876 a Câmara da Cidade encomendou uma série de *Cartilhas Maternais* com o Método defendido por João de Deus para leccionar nas escolas do Concelho. “O Presidente, tendo lido um artigo com respeito aos vantajosos resultados que se têm obtido no ensino primário com a adopção de um novo método do Dr. João de Deus, chamado a *Cartilha Maternal*, a Câmara autorizou a compra dos exemplares dessa Cartilha julgados necessários.”¹⁵³ Todavia, e a da pesquisa da tese não se debruçar na educação e o método de educação utilizada no final do século XIX, constatou-se, e devido à questão da construção do muro na Escola Conde de Ferreira, que o método de ensino pudesse ser, ou estivesse intrinsecamente ligado com o método inglês onde a prática desportiva era uma constante. Pode-se ler isso de forma mais incisiva nos Maiais, onde Eça de Queiroz escreve a propósito da educação de Carlos da Maia.

Mesmo com os métodos educativos a serem mais ou menos definidos, sabia-se que as crianças representavam uma das fontes de rendimento e de subsistência para as famílias de camadas mais pobres do município. Desta forma, adaptava-se um ensino flexível para que o trabalho fosse rentabilizado pela escola, ou vice-versa. Por exemplo, no ano de 1883, não explicitando se seria sempre assim, ou não, que as aulas começariam em Setembro em vez de Outubro para que os alunos tivessem dispensa no mês de Novembro para poderem apanhar azeitonas. O município autorizou o pedido do Professor.

Por fim, e dentro do cunho histórico mas muito iluminista e positivista que denotava bem o espírito vivido em Tomar, pelo menos pelas classes mais esclarecidas, é a separação da Igreja com o Estado. Não obstante das Procissões do Corpo de Cristo se realizarem anualmente, em 1878, há um edital que refere peremptoriamente “ (...) foi dito que pertencendo à Câmara o Sino do Relógio, colocado na Torre da Igreja de S. João Baptista, propunha que o mesmo sino não tocasse sem licença da Câmara, o que foi aprovado.”¹⁵⁴ Note-se que a primeira referência à Festa dos Tabuleiros/Culto do Espírito Santo só surge no ano seguinte o que é estranho tendo em conta o carácter laico da cidade.

¹⁵³ Idem.p.120

¹⁵⁴ Idem.p.133

Não se verificaram mais referências dentro deste carácter histórico/arqueológico/ensino até ao século XX nos Anais Municipais. O que não significa que tenha existido um desinteresse por parte do município ou pelo menos pouca relevância dada ao assunto devido às novas empreitadas que se começaram a fazer, como já foi lido mais atrás. Por outras palavras, até a história, até a arqueologia e o ensino representavam o novo espírito e a nova concepção e um novo paradigma de civilidade que se sentia em Tomar.

2.4-Banhos

Tomar, cidade do interior do país, possuía alguma burguesia devido ao desenvolvimento industrial que se acentuara a partir do século XVIII. Na verdade, a cidade contava já com uma grande tradição industrial desde os finais da Idade Média devido ao monopólio que os Freies do Convento de Cristo detinham. Apesar da notória quebra existente após a Extinção das Ordens Religiosas em 1834, o número de indústrias é crescente o que se reflecte, de certa maneira, os gostos e vivências da cidade.

Uma das tendências muito em voga no século XIX são as casas de veraneio que vinha no sentido de civilidade urbana.

Comummente, a partir da Páscoa, quando os campos começavam a florir e os dias a aquecer, a burguesia deixava a metrópole – Lisboa – onde residia nos tempos mais frios e onde se deslocava para se *aculturar*, para virem para a província onde se instalam até ao final das vindimas. Apesar de todo um ritual de “adaptação” campestre e retorno às origens, nomeadamente todo o ritual em torno das colheitas dos morangos ou da apanha das amoras com a boca, que deixavam a cara ensanguentada, os gostos ditos refinados e citadinos nunca se perdem, ou tentam-se, pelo menos, reproduzir. Nomeadamente a prática de banhos. Recordemos que “também em Portugal, uma elite culta e viajada, encabeçada pelo próprio rei, vai importar rapidamente a ideia de que o mar é saudável e proporciona um lazer muito especial.”¹⁵⁵

É neste período que Tomar não tendo mar nem uma tradição balnear, a adquire devido a esta simbiose de cultura citadina versus provinciana. Simultaneamente, com uma série

¹⁵⁵ Briz, Maria da Graça Gonzalez, *A arquitectura de veraneio os Estoris – 1880/1930* – tese de mestrado em História da Art. Lisboa. U.N.L./F.C.S.H. 1989.p.3

de eruditos que deixam a vida monástica a cidade desenvolve-se substancialmente a nível cultural. É nesta altura que surge de que as águas do Nabão são ricas em calcário e anidrido sulfúrico, o que as torna medicinais para as doenças do foro epidérmico. Na obra *As Águas do Agroal*, um comunicado feito pelo médico cirurgião Vieira Guimarães, em 1931, refere, precisamente, estes benefícios. “Propriedades físicas – As águas, brotando dumas fragas de rocha dura de calcário, possuem como caracteres organolépticos o serem límpidas, não terem cheiro, muito agradáveis ao paladar, leves ao estomago, recordando, por seu aspecto, a água destilada. A sua temperatura é de 18 graus centigrados.”¹⁵⁶

Para cimentar, precisamente a tradição que se tinha vindo a desenvolver desde os meados do século XIX, Vieira Guimarães dá um desígnio e do prestígio do local que começava a alcançar, apesar das parcas condições existentes. Pode-se verificar as condições e o local na imagem n.º 49 do Anexo do *Arquivo Fotográfico António da Silva Magalhães*, e a imagem n.º 1 do Anexo *Outras Imagens da Cidade*.

“As tradições locais e a extensa propaganda que delas têm feito o autor desta memória nos seus escritos sobre o caminho de ferro de Thomar à Nazaré, afamaram o sítio, chamando ao Agroal uma grande população de banhistas para cima de 1000 por ano, que, todos os anos, mais confirmam a beneficência das suas águas.”¹⁵⁷

Outro dos hábitos adoptados da vida cidadina é a arquitectura, aliás, os locais associados aos banhos.

Tomar não possuía uma estância de vilegiatura como Sintra e, Cascais ou Figueira da Foz, contudo, e como se pode observar na imagem n.º 53¹⁵⁸ e nas imagens n.º 11 e n.º 12¹⁵⁹ inspiram vários apontamentos onde a estética era um misto entre o gosto popular e um revivalismo pobre que não se cingia nem ao gótico, nem ao árabe nem ao romântico nem a um gosto regionalista propriamente dito, que propõem algumas arquitecturas balneares.

Genericamente estas casas, vulgarmente designadas por barracas, eram caracterizadas por uma simplicidade quase romântica. Esta simplicidade advinha do facto de haver uma postura que definia que no dia 20 de Outubro - dia de Santa Iria - se retirassem

¹⁵⁶ Guimarães, Silva. *As águas do Agroal*.p.8

¹⁵⁷ Idem, *Ibidem*.

¹⁵⁸ Do anexo respeitante ao *Arquivo Fotográfico António da Silva Magalhães*

¹⁵⁹ Do anexo respeitante às *Outras Imagens da Cidade*

todas as rodas e se demolissem todas as barracas. Com as primeiras chuvas e a tendência alagadiça das margens da cidade (daí haver a Várzea Pequena e a Várzea Grande¹⁶⁰, as cheias eram uma realidade constante.¹⁶¹

Todavia, é só no último quartel do século XIX que se faz referência exacta aos Banhos no Rio Nabão. Na acta da secção de 7 de Julho do ano de 1872, refere: “foi presente um requerimento de D. Delfina Vitorina de Seabra e Silva, desta Cidade, em que pedia licença para construir uma barraca para uso de banhos, no Rio Nabão, frente à Várzea Pequena, obrigando-se a suplicante a demolir a mesma barraca no fim da época de banhos.”¹⁶²

Em 1886 com o rasgamento da Avenida Nova, que se iria dominar futuramente como Avenida Marquês de Tomar, constrói-se um cais na Várzea Pequena com um passadiço de madeira para que as lavadeiras pudessem passar em segurança. É precisamente esse cais que se pode ver nas imagens n.º 11 mas sobretudo na n.º 12. Segundo a tese de mestrado - A arquitectura de veraneio o Estoris – 1880/1930 - da Doutora Graça Briz – O cais, e tendo em conta quem se banhava no Rio era quem estava em tédio, podia ser associado a “um pontão-passeio (“dingue-promenade”) para os que gostam de ver os que se banham”¹⁶³

Para além do cais, pode-se constatar que a Roda que lá se encontra não possui alcatruzes¹⁶⁴.

De acordo com a informação prestada pela Senhora Dona Alda Faria, essa roda servia para bater as águas do rio e provocar espuma, era nessa espuma em que as pessoas se banhavam. O vulgar nome que se davam a esses banhos era: os *Banhos Batidos*.

Ainda numa atmosfera aquática, que se pode associar à uma estância de veraneio, eram os frequentes passeios no Rio Nabão pelas classes mais abastadas, como se pode constatar na imagem n.º 7 do anexo *Outras imagens da Cidade*.

¹⁶⁰ A partir das imagens do anexo do Arquivo Fotográfico António Silva Magalhães n.º 39 – Parte da cidade e 40.º - Várzea Grande – pode-se ver algumas linhas de água e o solo um tanto ou quanto alagadiço.

¹⁶¹ A partir das imagens n.º 14 e n.º 15 do anexo respeitante às *Outras Imagens da Cidade*, pode-se verificar a dimensão das cheias, estas são algumas das imagens existentes da temática.

¹⁶² *Anais do Município de Tomar – 1870-1900*.p.55

¹⁶³ Briz, Maria da Graça Gonzalez, *A arquitectura de veraneio os Estoris – 1880/1930* –. U.N.L./F.C.S.H. 1989.p.8

¹⁶⁴ Pode-se ver como é constituída a Roda – na gíria tomarense designada por Roda do Mouchão por actualmente só existir esse exemplo na cidade – Na imagem n.º 13 do Anexo *Outras Imagens da Cidade*.

“ Deveria ainda possuir outros atractivos, menos decisivos, como um jardim e parque à inglesa, (...), assim como esplanadas e lojas onde se possa usufruir de conforto da grande cidade.”¹⁶⁵ ¹⁶⁶

Caso não fosse a ideia original de criar uma estância de veraneio, Tomar possuía quase todos os ingredientes para o ter: pensão/ hotel, não tendo casino, tinha música nos coretos e teatro bem como, e, o mais importante o local de banhos.

¹⁶⁵ Briz, Maria da Graça Gonzalez, *A arquitectura de veraneio os Estoris – 1880/1930 –*. U.N.L./F.C.S.H. 1989.p.8

¹⁶⁶ Pode-se ter uma breve noção do comércio existente nos finais do século XIX na imagem em anexo do *Arquivo Fotográfico António da Silva Magalhães - Imagem 46 - Festa dos Tabuleiros*.

III - Imagens da Cidade

3.1-Burricadas

Os burros eram um dos meios de transporte mais usados pela pequena e média burguesia em Portugal, sobretudo em meios provincianos como Tomar. Que para além do cunho utilitário, tinha um cunho lúdico.

Neste sentido era comum organizarem excursões/passeios em burro – *as burricadas* – geralmente eram todo o dia e onde participavam ambos os géneros.

Pelo divertimento proporcionado, este hobbie aglutinava quase todas as forças da cidade. Um chamariz sonoro e sorridente, onde a presença de Baco era uma constante. De acordo com algumas memórias literárias tomarenses, pode-se ler: “duma vez organisámos um passeio à nascente do Rio Nabão, que era na verdade interessante e pitoresco, por ser a pé, por entre pinhais, cerca de 3 léguas.

Levámos um burro com os respectivos farnéis, até que na Fábrica de Papel de Porto e deixar, visto o caminho de aí para a Nascente não ser de molde a levar o animal.

Cada um, pois, pegou no seu farnel, e o meu que, para contrapesar a carga do burro, lhe tinham metido dentro uma pedra que não pesava menos de 4 a 5kg., bastante me carregou.

(...) Como era tudo paródia e rapaziada amiga rimos, e tratamos logo de tomar um banho, mesmo à saída da nascente.”¹⁶⁷

Saíam de casa com o picnic, como se pode ler nas memórias de César Gonçalves e os destinos eram os mais variados. O Agroal deveria ser um dos sítios de eleição devido aos limites geográficos do concelho, por ter a nascente de um dos alvéolos do Rio Nabão, por comungar com a natureza e por se situar num vale bastante profundo, a inclinação do local é bastante acentuada, o que deveria proporcionar grande entusiasmo.

Na obra *Alguns aspectos de Tipismo e Tradições Tomarenses*, escrita por Fernando Ferreira, no Seminário Regional de Tomar sobre a Defesa do Património, refere: “e também aquelas ruas viam anualmente, pelo Verão, a grande burricada do Alto do Piçarra. Era o passeio tradicional ao Agroal. Onde um grupo de tomarenses, operários e amigos, passava um domingo, comendo, bebendo, refrescando-se com banhocas nas águas frias da Nascente do Rio, com fama de milagrosas. Quando regressavam, perto da

¹⁶⁷ Gonçalves, César, Recordações. Editora Gráfica Portuguesa Limitada, Lisboa 1944.pp.17 - 18.

noitinha, era uma festa. Os músicos esperavam-nos na Várzea Pequena. E lá iam por essa cidade, ao som do fungagá, bandeira de 1915 ao alto. À frente da burricada – uma longa burricada – o Botica. Chapéu de ceifeira, às três pancadas, lenço vermelho campesino ao pescoço, garrafão vasio à ilharga do burro... Já com uns copitos, dava vivas a cada passo: *Vivó Grupo do Alto da Piçarra!* E logo um coro: *Vivóóó!* Toda a cidade assistia àquela chegada afamada.”¹⁶⁸

Estas crónicas não são exclusivamente tomarenses. São sobejamente conhecidas as crónicas de Cacilhas¹⁶⁹, sobretudo pela serra de Sintra - “Não havia (...) – contou Júlio César Machado (Apontamentos de um Folhetinista.) maior divertimento do que uma burricada. Associavam-se para isso um rancho de pessoas amigas. As senhoras adoravam aquela folia; quanto mais caíam, mais riam; os pequenos faziam galopar os burrinhos em que iam, à força de os picarem com uma verdasquinha, aparada para esse fim com o canivete dos lápis, e lhes ficarem os estribos na barriga (...).”¹⁷⁰

Apesar do cunho pouco cultural desta prática, com o desenvolvimento da sociedade, as raízes parecem longínquas e as referências parcas, e não deixa de ser uma das imagens da cidade mais ou menos cultural ou de entretenimento.

3.2-Teatro

As referências escritas e visuais que dizem respeito ao teatro em Tomar remontam só aos finais do século XIX e de teor bastante desalinhado.

A nível fotográfico, escolheu-se a fotografia n.º 51 do Anexo n.º1 que representa o grupo amador dramático liderado por António da Silva Magalhães. Por uma questão de congruência, se existia uma fotografia do grupo dramático, decerto existira representação e por isso récitas. Por outro lado, há várias imagens de trajes pouco usuais, por exemplo um homem vestido de índio. A falta de legenda que justifique a imagem como um adereço de uma récita, o mesmo traje encaixa-se no perfil de um mascarado de Carnaval ou de uma personagem das artes circenses.

¹⁶⁸ Ferreira, Fernando, Alguns Aspectos de Tipismo e Tradições Tomarenses in Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar. 1 de Março de 1981 – n.º 1.p.21.

¹⁶⁹ A Câmara Municipal de Almada tem vindo a recuperar a História e a Tradição das burricadas. Referi Sintra a Cacilhas precisamente por encontrar mais referências sólidas destes passeios. Não estou a anular outros sítios e outras burricadas tão importantes como estas.

¹⁷⁰ Cândia, Francisco; Lisboa no tempo do passeio público – Volume 1 – 1962 (Instituto de Coimbra e do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia.p.289.

No que diz respeito às referências de suporte escrito, a realidade tal como aconteceu a nível fotográfico não difere substancialmente. As primeiras referências escritas surgem só no ano de 1866 aquando o empresário de *Cavalinhos*, pede à Câmara o arrendamento do claustro do Extinto Convento de São Francisco durante um mês. “A Câmara, atendendo a que aquele Claustro já tinha sido arrendado por mais vezes para aquele fim, entende que é de conveniência aceitar esta receita eventual pelo referido arrendamento.”¹⁷¹ A partir da expressão idiomática utilizada em acta: *já tinha sido arrendado por mais vezes para aquele fim*, constata-se que as récitas poderiam ser mais comuns do que efectivamente se pensa e está registado.

Em 1884 o tomarense Augusto César Pereira Prista pediu uma licença para construir um teatro-barraca na Várzea Grande. Para se poder representar a *Companhia Dallot*. Pode-se ver na fotografia n.º 39 do Anexo n.º1 o teatro-barraca ao lado da Escola Primária Conde Ferreira.

No ano de 1890 o grupo de *Teatro Nabantino*, emite um empréstimo em obrigações de 1\$000 réis cada, para concertos, obras necessárias e compra de adereços cénicos.¹⁷² Na dissertação de Filomena Marques Galvão, pode-se ler: “É da época, também, o primeiro teatro que Tomar possuiu, o Teatro Nabantino, situado na Rua Direita dos Açougues, no local hoje ocupado pelo actual; o qual na opinião de José Inácio Costa Rosa (1991) vem comprovar a importância de Tomar no contexto nacional, pois eram poucas as povoações que possuíam este importante veículo de cultura.”¹⁷³ Apesar de não se encontrarem referências que mostrem em que época se tratava aquando surgiu e onde surgiu o Teatro Nabantino, sabe-se que na última década do século XIX já existia. Ainda na dissertação de Filomena não foram encontradas quaisquer referências ao Grupo Dramático Silva Magalhães liderado por António da Silva Magalhães, apesar de existir a fotografia que comprova a existência do mesmo, como atrás foi referido. Também, ainda, na obra de Filomena não foi encontrada mais nenhuma referência a grupos teatrais tomarenses.

No entanto, e recuando à década de oitenta, pode -se ler no *Jornal d'A Verdade*, uma referência quase em nota de rodapé de uma informação retirada do *Jornal Diário de*

¹⁷¹ Anais do Município de Tomar – 1840-1869.p.265

¹⁷² Anais do Município de Tomar – 1870 – 1900.p.305

¹⁷³ Galvão, Filomena Maria do Carmo Marques, Tomar as Instituições e os agentes de cultura – a imprensa do século XIX e o advento da 1.ª biblioteca popular. Universidade Autónoma de Lisboa 2005/2007p.18

Notícias: “ não é exacta a notícia dada pelo nosso colega o Diário de Notícias, dizendo que a oficialidade de infantaria 11 ia promover uma recita no teatro desta cidade (...).”¹⁷⁴ Por aqui, e tendo em conta a citação que diz respeito ao empréstimo efectuado pelo Grupo Nabantino e pela citação da mestre Filomena que não refere qualquer data específica, nos meados da década de oitenta havia já um teatro onde actualmente se encontra o Cineteatro Paraíso (na Rua Infantaria n.º 15). Por outro lado, a prática de récitas deveria ser uma prática muito comum, visto que até os Oficiais da Infantaria o faziam. O que faz todo o sentido, se se tiver em conta uma das cartas escritas em 1892 por D. Virgínia de Castro e Almeida, filha do 1.º Conde de Nova Goa e referência por uma das suas descendentes, Maria João de Castro: “ Hoje vamos ao teatro a Tomar. Récita de amadores em benefício do asilo de crianças cegas em que te tenho falado. (...) O teatro está enfeitado com flores e leques e parece que as meninas Tomarzinhas vão decotadas e de manga curta etc ... (...).”¹⁷⁵

Do mesmo modo, deve-se ter em muita atenção o trabalho de António de Silva Magalhães. Nota-se, pelos anúncios de índole literária publicados no seu Jornal, havia o gosto pela cultura e pela literatura, portanto fazia todo o sentido em que houvesse referência ao teatro já que esta prática vem já desde a Antiguidade Clássica. Além disso, e tendo em conta as expressões idiomáticas usadas no Jornal *A Verdade*, carregadas de ironia de humor¹⁷⁶, fazia ainda mais sentido a prática teatral nesta cidade.

3.3-Festa dos Tabuleiros

A Festa dos Tabuleiros é tida até à data como a celebração mais importante da cidade de Tomar. Segundo várias referências bibliográficas, cujas fontes de informação não são citadas nem apresentadas, remetem para o Culto do Espírito Santo celebrado em

¹⁷⁴ Pode-se ler o excerto do Jornal *A Verdade* do ano de 1885 no dia 18 de Janeiro, na página 3 ou no anexo respeitante aos excertos retirados do Jornal *A Verdade* – imagem n.º 5.

¹⁷⁵ Castro, M.ª João Mendia de, O Rio Há 100 anos... in Boletim Cultural da Câmara de Tomar, volume 17. Tomar, Outubro de 1992

¹⁷⁶ Pode-se ler no anexo n.6 referente aos excertos retirados do Jornal *A Verdade*, a crítica e a ironia mordaz efectuadas à Festa dos Tabuleiros de 1885 – aqui é bem subjacente as características de António da Silva Magalhães.

Portugal desde a Rainha Santa Isabel, esposa do Rei D. Dinis. Há, igualmente, diversas obras que referem e estudam a Festa do Espírito Santo, como culto de origem pagã, nomeadamente o Culto à deusa Ceres. Várias publicações tomarenses defendem que a aldeia de Ceras¹⁷⁷ que se situa nas proximidades de Tomar, recebeu precisamente tal nome por derivação romana. Esta ideia surgiu acoplada à descoberta do vasto património arqueológico romano artefactos arqueológicos romanos nesta localidade.

Por outro lado, devido à profunda tradição religiosa que Tomar era pautada – recordemos que Tomar nos inícios do século XIX contava com cinco Mosteiros¹⁷⁸ pensa-se que o culto tenha evoluído como prática recorrente de agradecimento a Deus pelas boas colheitas. Inclusive pensa-se que os Monges do Convento de Cristo tenham incutido estas práticas aos habitantes da aldeia de Carregueiros¹⁷⁹ – devido à relativa proximidade do Convento de Cristo. Neste contexto de pobreza existente no concelho, associou-se, igualmente, que o dito Culto ao Espírito Santo tenha evoluído da índole religiosa à índole caritativa – a distribuição do bodo após a cerimónia. Não obstante, havia mais duas festas ou arraiais¹⁸⁰ de cariz caritativo na cidade. Contudo há poucas referências e pouco documentadas à Festa de S. Gregório, perto da ermida tardo-gótica – manuelina – situada na Várzea Pequena – onde o *Bodo* serviria para amparar os mais pobres. As poucas referências existentes referem que no dia 25 de Setembro de 1881 houve uma dessas festas. Pode-se ler numa das actas municipais: “realizou-se em 25 de Setembro, na sua Capela da Várzea Pequena, com as costumadas festas, fogaças e um jantar a 50 pobres.

Na véspera houvera fogo de artifício, balão, etc.”¹⁸¹

Com pouca informação também, é a Festa do Círio da Nossa Senhora da Piedade. Sabe-se que perto da Igreja da Nossa Senhora da Piedade havia uma casa para os

¹⁷⁷ Dom Gualdim Pais antes de construir o Castelo e o Convento em Tomar, pensou em aproveitar um antigo Mosteiro que se encontrava em Ceras. Mas pela escassez de recursos hídricos e de segurança, devido às grandes planícies, a escolha reverteu-se por Tomar.

¹⁷⁸ O Convento de Cristo, onde albergava os Freires da Ordem de Cristo. O Convento de S. Francisco, situado na Várzea Grande, que recolhia Monges da Ordem Franciscana. Em Cem Soldos, na actual Quinta da Anunciada Velha, havia Monges Capuchinhos. O Convento de S. Francisco de Santa Cita, em Santa Cita com a evocação a S. Francisco. E, o Convento de Santa Iria, este de Freiras com devoção a Santa Iria reguladas pela evocação a Santa Clara.

¹⁷⁹ A aldeia de Carregueiros é a única aldeia do concelho que mantem a tradição da saída das coroas e da Festa dos Tabuleiros.

¹⁸⁰ *Arraial* ou *festas* – o conceito vai derivando nas poucas referências existentes nos arquivos camarários.

¹⁸¹ Anais do Município de Tomar – 1870-1900.p.187.

expostos da cidade. Há várias referências bem documentadas nos Arquivos Camarários e em diversa bibliografia, de que as Amas recebiam mal e que muitas vezes tinham que sustentar os expostos com mais de seis anos – idade em que deixavam de estar protegidos – todavia, a primeira referência efectivamente bem documentada, pelo menos nos Anais do Município de Tomar, datam do ano de 1881- “ Realizaram-se em 1 de Setembro, com música vocal e instrumental, havendo à tarde fogaças.

Na véspera houvera fogo de artifício. Música e dois balões.”¹⁸² Desconhecem-se as verdadeiras intenções desta festividade. Se tinha um cunho caritativo como a Festa de S. Gregório se era uma marca tão-só religiosa que as vendas e donativos se destinavam à manutenção dos espaços religiosos.

Retomando a Festa dos Tabuleiros, a primeira fonte escrita que referêcia o culto surge só na década de sessenta do século XIX. Pode-se ler: “Em 2 de Junho, Augusto César Prista, desta Cidade, requereu verbalmente que lhe fosse concedida licença para poder construir, tão-somente pelo tempo dos Festejos do Espírito Santo, desse Ano, uma escada junto ao muro do quintal das casas, situadas na Várzea Grande, com frente para a Travessa dos Arcos onde tem estabelecido um Hotel (...).”¹⁸³ Na verdade, esta referêcia é um tanto ou quanto dúbia. Levando a crer que a festividade não possuía uma tradição propriamente vincada, apesar de já existir.

A primeira referêcia concreta, conhecida, onde explicava o programa das festividades do Culto ao Espírito Santo, surgem no Jornal d’A Verdade – a 16 de Maio de 1880.¹⁸⁴ “ A Verdade, de 16 de Maio, informa: *Celebram-se este ano nesta cidade os festejos do Divino Espírito Santo com a maior pompa possível.*

O programa é o seguinte:

Dia 4 de Julho (sexta-feira): Festa dos Tabuleiros, que reunirão na Praça; às 4 horas e sairão em procissão pela Corredoura, em direcção à Igreja de Santa Maria, onde se procederá à bênção do pão e da carne, seguindo depois, em procissão, até à Misericórdia, onde recolhem.

Dia 5 de Junho, sábado: Distribuição do Bodo, segundo o uso antigo, nos carros, por todos os fogos da Cidade.

¹⁸² Anais do Município de Tomar – 1870-1900.p.186.

¹⁸³ Anais do Município de Tomar- 1870-1900.p.141

¹⁸⁴ Pode-se ler a informação no Jornal d’A Verdade no anexo respeitante aos *Excertos e Informações retiradas do Jornal A Verdade de António da Silva Magalhães* – imagem n.º 1.

Dia 6 de Junho, domingo: Missa cantada em Santa Maria dos Olivais, orando o Prior de Paialvo, Dr. Costa Pinto.

Durante estes três dias e respectivas noites, estará aberto um Bazar de prendas na Rua da Graça, a qual. Das 8 às 12 da noite, será brilhantemente iluminada e engalanada de buxo e flores, como é costume, e tocará a Filarmónica Nabantina e a Banda do Regimento n.º11, alternadamente.^{185 186}

Neste pequeno fragmento poder-se-ão recolher três informações muito úteis em relação à Festa do Espírito Santo.

O percurso. Saía da Praça – a actual Praça da República - designada por Praça de D. Manuel I durante a Monarquia – passava pela Corredoura, Convento de Santa Iria e dirigia-se à Igreja de Santa Maria do Olival passando pelo Cemitério Público. Após a bênção dos tabuleiros e bodo, fazia-se o percurso inverso, passava-se pela Levada e subia-se à Rua da Graça até à Misericórdia.¹⁸⁷

A decoração - *será brilhantemente iluminada e engalanada de buxo e flores, como é costume.* Anos mais tarde, a decoração altera-se substancialmente. Surge a decoração à *moda do Minho*, que consiste em enfeitar as ruas, o bodo e as segas com flores de papel. Pode-se ver na imagem n.º 46 do anexo 1.

Distribuição do bodo, segundo o uso antigo, por todos os fogos da cidade. Aqui, e com esta informação a ideia da caridade, que mais tarde se irá referenciar, não faz sentido o que leva a crer que esta festividade não remetia tanto para o cunho caritativo mas festivo.

No ano de 1881 surgem duas informações muito curiosas, a primeira é um pedido dos Mordomos da Festa do Espírito Santo para não pagarem o imposto *Real de Água*¹⁸⁸ visto que a festa tinha o intuitivo caritativo.¹⁸⁹ No mesmo pedido escrito por Ernesto Loureiro no *Jornal d'A Verdade* de 26 de Junho a prática da Festa dos Tabuleiros era

¹⁸⁵ Anais do Município de Tomar – 1870-1900.pp.168-169.

¹⁸⁶ Em anexo encontra-se o fragmento do *Jornal A Verdade* de 16 de Maio de 1880 – n.º 3, 1 Ano, que serviu justamente de informação à acta camarária.

¹⁸⁷ O percurso actual sai da Mata Nacional dos Sete Montes, Rua da Graça (actual Avenida Cândido Madureira), Rua Everard, Praça da República onde se procede à bênção dos Tabuleiros, Rua Everard, Avenida Norton de Matos, Rua Manuel de Matos, Avenida Ângela Tamagnini, Rua Marquês de Tomar, Rua Silva Magalhães e Avenida General Bernardo Faria.

¹⁸⁸ Imposto de consumo sobre a carne, bebidas alcoólicas e fermentadas, arroz descascado, vinagre e azeite de oliveira expostos à venda. Pode-se ver na Imagem n.º 3, retirada do *Jornal A Verdade* de 26 de Junho de 1881, Anno 2.º, n.º 61.

¹⁸⁹ Nos anos de 1879 e 1880 tal verba tinha sido aplicada.

“remotíssimas eras nesta Cidade” e por isso não faria qualquer sentido pagar este imposto. Tendo em conta as informações obtidas nos anos de 1880 e 1881 a Festa dos Tabuleiros não possuía uma definição exacta e vincada o que leva a crer que os frutos da tradição ainda não tinham sido colhidos. A não ser que todas as pessoas necessitassem de caridade e por isso o bodo era distribuído em todos os fogos do concelho.

Já no ano seguinte, em 1882 pode-se ler numa crítica subliminar mas muito curiosa: “Constou de “Bodo”, distribuído indistintamente a todas as famílias da Cidade, e acompanhado de cerimónias religiosas, que alguns antiquários pretendem filiar nos ágapes dos primitivos cristãos.”¹⁹⁰ Esta citação vem ao encontro da ideia do parágrafo anterior – a Festa dos Tabuleiros não possuía uma tradição tão vincada como usualmente se defendia e por isso havia a necessidade ou cria-se *filiar nos ágapes dos primitivos cristãos*. Tendo em conta, ainda, a afirmação anterior *alguns antiquários e*, recorrendo à obra *A invenção das tradições* do falecido antropólogo Eric Hobsbawn - “Muitas vezes, “tradições” que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não são inventadas.”¹⁹¹ O Antropólogo refere ainda: “Contudo, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições “inventadas” caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras, elas são reacções a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória.”¹⁹² A anexar a esta ideia, há, também, uma ideia muito interessante escrita por Fernando Araújo Ferreira, mais conhecido por Nini, um dos ícones da cidade de Tomar, em 1978, na sua obra – *Coisas Simples da Terra Tomarense* - em relação à Festa dos Tabuleiros que reforça precisamente a teoria de Hobsbawn - “Procurar as origens remotas da Festa dos Tabuleiros é missão que se nos afigura extremamente difícil. Sobretudo para nós que, apesar de termos a Festa no sangue e na tradição (de pais e avós), não possuímos a preparação especializada suficiente para estudos de investigação histórica e etnológica mais profunda.”¹⁹³

¹⁹⁰ Anais do Município de Tomar – 1870-1900.p.201

¹⁹¹ Hobsbawn, Eric, e Ranger, Terence, *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.p.9

¹⁹² Idem.p.10

¹⁹³ Ferreira, Fernando, *Coisas Simples da Terra Tomarense – Festa dos Tabuleiros, Círio da Senhora da Piedade*. Edição da Junta Distrital de Santarém, 1978.p.13

Apesar da dita solidez, factor essencial à passagem dos tempos, em torno das Festas do Espírito Santo, há a constante adaptabilidade aos novos tempos, às novas eras e às novas obras. No ano de 1884 introduz-se as touradas da Festa dos Tabuleiros, que actualmente – século XXI ainda se fazem. No ano seguinte, em 1885, a Festa dos Tabuleiros já possui tourada à noite onde a iluminação se fazia a *luz eléctrica*.¹⁹⁴ Com a Avenida de Marquês de Tomar terminada e o acesso ao Jardim Público da Várzea Pequena facilitado, a partir do ano de 1890 começa-se a enfeitar com luz eléctrica as árvores quer da Avenida quer as do Jardim, simultaneamente, colocam-se mastros e bandeiras e armam-se barracas de quermesse.

A partir de 1892 surge a Festa do Espírito Santo dos Rapazes. Esta componente da Festa consistia no desfile de crianças com tabuleiros em miniatura. Esta componente extinguiu-se nem que exista referência a tal, contudo foi retomada nos finais do século XX pela Senhora Dona Alda Faria e um dos Infantários da Cidade.

No ano de 1893 o percurso da Festa dos Tabuleiros é alterado. De acordo com o que se pode ler nos Anais do Município que citou o *Jornal d'A Verdade*¹⁹⁵, “Reunião dos Tabuleiros no Bosque de Chorões da Várzea Pequena, seguindo dali pela Rua Direita até à Praça de D. Manuel I, à qual darão a volta: bênção do pão na Capela de S. João Baptista, continuando a Procissão pela Rua de Serpa Pinto, Ponte, Rua Marquês de Pombal, onde dará a volta, seguindo pela Rua Everard e Rua da Graça até à Misericórdia.”¹⁹⁶ É neste mesmo ano que se observa que a Festa recebera prendas da Família Real “ (...) Nos 3 dias houve iluminações, Bazar – em que havia várias e valiosas prendas, entre elas uma oferecida pela Rainha D. Amélia por intermédio do Conselheiro João Tamagnini da Mota Barbosa, Chefe do Partido Progressista do Concelho – e músicas na Várzea Pequena, com fogo-de-artifício queimado na Avenida. (...)”¹⁹⁷

Mais uma vez, a ideia de tradição é questionada. Caso a Festa dos Tabuleiros estivesse imbuída no profundo culto e caso contasse com uma grande tradição histórica,

¹⁹⁴ Pode-se ver o cartaz a anunciar tal tourada, no anexo n.º 4 – *Excertos e informações retiradas do Jornal d'A Verdade de António da Silva Magalhães* – Imagem n.º 2.

¹⁹⁵ Devido ao mau estado em que a digitalização se encontra foi de todo impossível confirmar a afirmação.

¹⁹⁶ Anais do Município de Tomar – 1870 – 1900, pp. 332 – 333.

¹⁹⁷ *Idem Ibidem*.

decerto não seria só no final do século XIX que a Família Real participaria sobre uma forma subliminar nesta Festividade.

No final do século XIX a Festa dos Tabuleiros sofre um interregno. Desde a comemoração do sétimo centenário da morte de Dom Gualdim Pais, as verbas camarárias destinadas a auxiliar a Festa dos Tabuleiros, iram para um cofre destinado à construção de um monumento que glorificasse e dignificasse Dom Gualdim Pais. No início do século XX recupera-se o culto mas devido às grandes guerras, sofre um novo interregno entre 1914 e 1936, sensivelmente. Na década de cinquenta, ao sabor da regularização das ditas tradições os trajes sofrem uma transformação quase ao modo do uniforme, pela mão de António Ferro.

As primeiras referências de temperamento literário desta festa surgem só no início do século XX. Esta questão é um tanto ou quanto enigmática já que no século XIX que se arrastou até às primeiras décadas do século XX. É notória uma sobrevalorização dos elementos ditos tradições e de índole histórica. Por exemplo, a sobrevalorização do gosto manuelino, a consagração dos descobrimentos portugueses, a dignificação dos mitos e lendas - de Dom Pedro e Dona Inês de Castro; Eurico, o Presbítero entre outras, e o todo o ritual em torno do Culto do Espírito Santo ou da Festa dos Tabuleiros aparecer um tanto ou quanto anulada, ou mesmo inexistente.

Retomando a questão literária em torno da Festa dos Tabuleiros, como acima foi referenciado, só a D. Virgínia de Castro Almeida, tomarense que vivia em Lisboa, escreve e reflecte e escreve sobre as festividades em torno do Culto do Espírito Santo durante o século XIX¹⁹⁸. Ora leia-se na sua obra Terra Bemdita: “Deixaram a alameda d plátanos. As ferraduras dos *hakneys* batiam as calçadas sonoras das ruazinhas da villa e o break ia passando entre as casas caídas de branco, de janelas abertas e enfeitadas de colchas e flores.

A gente do campo, endomingada, cheia de animação e de alegria ruidosa, cobria os passeios. (...) Os passeios estavam negros de povo. O povo tão vistoso do Ribatejo, com os seus homens de carapuços verdes, vermelhos ou pretos orlados de cores claras, de cinzas azuis ou encarnadas, de jalecas ao hombro deixando á mostra a brancura crua das mangas das camisas; os lenços sarapintados das mulheres de chales no braço e vestidos de chitas garridas. (...)

¹⁹⁸ Note-se que os artigos de António da Silva Magalhães tinham o intuito “científico” e não literário.

Lá do fim da rua aproximava-se devagar uma onda de gente... uma onda compacta por cima da qual fluctuavam bandeiras, riscada pelas duas filas cerradas das raparigas vestidas de branco, trazendo á cabeça os cestos vindimos de onde se erguiam as torres de pão enfiado em cannas, coroadas de flores e de pombos. (...).

A'noitinha antes de partir, deram uma volta pelo jardim publico todo iluminado (...).”¹⁹⁹

Só nos meados da década de 50 do século XX existe uma referência dita literária da Festa num dos Jornais da Cidade. Ora leia-se “Se os festejos complementares do Cortejo nunca alcançaram ainda aquele nível cultural que se impõe e que seria condizente com a beleza do desfile dos Tabuleiros se, através das suas últimas festas, ainda se condescendeu muito com o demasiado banal, não aliando a certa faceta popular outros espectáculos de mais profundidade e mais sumo, certo é que o primeiro passo para o ideal foi dado ao marcarem-se, sem transigências, padrões de tabuleiros e de indumentária masculina e feminina.

O resto, o acessório, a fase complementar. Há-de chegar um dia...”²⁰⁰

Para além da crítica adjacente à regulamentação do traje efectuado por António Ferro, há a nítida sensação de que foi incutido uma vertente cultural à Festa dos Tabuleiros, que outrora inexistia desvirtualizando a sua génese.

¹⁹⁹ Almeida, D. Virgínia de Castro. Terra Bem dita. Lisboa, Livraria Classica Editora. Praça dos Restauradores – 1907. pp.192-199.

²⁰⁰ Saem hoje as Coroas da Festa dos Tabuleiros, in Jornal o Templário. Prop. De Vieiras, Ferreiras & C.ª, Lda. N.º 217, Ano V, Domingo 1 de Abril de 1956.

Conclusão

O título deste trabalho: Arquivo Fotográfico Silva Magalhães – Um Novo Olhar sobre Tomar do século XIX - indiciava, à partida, um trajecto de análise e investigação ao Arquivo Fotográfico e a um estudo sobre Tomar do século XIX. O tema escolhido foi o mais lato possível na medida em que o campo de estudo pudesse, eventualmente, ser alterado e o título permanecesse coerente.

É largamente conhecida a propagação e intervenção do meio fotográfico nas nossas vidas e na nossa sociedade. As imagens estiveram desde sempre presentes na forma como a realidade foi decifrada, foi compreendida. Desta forma, e como foi referenciado no Catálogo da Exposição “António da Silva Magalhães – Photographo de Thomar” – “É conhecida a importância do espólio fotográfico que Silva Magalhães legou a Tomar. A colecção que chegou até aos nossos dias foi doada à Câmara Municipal de Tomar. Concretizaram a doação do espólio fotográfico, o Sr. José António de Magalhães Soares e o seu cunhado, o Sr. Jaime de Oliveira. Desde esse dia, nem sempre a colecção se encontrou nas melhores condições de arquivo e conservação, o que facilitou algumas perdas e extravios de originais fotográficos e dificultou a sua utilização, investigação e divulgação.”²⁰¹

A importância de que se reveste este arquivo²⁰², apesar das falhas em cima expostas, representa um contributo fundamental para a História do último quartel do século XIX da cidade de Tomar. Possibilitando, assim, a criação de uma leitura histórica a partir de documentos fotográficos. Não havendo o conhecimento absoluto de todo o acervo fotográfico Silva Magalhães – Pai – é de todo impossível conceber a propósito que a fotografia encerrou em si.

Reforçando a ideia anterior que o arquivo não possuiu todo o acervo fotográfico, e a ideia expressa na Introdução – de não ter visto o espólio na totalidade, ou seja, partir daquilo que me foi dado a conhecer pela técnica responsável pelo Arquivo Fotográfico – a Dra. Patrícia Romão; a par de outras ilustrações encontradas em livros, pude traçar uma pequena cronologia e efectuar uma pequena História da Cidade de Tomar, tendo

²⁰¹ *António da Silva Magalhães, Photographo de Thomar*, catálogo da exposição. Coord. António Ventura, Março de 2004.p.12

²⁰² O Arquivo fotográfico Silva Magalhães contém obras não só de António da Silva Magalhães e dos seus filhos mas também de outros autores. Aquele que melhor se conhece é António Passaporte que já baliza o primeiro quartel do século XX. A par de outros autores, o Arquivo possui ainda fotografias, ou cópias fotográficas, de colecções particulares mas que a autoria pertencia a Silva Magalhães.

sempre em conta o Arquivo fotográfico, usando-o como documento descritivo que era completo pelos documentos do Arquivo Municipal.

Assim, numa primeira fase houve a leitura de diversa matéria teórica que permitisse observar e pensar a fotografia como documento visual. Posteriormente procurou-se perceber o percurso histórico em torno da técnica e da execução da fotografia.

Só no fim é que se passou ao conteúdo da dissertação propriamente dito.

O trabalho desenvolvido sobre este Arquivo Fotográfico permitiu levantar uma série de questões, que, não foi, naturalmente, possível esgotar.

Um dos temas que cumpre aprofundar, é, de um possível arquivo documental pessoal. Onde, eventualmente pudesse constar cartas ou outro tipo de documentação que enriquecesse o espólio visual.

Outro dos temas é o estudo do jornal *A Verdade* que foi escrito e editado por António da Silva Magalhães até à sua morte.

Por fim, seria o estudo do trabalho produzido – fotografias e postais - pelos filhos de António da Silva Magalhães, sobretudo o Eurico Leopoldo e o Mário Nery, após a morte de seu pai.

Na análise – visualização do espólio do arquivo, não se procedeu à visualização de todo o espólio. Como foi já referenciado diversas vezes, quando fui conhecer o acervo, não me foi mostrado na totalidade. Primeiramente, por se encontrar parte em restauro, posteriormente, por não conhecer o conteúdo das temáticas fotografadas, não as consegui definir, e por isso observei as imagens mais conhecidas e quase só aquelas que já tinham aparecido em publicações e nas agendas culturais. O que foi impossível de trabalhar material novo e em bruto. Da mesma forma, atendendo ao que me foi comunicado, por decorrer uma investigação e trabalho de uma docente da Universidade Nova de Lisboa – A Professora Graça Filipe – ao nível da indústria tomarense, não pude observar o acervo respeitante a esta temática.

Desta forma, e dentro das possibilidades existentes, a História criada nesta dissertação foi composta por três etapas: análise do Arquivo Fotográfico, leitura e análise do Arquivo Municipal, descrição das imagens que se podiam adequar aos documentos existentes²⁰³.

²⁰³ Sentiu-se, sobretudo a partir do último quartel do século XIX a ausência de muita documentação. O que levou ao truncamento de vários capítulos que estavam inicialmente no projecto. Constata-se, ainda, que parte do trabalho foi trabalho de forma leviana por falta dessa mesma documentação que desapareceu.

Todavia, o projecto inicial do trabalho consistia num estudo ao património material e do património imaterial do município de Tomar usando como elemento aglutinador, o acervo Silva Magalhães. Portanto, poderia usar grande parte do trabalho efectuado ao longo dos semestres, sobretudo no que diria respeito à concepção e por aquilo que se entende por Património e parte do trabalho realizado na Unidade Curricular de História Local. Contudo, quando me deparei com o verdadeiro conteúdo, que só foi bem conhecido e estudado após o registo da tese, tive que remodelar e alterar substancialmente todo o trabalho. Ao início foi difícil tal escolha por já ter muita pesquisa efectuada. Porém, e à medida que a segunda pesquisa surgiu e várias pessoas se atravessaram no meu percurso, fiquei satisfeita pela remodelação do trabalho, apesar das diversas dificuldades encontradas pelo caminho apesar do trabalho final ter ficado aquém do ambicionado.

Como já diversas vezes foi apontado, apesar do espólio de António da Silva Magalhães se ter dispersado até ter sido convenientemente protegido pelo Município de Tomar, que de resto assegurou que o Politécnico de Tomar trataria dele, sem este perder a tutela a que fora doado, o acervo tem diversas particularidades a ter em conta. Primeiro, tendo em conta a realidade portuguesa do século XIX, anexado ao facto de António da Silva Magalhães viver na Estremadura e não no Litoral, que poderia condicionar o desenvolvimento - recordemos que o Comboio só chegou à Cidade de Tomar já no século XX – não se verificou de todo essa situação.

O Arquivo conta, de acordo com o sítio do Município com “5250 espécimes, entre as quais 3800 negativos em vidro e 1500 provas originais executadas em diferentes técnicas fotográficas – albumina, papel directo, etc.”²⁰⁴ O que representa um núcleo bastante significativo tendo em conta os danos sofridos ao longo de todos estes anos. Este número representa uma grande fonte para um estudo profundo quer para a História da Cidade como elemento aglutinador e espaço de todos. Mas como fonte dos costumes, práticas e às vivências – formas de estar, formas de agir, formas de vestir e afins - da cidade. Estes números reflectem, de igual modo, o trabalho e a ambição deste homem e dos seus filhos.

A implementação da fotografia no século XIX é, sem a menor dúvida, a resposta aos requisitos do olhar deste século. O homem moderno, o homem do século XIX, é um

²⁰⁴ Ver - <http://www.cm-tomar.pt/pt/conteudos/Camara+Municipal/Servicos+Municipais/Museus1/Arquivo+Fotogr%C3%A1fico+Silva+Magalh%C3%A3es/9e4a6971-7735-4f6d-b390-ab9bbd715cb9.htm>

homem atento e muito activo. Como se pode ver por António da Silva Magalhães - participa nos progressos científicos, políticos, intelectuais e, claro, na vivência do seu tempo. É o cunho parte integrante do desenvolvimento de si mesmo e da sociedade. A câmara fotográfica portátil vem, como uma prótese, um olho móvel e uma memória inesgotável que vem potenciar essa busca frenética do imediato, do aqui e agora, do transitório, que o homem começava a sentir a partir da revolução industrial.

Neste sentido, a história de Tomar possui interessantes contornos que com a ajuda de António da Silva Magalhães - o homem angular da cultura do século XIX em Tomar - pelo seu carácter curioso, experimentalista, inovador e culto; trouxe uma série de inovações e desenvolvimentos à cidade pela via fotográfica.

A fotografia registava, escrevia no momento aquilo que o olho focava, tratava-se de uma memória física e não mental. Simultaneamente retêm aquilo que a retina não consegue devido á diversas impossibilidades e que quando observada com atenção se percebe e se lê coisas que lá estão e não era a intenção de lá estarem. Trajes, gradeamentos, janelas, árvores, fios eléctricos, entre outros dados que são imprescindíveis para compreender a vivência daquela época e que a história muitas vezes não o faz. Foi precisamente isso que tentei fazer durante o estudo e as diversas revisitações da sua obra. Ou seja, é, precisamente, dada a sua constituição e o seu poder de literalidade, que a fotografia estabeleceu em António da Silva Magalhães um sentimento de controlo sobre a imagem do real, criando, simultaneamente a sua realidade pela via do controlo da premissa de ausência, quase total, de intervenção humana em todo o processo, em todos os lugares, em todos os espaços, criando, à sua maneira, uma ausência de interpretação do objecto representado e uma interpretação muito própria. E, por isso a necessidade e a obrigatoriedade de ler, e estudar as entrelinhas, os espaços vazios, os espaços subliminares, os espaços secretos que a fotografia encerra. Dando, sem a menor dúvida, um cunho muito pessoal, quase como uma personalidade adjacente que não se verificou na fotografia dos filhos. Já que estes adoptaram para si a mesma questão nem que tivesse sido inconsciente.

Intrinsecamente ligado à história e ao património criou um museu com acervo de raiz vegetal, naturalia, artificialia e exótica – estes últimos enviados pelo irmão do Oriente.

A par disso, participou na Exposição Universal de Paris mas devido à sua prematura morte, os filhos é que acabaram por receber o prémio.

A sua colecção, como já foi mencionada possui cerca 5000 espécimes fotográficas. Apesar de não serem todas de António da Silva Magalhães, leva a concluir que o

fotógrafo fotografou muito o que lhe valeu uma rentável fonte e o que lhe permitira continuar a fotografar.

Outro dos aspectos de António da Silva Magalhães não muito estudados mas algumas vezes referenciados ao longo da dissertação era a sua constante luta política, defendendo sempre as suas causas.

O Arquivo Silva Magalhães é já conhecido um pouco por todos os habitantes do município. Pode não existir uma associação directa do nome do fotógrafo ou do arquivo às imagens, contudo, as imagens são sobejamente conhecidas. Durante anos estas imagens brindavam n Agenda Cultural, brindavam diversas ilustrações e publicações de Tomar que representavam o século XIX e o século XX, e brindaram diversas exposições que se têm vido a realizar. Estas imagens são bastante acarinhadas e bastante valorizadas pelos tomarenses. Aqui, mostra-se o outro lado da história e do passado, a história e do passado em imagem, o que representa uma fácil interpretação, uma fácil leitura e uma mais fácil identificação com o passado. Quer vivido pelos próprios quer vivido por outros mas relatados como memórias longínquas dos tempos de outra senhora.

Porém, apesar de existir esta profunda ligação a estas imagens, o diálogo permanece quase inalterado. A Festa dos Tabuleiros sempre existiu, o Rio sempre existiu, o Jardim sempre existiu e nada é questionado porque a imagem mostra, e se mostra é porque é verdade e sempre existiu. Porém, quando se cruzam informações das mais diversas origens, por muito parcas que sejam, podem se tornar verdadeiras ameaças a história e às certezas e às bases sólidas das memórias dos tomarenses que nasceram ou renasceram a partir destas imagens deste arquivo.

Este Arquivo pode ser a ferramenta essencial, se assim for trabalhado, como elo de protecção dos valores, dos costumes, tradições, história e património da cidade. Pode ser ainda, o factor de consciência, de estudo e de desenvolvimento de práticas que visam a promoção, divulgação e valorização da cidade como elemento agregador quer de práticas de cultura como práticas económicas na vertente turística.

Verificou-se, ainda, que a História da Cidade está bem estudada a partir do século XX, e o que existe estudado antes desta altura, nomeadamente a questão da cultura musical e afins, está muito bem definido, consistente e esclarecido. Contudo, quando há um estudo que visa o século XIX, uma busca pelas fontes e um cruzamento de dados, constata-se que há muito trabalho por fazer, há muitas informações que não têm consistência ou pelo menos não tem referências exactas e concretas.

Durante a investigação e o estudo do acervo, constatei que este é um estudo que não sendo pioneiro – usar as fotografias como base do estudo da história local – não é propriamente comum na historiografia portuguesa, ou pelo menos na história local. Apesar do trabalho se resumir às páginas que o Bolonha determina, este trabalho pode ser a alavanca para muitos outros a partir de outros acervos fotográficos que existem em Portugal.

O facto da historiografia local se debruçar constantemente sobre os mesmos temas. Onde não se verifica sobre a óptica do investigador, do simples leitor, ou usufruidor, um conteúdo que permeabilize uma nova visão da cidade, este trabalho procurou, a partir dos critérios já em cima mencionados, uma outra visão da cidade a partir do Arquivo Fotográfico, aliás, a partir das fotografias que constituem este Arquivo.

Este trabalho procurou oferecer a Tomar e às suas Pessoas, mais do que o enriquecimento da história local a partir da análise de elementos que à primeira vista representariam uma importância menor. Pretendeu contribuir para o crescimento da consciência histórica, do amadurecimento a relação dialéctica entre o passado desconhecido e o presente, tão próximo e tão seguro. Ou seja, esta visão e este estudo poderão representar, para quem habita, vive e usufrui nesta cidade, a consciência de que independentemente de existir muitos estudos e muitas publicações, nada é garantido e nada é estanque, sobretudo no seio da historiografia. Neste sentido procurei como constituinte desta cidade, perceber a identidade, perceber a sua história e os seus valores para que pudesse de certa maneira remar contra os “cânones” desmistificar a limitação espacial e cronológica estabelecidas há diversas décadas. Da mesma forma trazendo à tona ou revisitando acontecimentos, actores e lugares comuns expandir e debruçar-me na História de elementos ditos secundários, que à primeira vista nada introduz de novo à visão pré-estabelecida. Contudo, e após uma reflexão dos elementos, constata-se uma representação, uma importância e um significado adjacentes – nomeadamente a partir das imagens, por exemplo, do jardim, do coreto, e do passeio público – que revelam, ou são os símbolos físicos de alguns dos valores adquiridos no século XIX. Ou seja, a partir daqueles símbolos tentei aprofundar os meandros da história, identificando e relacionando o desenvolvimento social e rever e reaprender, aquilo que o tempo permitiu, a História Local. Este trabalho poderá oferecer a oportunidade de resgatar um passado, pelo menos mais esclarecido, ainda pulsante nas comunidades. Valorizar o conhecimento popular através de método científico, gerando simultaneamente credibilidade às tradições com pouco registo, pelo menos o registo da sua génese e até

mesmo as orais, nomeadamente a tradição dos Banhos no Rio Nabão que apesar de já se ter perdido, ainda permanece na memória de alguns habitantes.

Porventura este estudo e este trabalho tenham extrapolado um pouco as ditas normas associadas ao estudo da História Local, nomeadamente a oralidade²⁰⁵, a geográfica física e humana, o embutimento nos círculos culturais locais, entre outros, contudo, o uso da fotografia permitiu que extrapolasse, de certa forma estes processos e oferecer aos tomarenses, uma nova visão dos espaços criados ou já existentes no século XIX e que influenciaram em grande medida, ou em toda a medida o carácter, a consciência histórica, social e humana actuais.

Embora sempre condicionada pela visão, pela realidade de António da Silva Magalhães que, dentro das possibilidades, permitiu uma (encen)acção do real – do Tomar do século XIX.

²⁰⁵ Apesar de ter “entrevistado” algumas pessoas mas não talvez o numero desejável que permitisse fazer um estudo mais profundo e mais pela via oral.

Bibliografia:

Fontes:

Arquivo Fotográfico Silva Magalhães

ROSA, A. Amorim, *Anais do Município de Tomar. Extractos das Actas, Correspondência e outros documentos existentes nos Arquivos Camarários*. Volume I, 1840-1869. Câmara Municipal de Tomar, Tomar 1940.

ROSA, A. Amorim, *Anais do Município de Tomar. Extractos das Actas, Correspondência e outros documentos existentes nos Arquivos Camarários*. Volume III, 1870-1900. Câmara Municipal de Tomar, Tomar 1967.

Regulamento para os Cemitérios do Município de Lisboa na Conformidade das deliberações de 10 de Fevereiro de 1887, 27 de Maio de 1891 e 8 de Junho de 1893. Lisboa typographia belenense 1897

Posturas da Camara Municipal da Cidade de Thomar – Lisboa, na Imprensa Nacional 1845

Recursos académicos:

ASCENSÃO, Maria Teresa Alves Martins, *Discursos e práticas hipertextuais: a mudança de paradigma no pensamento contemporâneo sobre a construção da memória colectiva*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Março de 2013

AMARAL, Raquel Filipa de Almeida, *Modelos Didácticos na Museologia e Ensino da Botânica Na Universidade de Coimbra*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra 2011

MACHADO, Ana Filipa Sérgio Romão, *FOTOGRAFIA E ESPAÇO DE (ENCEN)ACÇÃO DO REAL - Para uma leitura da obra Women of Allah, de Shirin Neshat*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Setembro de 2011

GÁLVÃO, Filomena Maria do Carmo Marques, *Tomar as Instituições e os agentes de cultura – a imprensa do século XIX e o advento da 1.ª biblioteca popular*. Universidade Autónoma de Lisboa 2005/2007

JESUS, Francisco José da Cruz, *Arquitectura balnear e modernidade, o exemplo do bairro novo de santa catarina da figueira da foz. (1928-1953)*. Dissertação de mestrado em história da arte, Vol. I – Texto, Lisboa Universidade Lusíada, Abril 1999.

SILVA, Raquel Henriques da, *Lisboa Romântica Urbanismo e Arquitectura, 1777 – 1874*. Dissertação de doutoramento em História da Arte, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1997.

LEAL, Joana Cunha, *Giuseppe Cinatti (1808-1879) percurso e obra – volume I*. Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1996.

FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo, *A Luta Contra os Cemitérios Públicos no Século XIX*. (Ler História, 30 (1996), 19-35) – Artigo de um capítulo da Tese de Doutoramento apresentada em 1995 à Universidade de Paris I – Panthéon-Sorbonne sob o título de Resistances Populaires au Libéralismo au Portugal 1834-1844

BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, *A arquitectura de veraneio os Estoris – 1880/1930 – tese de mestrado em História da Arte*. Lisboa. U.N.L./F.C.S.H. 1989

Recursos literários:

AMAR, Pierre-Jean, *História da Fotografia*. Arte e Comunicação, Edições 70, 2.^a edição revista, Fevereiro de 2011

KRAUSS, Rosalind, *O Fotográfico*. Editorial Gustavo Gili, 2009.

SOUSA, Susana; MARQUES, Rui Costa – *Escolas Conde de Ferreira. Marco Histórico da Instrução Pública em Portugal*. Assembleia Municipal de Sesimbra. Belgráfica – 2009.

CARVALHO, A. M. Lopes de, *Notícia Bibliográfica de D. Ângela Tamagnini D'Abreu*. 2.^a Edição, Tomar, Câmara Municipal 2008

BERGER, John, *Ways of Seeing*. British Broadcasting Corporation and Penguin Books, 2008

NICOLAU, Ricardo (edição), *Fotografia na Arte, de Ferramenta a Paradigma*. Coleção de Arte Contemporânea, Público Serralves, Volume 6. Fundação Seeralves, Jornal Público 2006

SOUSA, António de, *A Construção de uma Identidade, Tomar na vida e obra de Fernando Lopes-Graça*. Edições Cosmos, Dezembro de 2006

MAGALHÃES, António da Silva, *Photografo de Thomar*, coordenação António Ventura, Gabinete de Publicações, CMT, Março de 2004

BERGER, Jonh, *Modos de Ver*. Editorial Gustavo Gili, 2004.

BARTHES, Roland, *A Câmara Clara. Arte e Comunicação* – edições 70, Setembro de 2003.

PASSOS, José Manuel da Silva; *O Bilhete Postal Ilustrado e a História Urbana de Tomar. Cidade Templária, Memória da Cidade* – Editora Caminho S.A. – Lisboa 2001

SENA, António, *História da imagem Fotográfica em Portugal, 1839 – 1991*, Porto Editora, Porto – 1998.

VENÂNCIO, Manuel Brás, *Subsídios para a História da Imprensa Periódica no Concelho de Tomar* – Volume I (1879 – 1900). Instituto Politécnico de Tomar – Outubro de 1997.

SILVA, Raquel Henriques da; CASTRO, Laura, *História da Arte Portuguesa, época contemporânea*. Universidade Aberta, 1997

BENJAMIN, Walter, *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*. Relógio d'Água Editores 1995

FREUND, Gisèle, *Fotografia e Sociedade*. Comunicação e Linguagens, 2.ª edição, Veja Editores, 1995

FRANÇA, José Augusto, *Lisboa Pombalina e a Estética do Iluminismo* in Lisboa Iluminista e o Seu Tempo. UAL, Universidade Autónoma de Lisboa, 1994.

MARQUES, Pedro (coordenação), *Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar, n.º18*, Março de 1993

MEDINA, João. *A Toponímia – Local de Memória*. Primeiras Jornadas de História Local e Regional, Edições Colibri, Lisboa.1993

CASTRO, M.ª João Mendia de, *O Rio Há 100 anos...* in Boletim Cultural da Câmara de Tomar, volume 17. Tomar, Outubro de 1992

RELVAS, Eunice; Braga, BEBIANO, Pedro, *Coretos em Lisboa 1790-1990*. Editorial Fragmentos, Lda. – Dezembro 1991

A.A.V.V. (1991) *O Castelo Templário e o Convento da Ordem de Cristo em Tomar*, Sempre in: Tomar – perspectivas. Edição Festa dos Tabuleiros 1991

MONIZ, João Manuel P. Vargas (coordenação) – *Maria de Lourdes de Mello e Castro*. Editado por Fábricas Mendes Godinho, S.A. – Tomar, Dezembro de 1989

GRAÇA, Dr. José Jerónimo F. (coordenação), *Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar, n.º11 e 12* – Março de 1989.

SILVA, Raquel Henriques da, *Cascais*. Lisboa. Presença, 1988

GRAÇA, Dr. José Jerónimo F. (coordenação), *Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar, n.º10* – Março de 1988

ANDERSEN, Hans Christian; *Uma visita em Portugal em 1866*. Edição em colaboração com a Embaixada Real da Dinamarca em Portugal. Instituto da Cultura e da Língua Portuguesa – 1984

HOBBSAWN, Eric, e RANGER, Terence, *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984

MURTA, Amândio Marques (coordenação), *Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar, n.º5* – Março de 1983

ROSA, A. Amorim, *História de Tomar*. Capa e ilustrações do Arquitecto Costa Rosa. Volume II – edição da Assembleia Distrital de Santarém 1982

RIBEIRO, Orlando, *Reflexões sobre Estremadura, significado e origem do nome*. Universidade de Lisboa, Biblos – Vol. LVIII (1982).

GRAÇA, Luís, *A Emancipação, 12 de Fevereiro de 1879. O Primeiro Jornal Tomarense Ideologia e Conteúdo*, Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar, n.º 3, 1 de Março de 1982.

ALARCÃO, Jorge de, *Introdução ao Estudo da História e do Património Locais*. Instituto de Arqueologia e de História da Arte, Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra 1982

MURTA, Amândio Marques (coordenação), *Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar, n.º3* – Março de 1982

MURTA, Amândio Marques (coordenação), *Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar, n.º4*, 20 de Outubro de 1982

MURTA, Amândio Marques (coordenação), *Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar, n.º1* – Março de 1981

GUIMARÃES, Manuel da Silva, *A Oliveira e o Azeite na Região de Tomar, usos e costumes*. Edição da Câmara Municipal de Tomar, 1979

FERREIRA, Fernando, *Coisas Simples da Terra Tomarense – Festa dos Tabuleiros, Círio da Senhora da Piedade*. Edição da Junta Distrital de Santarém, 1978

FREUND, Gisèle. *La Fotografia como Documento Social*. Editorial Gustavo Gili, 1977.

SONTAG, Susan, *On Photography*. Penguin Books, First published USA 1977.

GUIMARÃES, Manuel da Silva; *História de Uma Fábrica – A Real Fábrica de Fiacção de Thomar*. Edição da Junta Distrital – Santarém. 1976.

A.A.V.V., *Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo – publicação subsidiada pelo Instituto para a Alta Cultura*. Volume IV. Tomar, Tipografia Gouveia, 1968.

ROSA, A. Amorim, *História de Tomar*. Capa e ilustrações do Arquitecto Costa Rosa. Edição do Gabinete de Estudos Tomarenses, 1965

ROSA, A. Amorim, *Achegas para uma História de Tomar, Os Lagares e Moinhos da Ribeira da Vila*, edição de “O Templário” 1964

CÂNCIO, Francisco, *Lisboa no tempo do passeio público – Volume 1 – 1962* (Instituto de Coimbra e do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia

SILVEIRA, Joaquim da, *A nossa toponímia e o censo da população*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de Estudos Românicos- Separata da Revista Portuguesa de Fililogia – Vol X, 1960. Coimbra 1960.

A.A.V.V., *Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo*. Volume I – Tomo I.º - Memórias e Estudos, Tomar, Tipografia António Gouveia, reimpressão em 1959

A.A.V.V. *Saem hoje as Coroas da Festa dos Tabuleiros*, in *Jornal o Templário*. Prop. De Vieiras, Ferreiras & C.^a, Lda. N.º 217, Ano V, Domingo 1 de Abril de 1956

GONÇALVES, César, *Recordações*. Editora Gráfica Portuguesa Limitada, Lisboa 1944

A.A.V.V., *Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo*. Volume II – Publicação Subsidiada pelo Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, Imprensa Lucas & C.^a, Rua do Diário de Notícias, 61, Outubro de 1943.

GUIMARÃES, Silva. *As águas do Agroal*. Comunicação feita em 26 de Outubro de 1931 no Congresso de Hidrologia, Climatologia e Geologia Médica. Lisboa : Of. Fernandes, 1932

GUIMARÃES, José Vieira, *Thomar S.ta Iria – 1927* depositário Livraria Coelho 27, Rua do Mundo, 29 Lisboa

ALMEIDA, D. Virgínia de Castro. *Terra Bemdita*. Lisboa, Livraria Classica Editora. Praça dos Restauradores – 1907

SOUSA, J.M. *Noticia descritiva e historica da cidade de Thomar – Thomar typ*. Silva Magalhães 1903

Imprensa:

A.A.V.V. *Tomar à Letra, manifesto interesse cultural*. Direcção: Carlos Trincão. 10.º Ano, n.º 36, Verão de 2004

A Verdade (1880-1916) – todos os números, desde o n.º I, de 1880 ao n.º 1871, de 1916 (coleção digitalizada existente na Biblioteca Municipal de Tomar).

Dicionários:

A.A.V.V. ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA e da FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN. *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*. II Volume G – Z. Editorial Verbo, 2001.

HACQUARD, Georges, *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*, Edições ASA 1ª Edição Novembro de 1996

SCHMDT, Joël, *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*, Edições 70 – Agosto de 1994

VERNANT, Jean Pierre, *O Mito e a Religião na Grécia Antiga*, Editorial Teorema, 1991

Recursos Online

<https://maps.google.pt/> (última utilização – 3 de Setembro de 2013)

<http://www.igeoe.pt/igeoesig/> (última utilização – 3 de Setembro de 2013)

<http://www.arqnet.pt/portal/portugal/liberalismo/lib1878.html> (último acesso - 1 de Setembro de 2013)

Anexos 1 – Espólio Fotográfico Silva Magalhães



Imagem 1 - Casa do Páteo

Tomar, [Finais do séc. XIX, inícios do séc. XX]

Negativo de gelatina e prata em vidro, 13x18 cm

Fundo Silva Magalhães

AFSM© Município de Tomar



Imagem 2 - Tipographia Silva Magalhães

Tomar, [Inícios do séc. XX]

Negativo de gelatina e prata em vidro, 13x18 cm

Fundo Silva Magalhães

AFSM© Município de Tomar

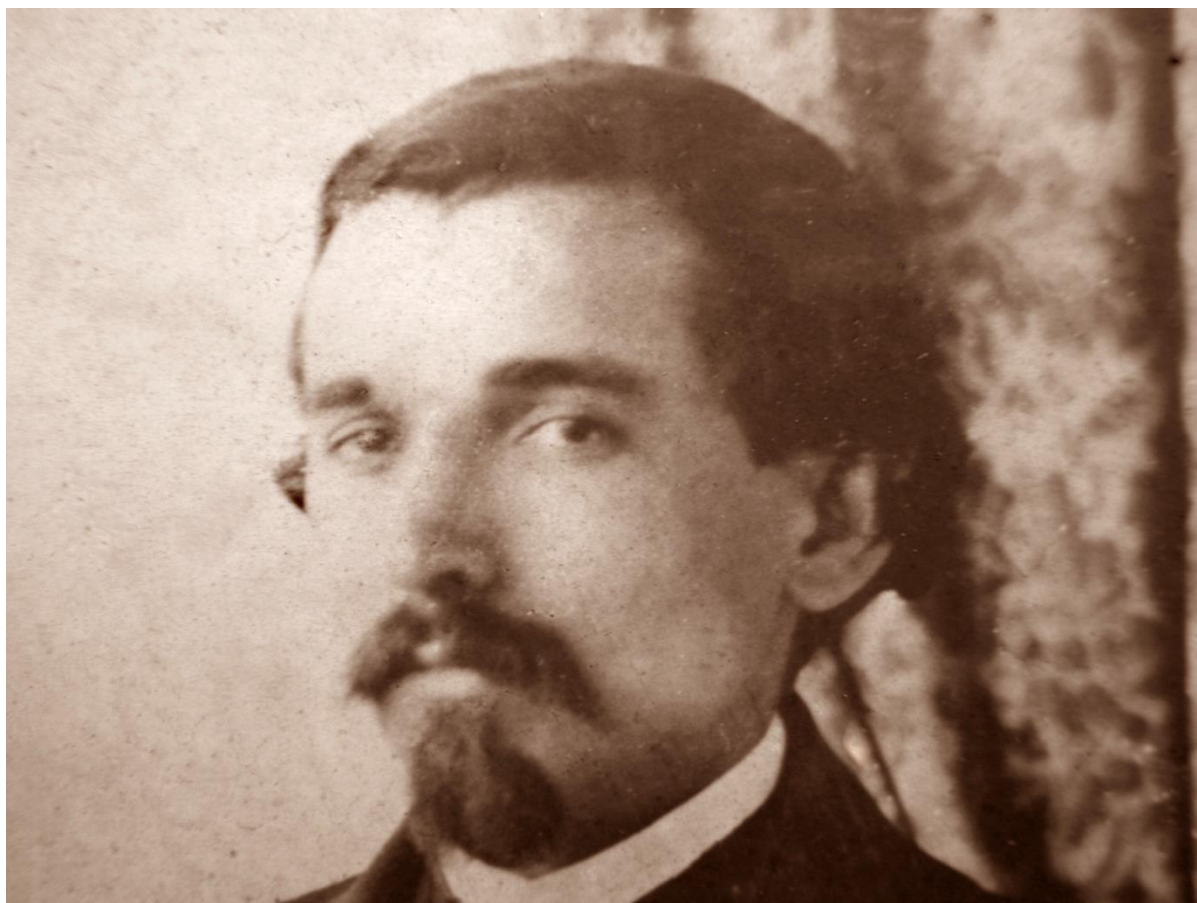


Imagem 3 - António da Silva Magalhães (No dia do seu casamento)

Tomar, [Meados do séc. XIX]

Prova em albumina, 13x18 cm

Colecção Particular Bizarro Magalhães Soares

AFSM© Município de Tomar



Imagem 4 - António da Silva Magalhães

Tomar, [Meados do séc. XIX]

Prova em albumina, 6x11 cm

Colecção Particular Bizarro Magalhães Soares

AFSM© Município de Tomar



Imagem 5 - Thomar – Parte da cidade

Tomar, [Finais do séc. XIX]

Prova em albumina, 18x24 cm

Colecção Particular M^a Helena Mota Lima

AFSM© Município de Tomar



— TOMAR —
→ PARTE DA CIDADE ←

Imagem 6 - Thomar – Parte da cidade

Tomar, [Finais do séc. XIX]

Prova em albumina, 18x24 cm

Colecção Particular M^a Helena Mota Lima

AFSM© Município de Tomar

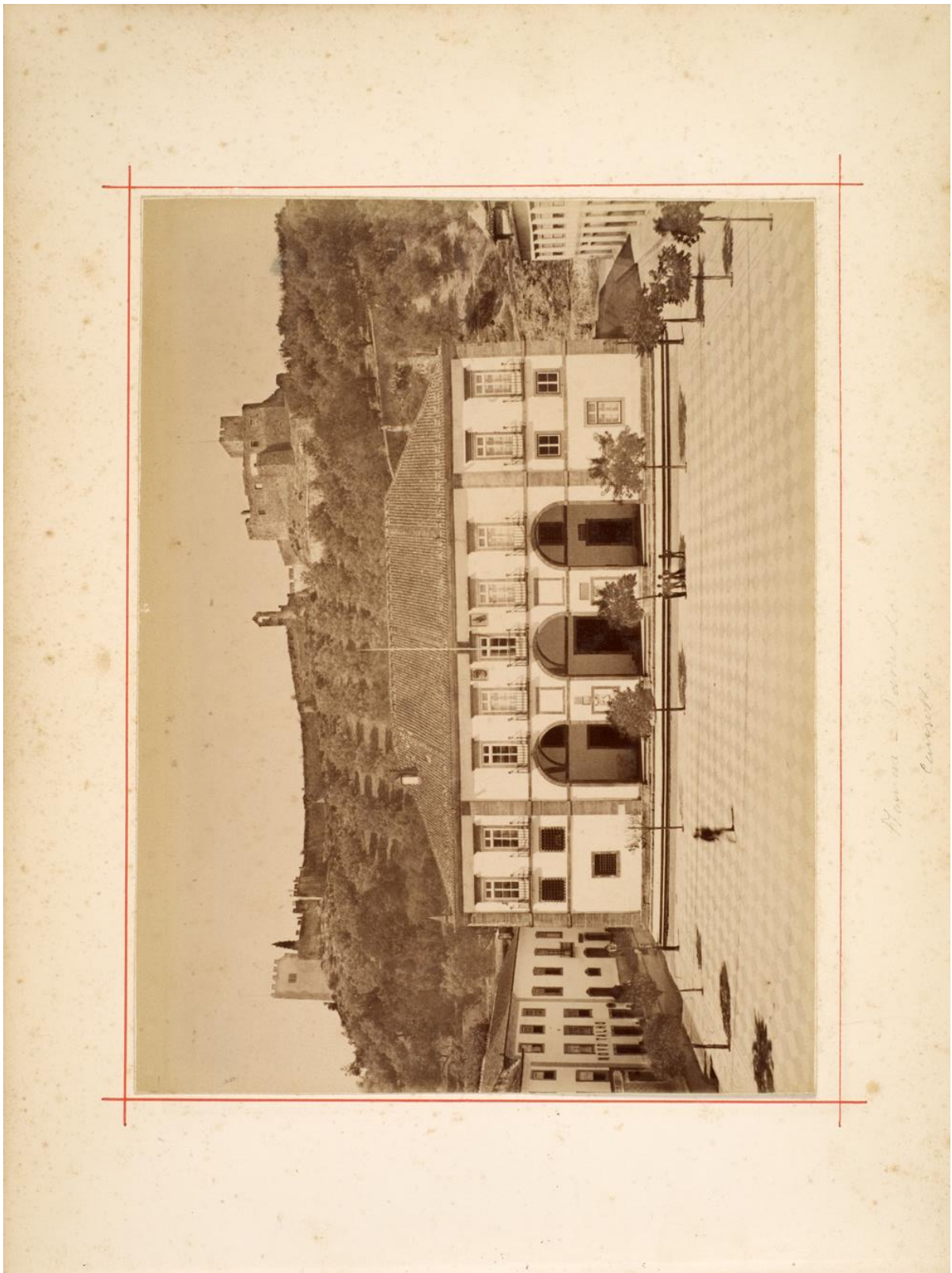


Imagem 7 – Paços do Concelho

Tomar [Anos 70-80 do séc. XIX]

Prova em albumina, 16x22 cm

Colecção Particular M^ª Helena Mota Lima

AFSM© Município de Tomar



Imagem 8 - Thomar - Torre e Igreja de S. João Baptista

Tomar, Março de 1872

Prova em albumina, 15,2x19,8 cm

Fundo Silva Magalhães

AFSM© Município de Tomar



Imagem 9 - Tomar - Torre e Igreja de S. João Baptista (sem moldura)

Tomar, Março de 1872

Prova em albumina, 15,2x19,8 cm

Fundo Silva Magalhães

AFSM© Município de Tomar



Imagem 10 - [Igreja S. João Baptista]

Tomar, [c. 1870]

Prova em albumina, 15x22 cm

s/n - Colecção Antiga do Município

AFSM© Município de Tomar

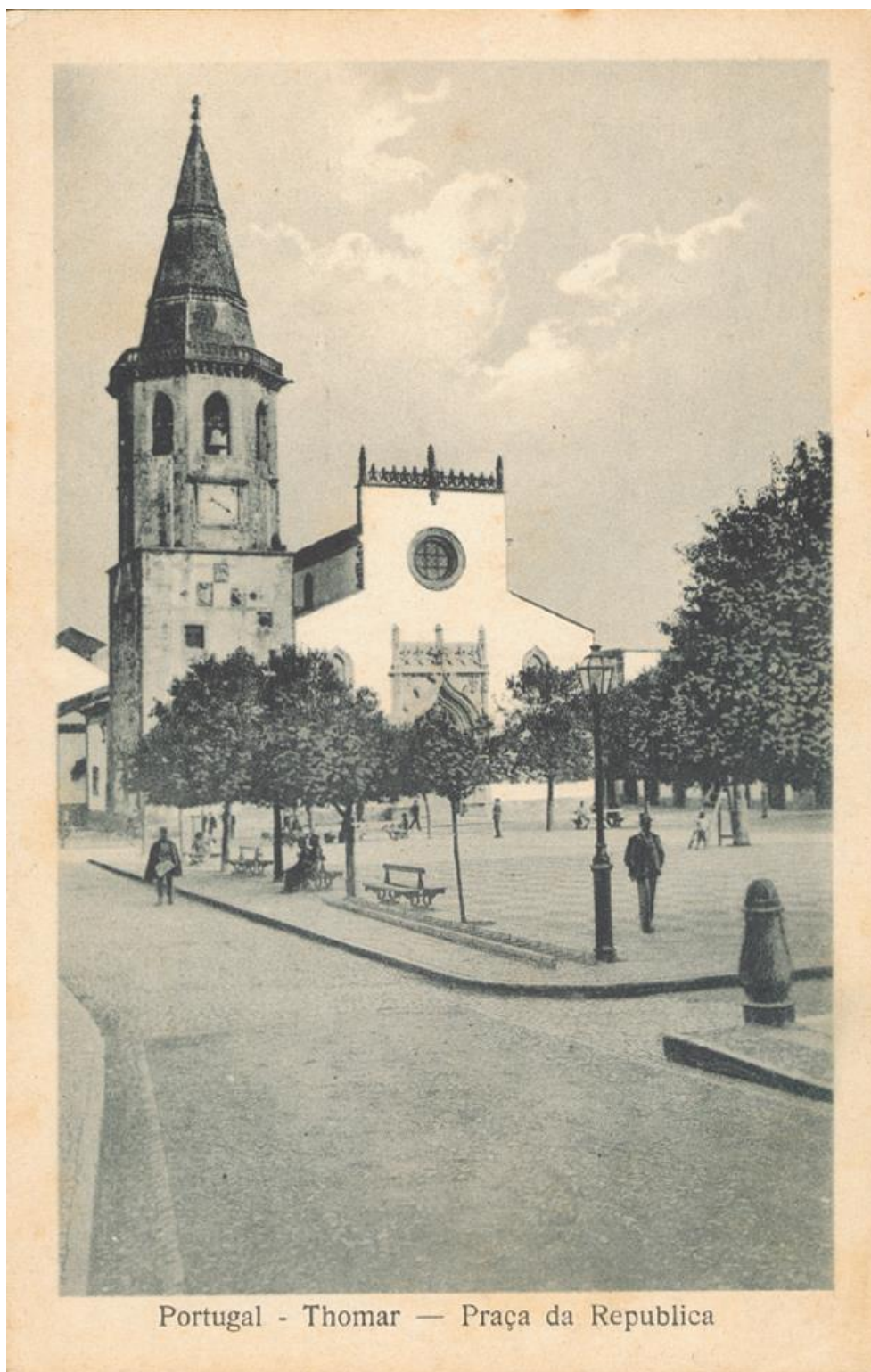


Imagem 11 - Portugal - Thomar – Praça da República

Tomar, [Finais do séc. XIX e inícios do séc. XX]

Fototipia, 10x15 cm

s/n - Colecção Antiga do Município

AFSM© Município de Tomar

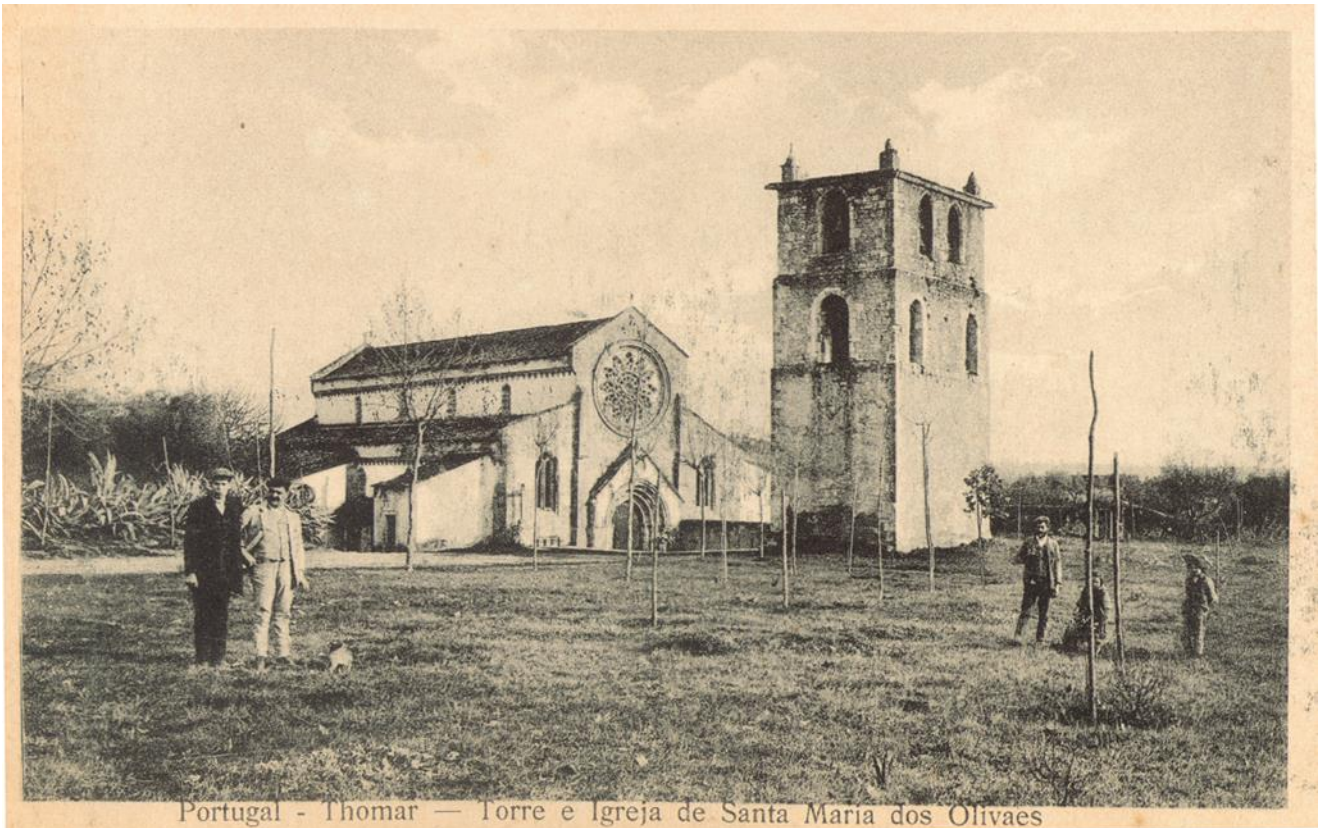


Imagem 12 - Portugal - Thomar- Torre e Igreja de St.^a Maria dos Olivaes

Tomar, [Finais do séc. XIX]

Fototipia, 9x14 cm

Colecção Antiga do Município

AFSM© Município de Tomar



Imagem 13 - Igreja de St.^a Maria dos Olivais

Tomar, [Finais do séc. XIX]

Fototipia, 9x14cm

Colecção Antiga do Município

AFSM© Município de Tomar



Imagem 14 - Thomar – Stª Maria dos Olivaes (lado nascente)

Tomar, [Finais do séc. XIX]

Prova em albumina, 18x24 cm

Colecção Particular Mª Helena Mota Lima

AFSM© Município de Tomar

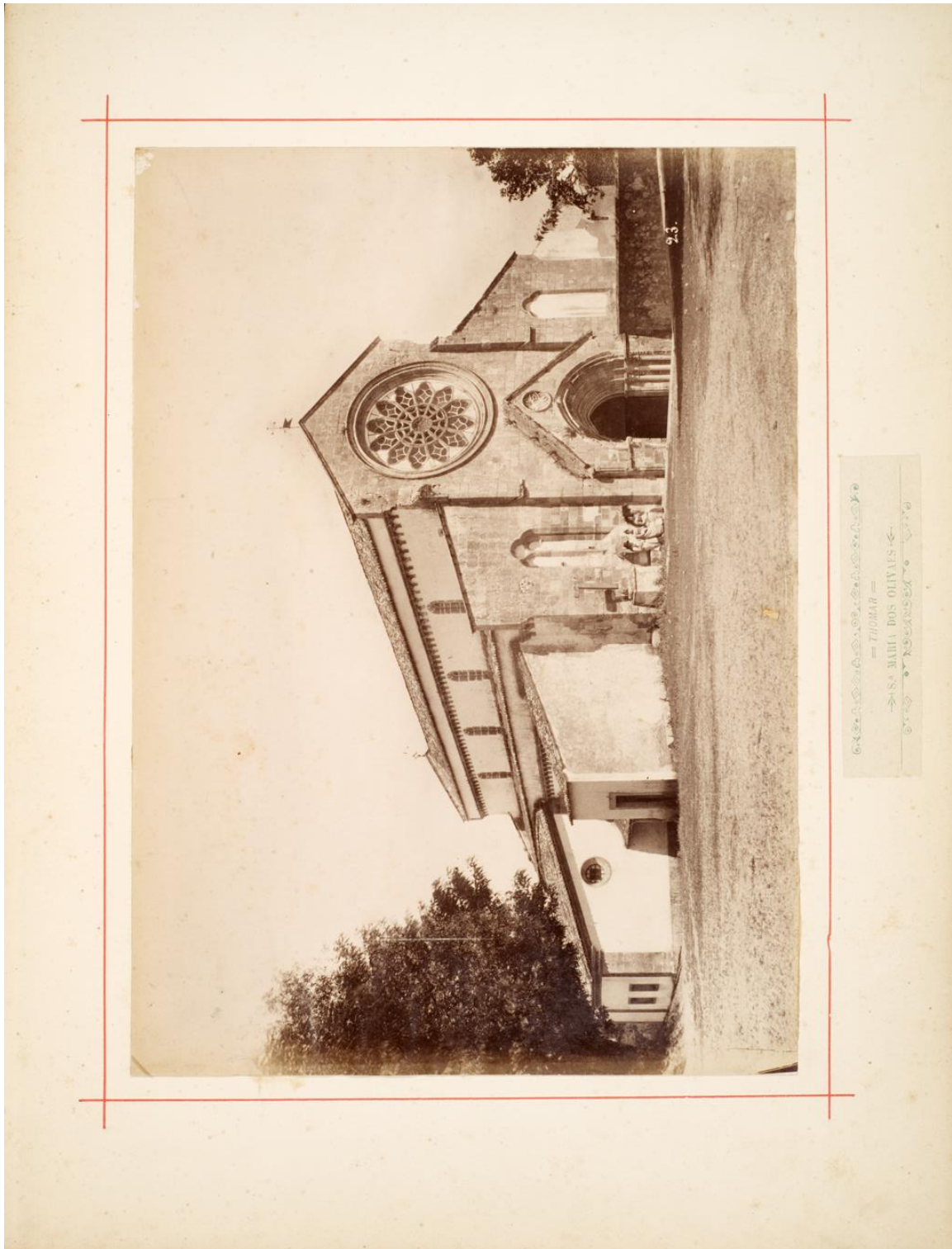


Imagem 15 - Thomar – StªMaria dos Olivaes

Tomar, [Finais do séc. XIX]

Prova em albumina, 18x24 cm

Colecção Particular Mª Helena Mota Lima

AFSM© Município de Tomar



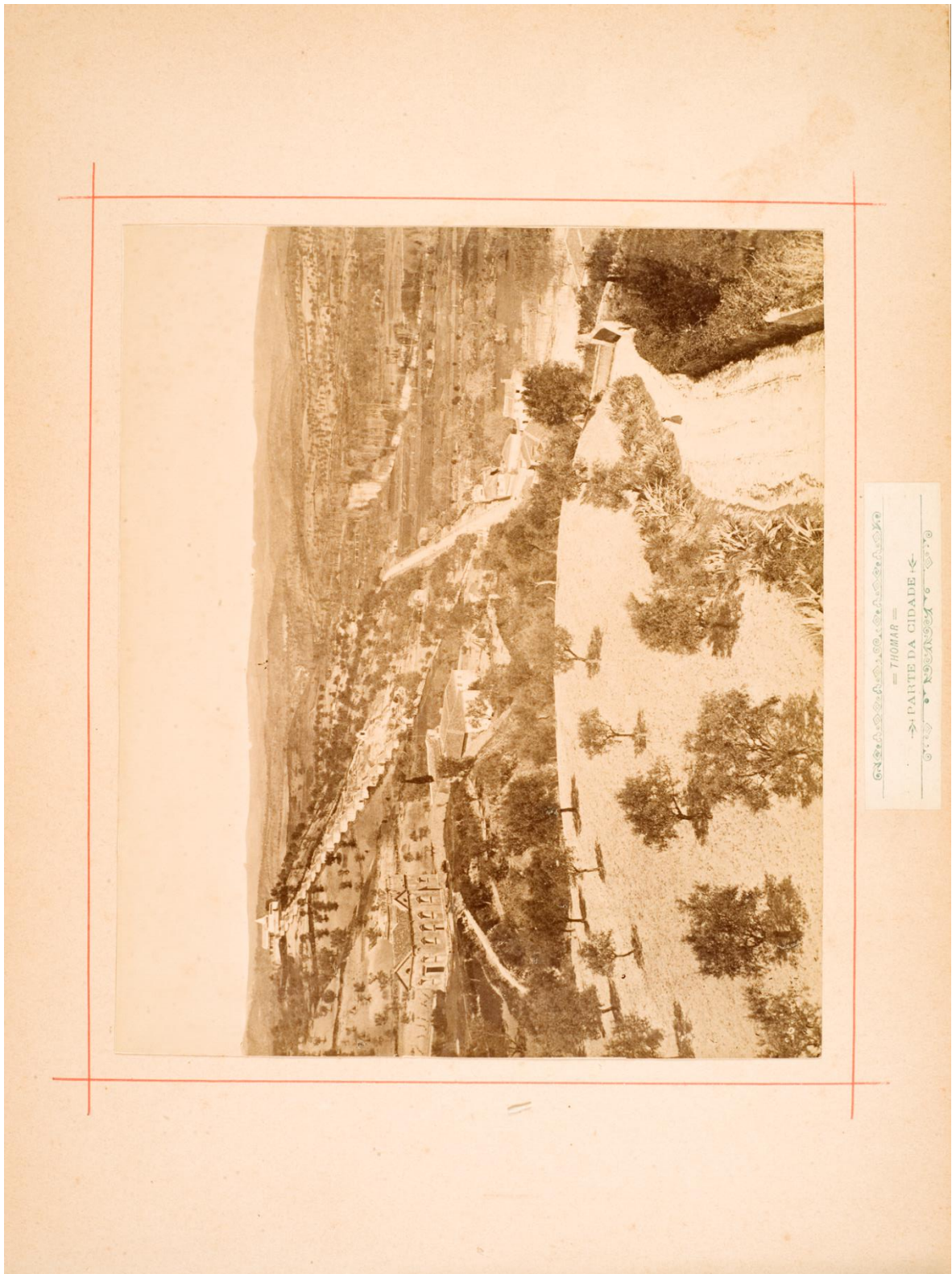
Imagem 16 - Vista sobre o Convento de Cristo e Fábrica de Fiação

Tomar, [Finais do séc. XIX]

Prova em albumina, 17,5x24 cm

Colecção Particular M^a Helena Mota Lima

AFSM© Município de Tomar



— THOMAR —
→ PARTE DA CIDADE ←

Imagem 17 - Thomar - Parte da cidade

Tomar, [Finais do séc. XIX]

Prova em albumina, 18x24 cm

Colecção Particular M^a Helena Mota Lima

AFSM© Município de Tomar

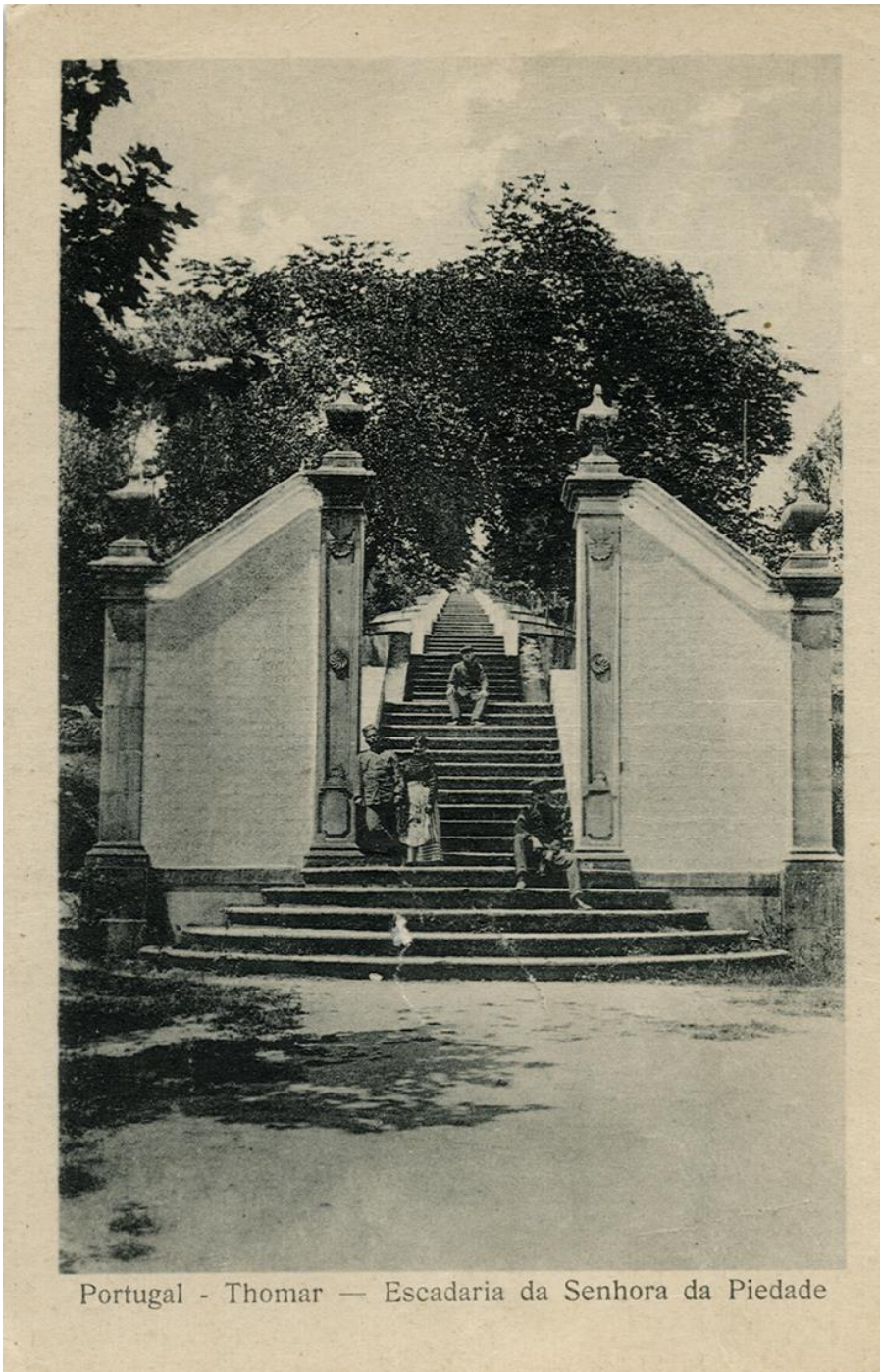


Imagem 18 - Portugal – Thomar – Escadaria da Senhora da Piedade

Tomar, [Finais do séc. XIX e inícios do séc. XX]

Fototipia, 10x15 cm

s/n - Colecção Antiga do Município

AFSM© Município de Tomar



Portugal - Thomar — Capela de S. Gregorio e Vila Thomé

Imagem 19 - Portugal – Thomar – Capela de S. Gregório e Vila Thomé

Tomar, [Inícios do séc. XX]

Fototípia, 10x15 cm

s/n - Coleção Antiga do Município

AFSM© Município de Tomar



Imagem 20 - Ermida de S. Gregório

Tomar, [Inícios do séc. XX]

Prova em papel de revelação preto e branco

Fundo Silva Magalhães

AFSM© Município de Tomar



Imagem 21 - Thomar – Várzea Pequena

Tomar, [Finais do séc. XIX]

Prova em albumina, 18x24 cm

Colecção Particular M^a Helena Mota Lima

AFSM© Município de Tomar

COLLEÇÃO SILVA MAGALHÃES, N.º 29



THOMAR--ESTRADA DE LEIRIA--PORTUGAL

Imagem 22 - Thomar, Estrada de Leiria, Portugal

Tomar, [Finais do séc. XIX]

Prova em papel direto de colódio ou gelatina

Fundo Silva Magalhães

AFSM© Município de Tomar

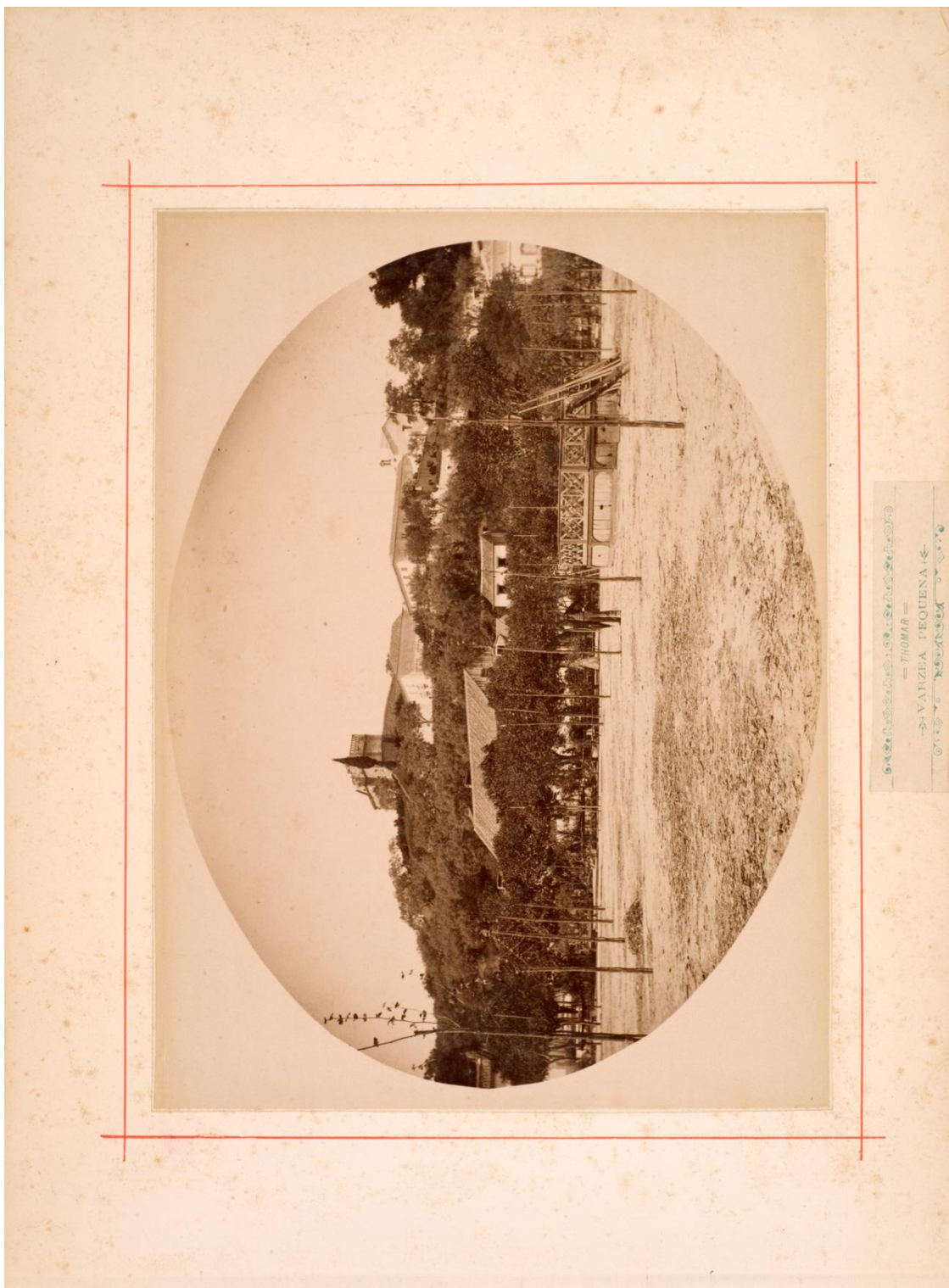


Imagem 23 - Thomar – Várzea Pequena

Tomar, [Finais do séc. XIX]

Prova em albumina, 18x24 cm

Colecção Particular M^a Helena Mota Lima

AFSM© Município de Tomar



Imagem 24 - Jardim Cândido dos Reis

Tomar, [Finais do séc. XIX e inícios do séc. XX]

Negativo de gelatina e prata em vidro, 13x18 cm

Fundo Silva Magalhães

AFSM© Município de Tomar



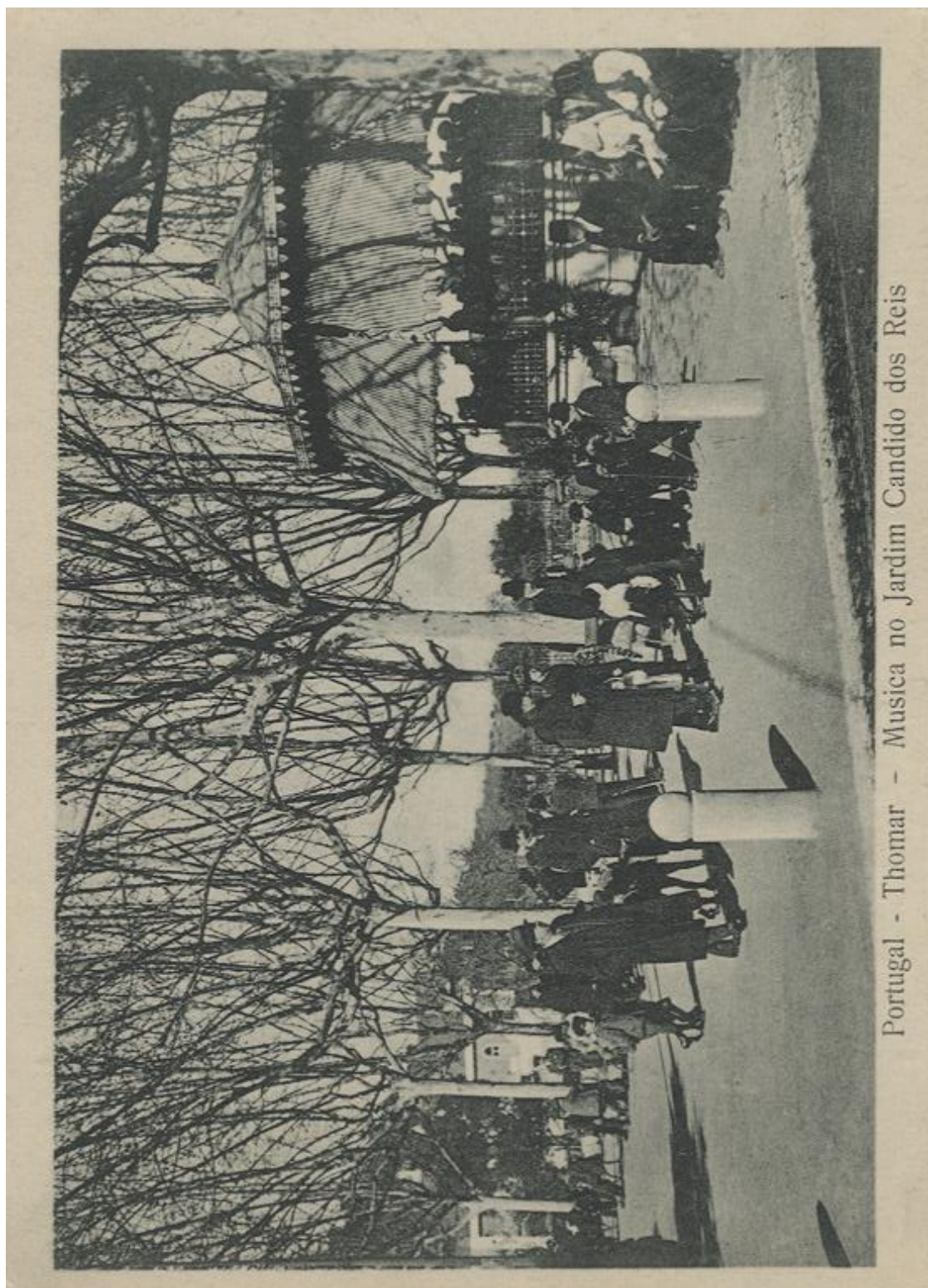
Imagem 25 - Coreto do Jardim Cândido dos Reis

Tomar, [Inícios do séc. XX]

Prova em papel de revelação, 13x18 cm

Fundo Silva Magalhães

AFSM© Município de Tomar



Portugal - Thomar - Musica no Jardim Cândido dos Reis

Imagem 26 - Portugal – Thomar - Musica no Jardim Cândido dos Reis

Tomar, [Inícios do séc. XX]

Prova em papel de revelação, 13x18 cm

Fundo Silva Magalhães

AFSM© Município de Tomar



Imagem 27 - Jardim Cândido dos Reis

Tomar, [Inícios do séc. XX]

Prova em papel de revelação, 13x18 cm

Fundo Silva Magalhães

AFSM© Município de Tomar



Imagem 28 - Jardim Cândido dos Reis

Tomar, [Inícios do séc. XX]

Prova em papel de revelação, 13x18 cm

Fundo Silva Magalhães

AFSM© Município de Tomar



Imagem 29 - Grupo no Jardim

Tomar, [Inícios do séc. XX]

Prova em albumina, 16x28,8 cm

Fundo Silva Magalhães

AFSH© Município de Tomar



Imagem 30 - Ponte sobre o rio Nabão

Tomar, [Meados do séc. XIX]

Prova em papel de revelação preto e branco, 13x18 cm

s/n-Colecção Antiga do Município

AFSM© Município de Tomar



Imagem 31 - Vista do Rio para o Castelo

Tomar, [Meados do séc. XIX]

Prova em papel de revelação preto e branco, 13x18 cm

s/n-Colecção Antiga do Município

AFSM© Município de Tomar



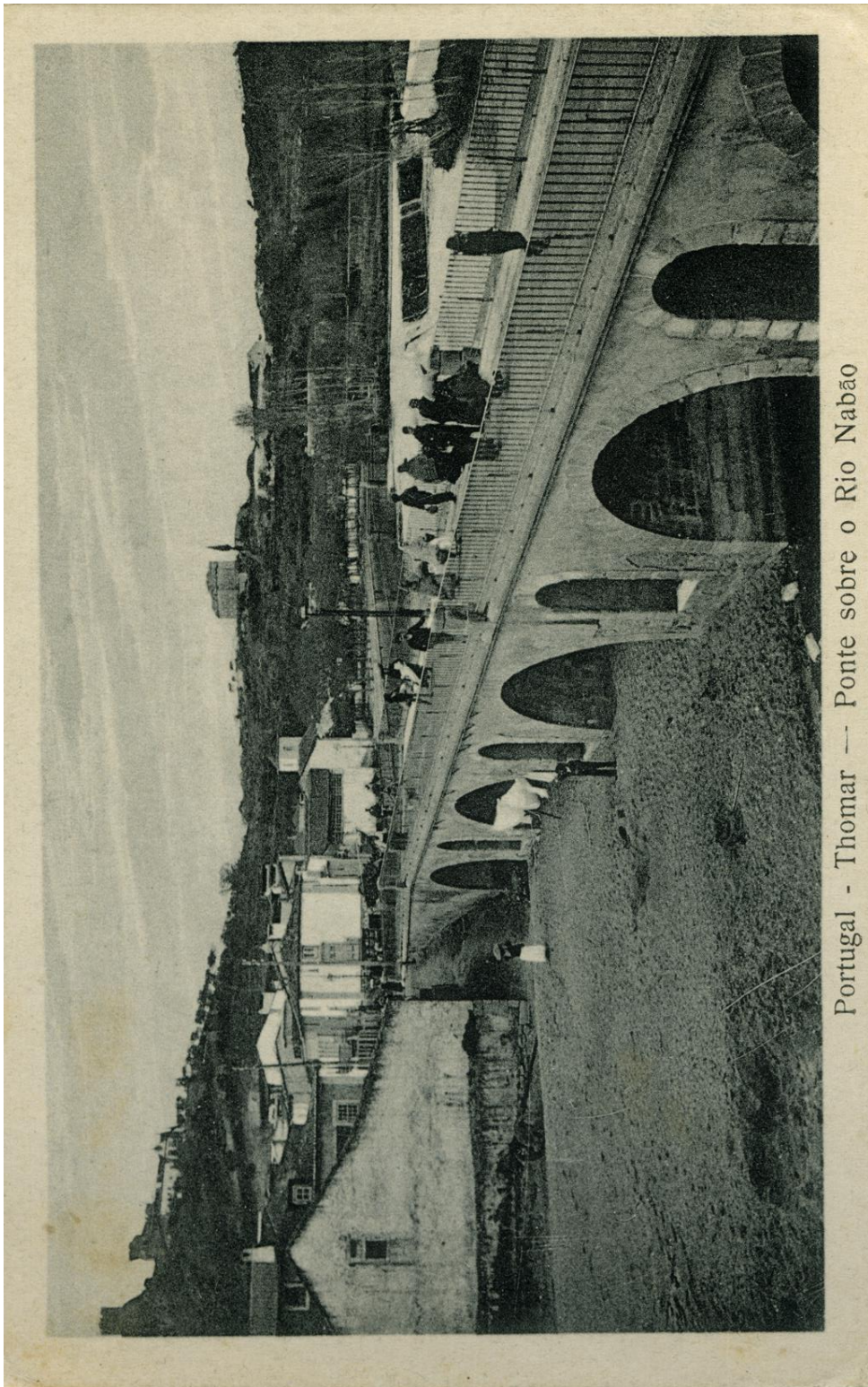
Imagem 32 - Thomar - Ponte (lado norte)

Tomar, [Finais do séc. XIX]

Prova em albumina, 18x24 cm

Colecção Particular M^a Helena Mota Lima

AFSM© Município de Tomar



Portugal - Thomar -- Ponte sobre o Rio Nabão

Imagem 33 - Portugal – Thomar – Ponte sobre o Rio Nabão

Tomar, [Finais do séc. XIX e inícios do séc. XX]

Fototipia, 10x14 cm

s/n - Colecção Antiga do Município

AFSM© Município de Tomar



Imagem 34 - Ponte sobre o rio Nabão

Tomar, [Inícios do séc. XX]

Prova em papel de revelação, 13x18 cm

Fundo Silva Magalhães

AFSM© Município de Tomar

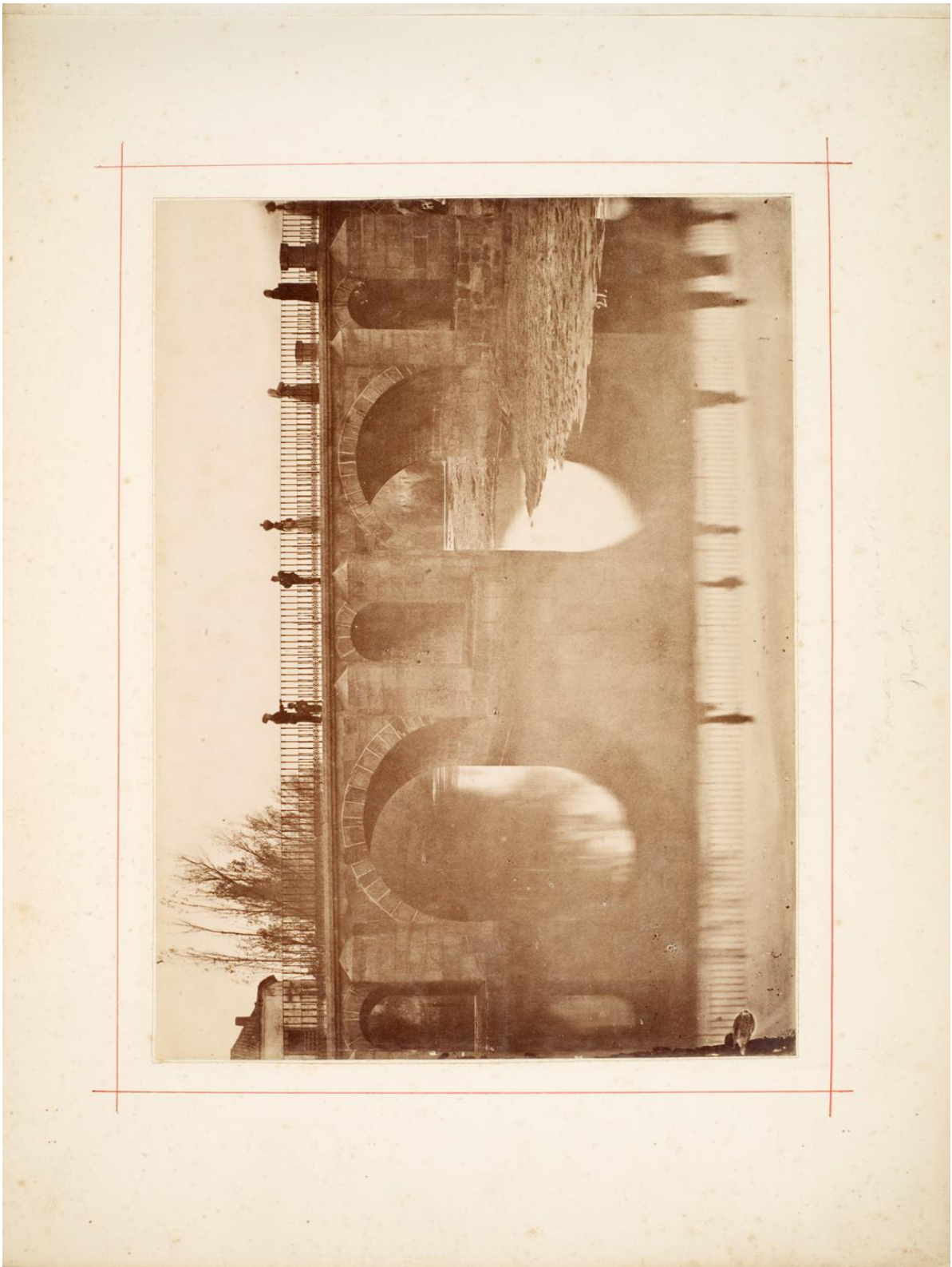


Imagem 35 - [Ponte sobre o rio Nabão]

Tomar, [Finais do séc. XIX]

Prova em albumina, 18x24 cm

Colecção Particular M^a Helena Mota Lima

AFSM© Município de Tomar



Imagem 36 - Thomar – Avenida

Tomar, [Finais do séc. XIX]

Prova em albumina, 18x24 cm

Colecção Particular M^a Helena Mota Lima

AFSM© Município de Tomar

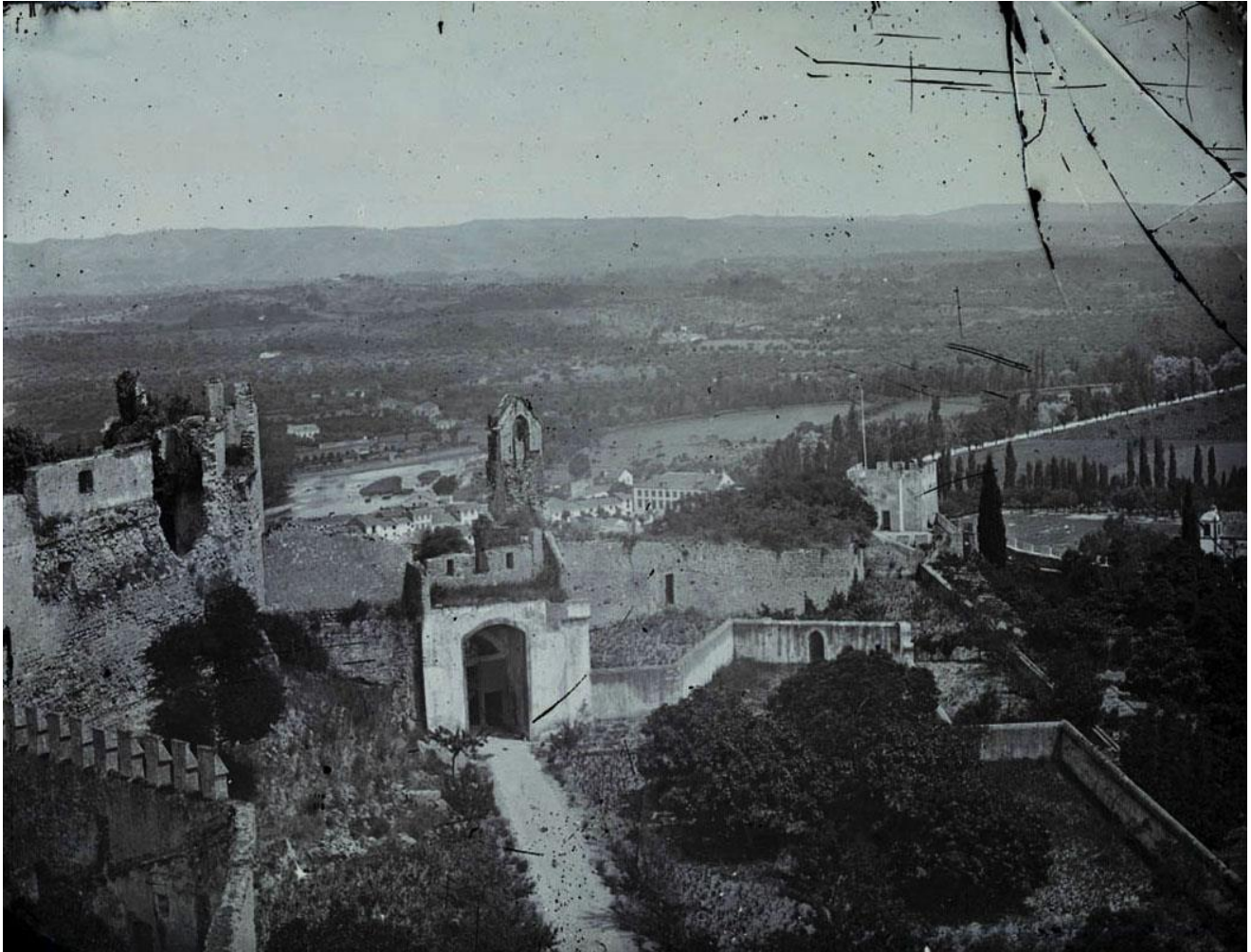


Imagem 37 – Castelo de Tomar com vista para a Cidade

Tomar [Anos 70-80 do séc. XIX]

Negativo de colódio em vidro, 24x30cm

AFSM© Município de Tomar



Imagem 38 - Vista do Castelo da estrada de Paialvo

Tomar, [Inícios do séc. XX]

Prova em papel de revelação, 13x18 cm

s/n – Coleção antiga do Município

AFSM© Município de Tomar



Imagem 39 - Thomar – Parte da cidade

Tomar, [Finais do séc. XIX]

Prova em albumina, 18x24 cm

Colecção Particular M^a Helena Mota Lima

AFSM© Município de Tomar

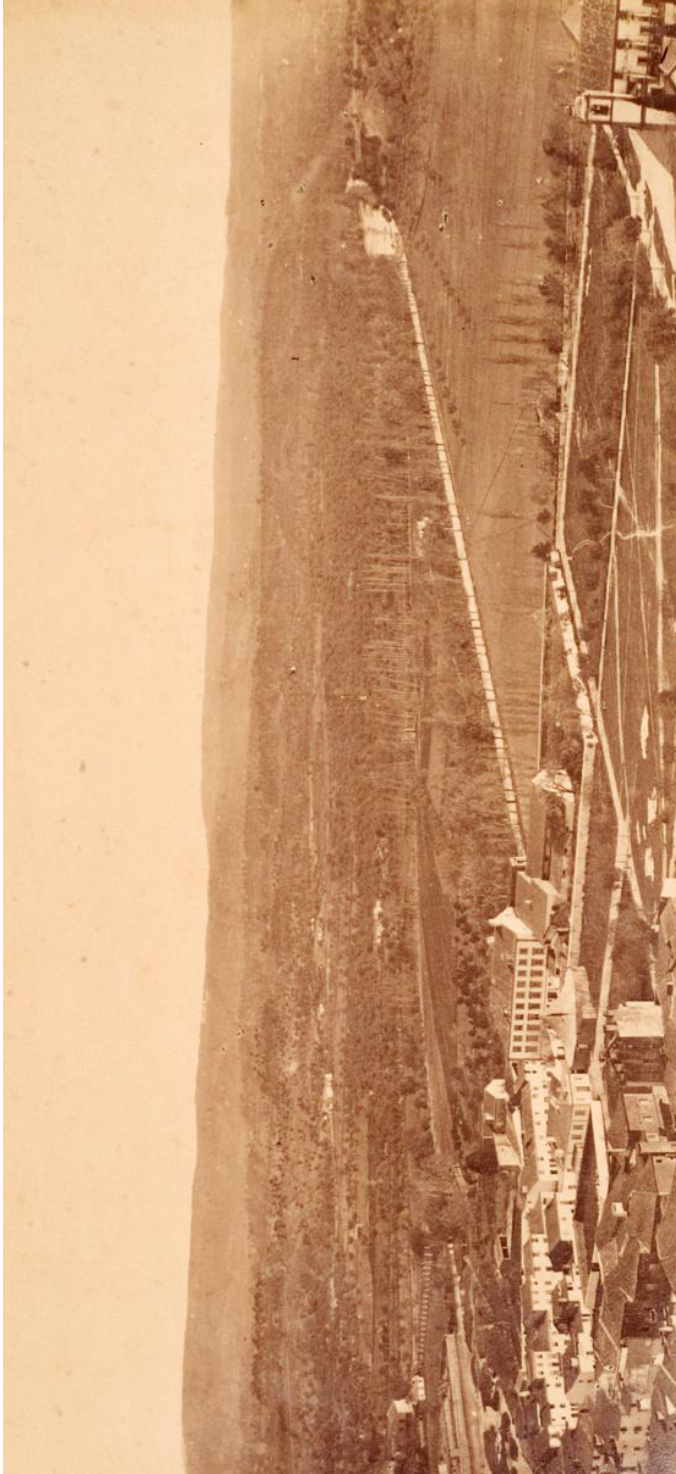


Imagem 39.1 - Pormenor da Várzea Grande – pode-se ver uma barraca ao lado da Escola Primária Conde de Ferreira. Pode-se ver também, nas imediações uma pequena capelinha - A Capela de S. Sebastião destruída em 1905, e, onde actualmente se encontra a estação de Caminhos-de-ferro portugueses.



Imagem 40 - Thomar – Várzea Grande

Tomar, [Finais do séc. XIX]

Prova em albumina, 18x24 cm

Colecção Particular M^a Helena Mota Lima

AFSM© Município de Tomar



Imagem 41 - Thomar – Convento de S. Francisco

Tomar, [Finais do séc. XIX]

Prova em albumina, 18x24 cm

Colecção Particular M^a Helena Mota Lima

AFSM© Município de Tomar



Imagem 42 - Vista geral da cidade de Tomar

Tomar, [c. 1879]

Montagem de sete provas em albumina, 22x 112 cm

Fundo Silva Magalhães

AFSM© Município de Tomar



Imagem 43 - [Corredoura, Festa dos Tabuleiros]

Tomar, [Finais do séc. XIX]

Negativo de gelatina e prata em vidro, 15x22 cm

Fundo Silva Magalhães

AFSM© Município de Tomar



Imagem 44 - Festa dos Tabuleiros

Tomar, [1895]

Prova em papel de revelação, 10x15 cm

Colecção Antiga do Município

AFSM© Município de Tomar



Imagem 45 - Festa dos Tabuleiros

Tomar, [1895]

Prova em papel de revelação, 10x15 cm

Fundo Silva Magalhães

AFSM© Município de Tomar



Imagem 46 - Festa dos Tabuleiros

Tomar, [1895]

Prova em papel de revelação, 10x15 cm

Colecção Antiga do Município

AFSM© Município de Tomar



Imagem 47 - Festa dos Tabuleiros ²⁰⁶

Tomar, 1895

Prova em papel de revelação, 13x19 cm

Colecção Antiga do Município

AFSM© Município de Tomar

²⁰⁶ Apesar da legenda da imagem não corresponder ao conteúdo que lá se encontra, por uma questão de cumprimento da palavra e por cumprimento com o regulamento do Arquivo Fotográfico Silva Magalhães, não alterei as legendas.



Imagem 48 – Burricada

Tomar, [Finais do séc. XIX, inícios do séc. XX]

Prova em albumina, 13,5x19,2 cm

Fundo Silva Magalhães

AFSM© Município de Tomar



Imagem 49 – Burricada

Negativo de gelatina e prata em vidro, 13x18 cm

Fundo Silva Magalhães

AFSM© Município de Tomar



Imagem 50 – PicNic

Agroal, [Inicíos do séc. XX]

Negativo de gelatina e prata em vidro, 13x18 cm

Fundo Silva Magalhães

AFSM© Município de Tomar



Imagem 51 – Grupo Dramático-Musical S. Magalhães – Excursão a Cernache do Bom Jardim

22 de Abril de 1894

Prova em albumina 16,2x22 cm

Fundo Silva Magalhães

AFSM© Município de Tomar



Imagem 52 – Serenata Thomarense

Tomar [inícios do séc. XX]

Prova em papel de revelação preto e branco, 13x18 cm

Fundo Silva Magalhães

AFSM© Município de Tomar

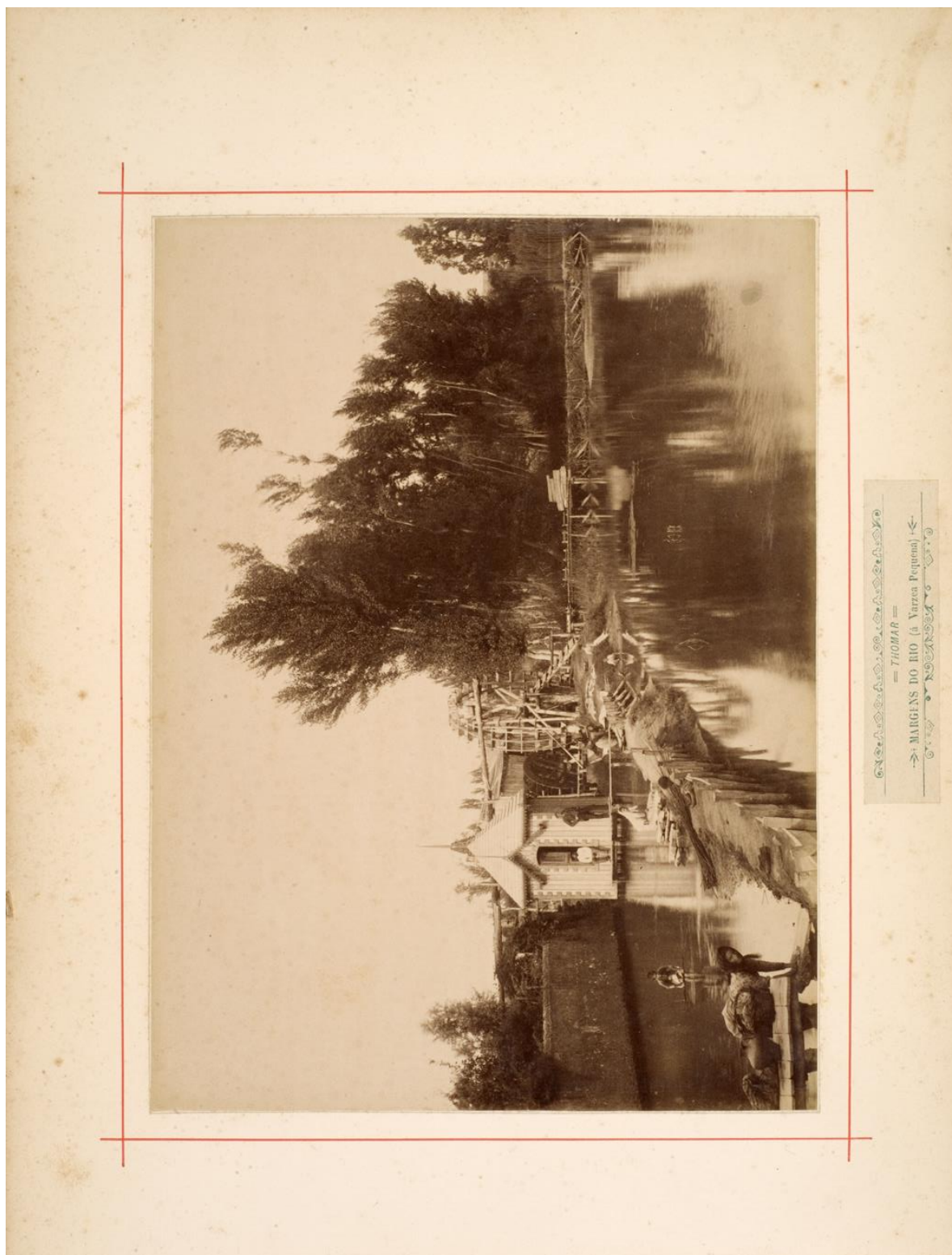


Imagem 53 - Thomar – Margens do Rio (à Várzea Pequena)

Tomar, [Finais do séc. XIX]

Prova em albumina, 18x24 cm

Colecção Particular M^a Helena Mota Lima



Imagem 54 - Margens do rio Nabão

Tomar, [Finais do séc. XIX]

Prova em papel de revelação preto e branco, 13x18 cm

s/n - Colecção Antiga do Município

AFSM© Município de Tomar



Imagem 55 – Retrato de Criança

Tomar, [Finais do séc. XIX, inícios do séc. XX]

Negativo de gelatina e prata em vidro, 13x18 cm

Fundo Silva Magalhães

AFSM© Município de Tomar



Imagem 56 – Retrato de Criança

Tomar, [Finais do séc. XIX, inícios do séc. XX]

Negativo de gelatina e prata em vidro, 13x18 cm

Fundo Silva Magalhães

AFSM© Município de Tomar



Imagem 57 – Grupo de Mulheres Sufragistas

Tomar, [Finais do séc. XIX, inícios do séc. XX]

Negativo de gelatina e prata em vidro, 13x18 cm

Fundo Silva Magalhães

AFSM© Município de Tomar

Anexos 2 – Pinturas de Tomar feitas por Maria de Lourdes de Mello e Castro



Imagem 1 - O Velho Matadouro de Tomar – 1928

Maria de Loures de Mello e Castro

Colecção Particular (óleo sobre tela 14x18)



Imagem 2 - O Rio Nabão, a Cidade e o Castelo - 1953

Maria de Lourdes Mello e Castro

Colecção Particular (óleo sobre tela 47x59,5)

Anexos 3 – Outras imagens da Cidade



Imagem 1 - “A Rapaziada da burricada anual à Nascente do Rio, pelos anos 20, prestes a regressar à “Vila”. Gente “brava” do Alto da Piçarra.

Autoria: Fernando Araújo Ferreira

Seminário Regional de Tomar sobre a Defesa do Património, em 1980 (página 20)

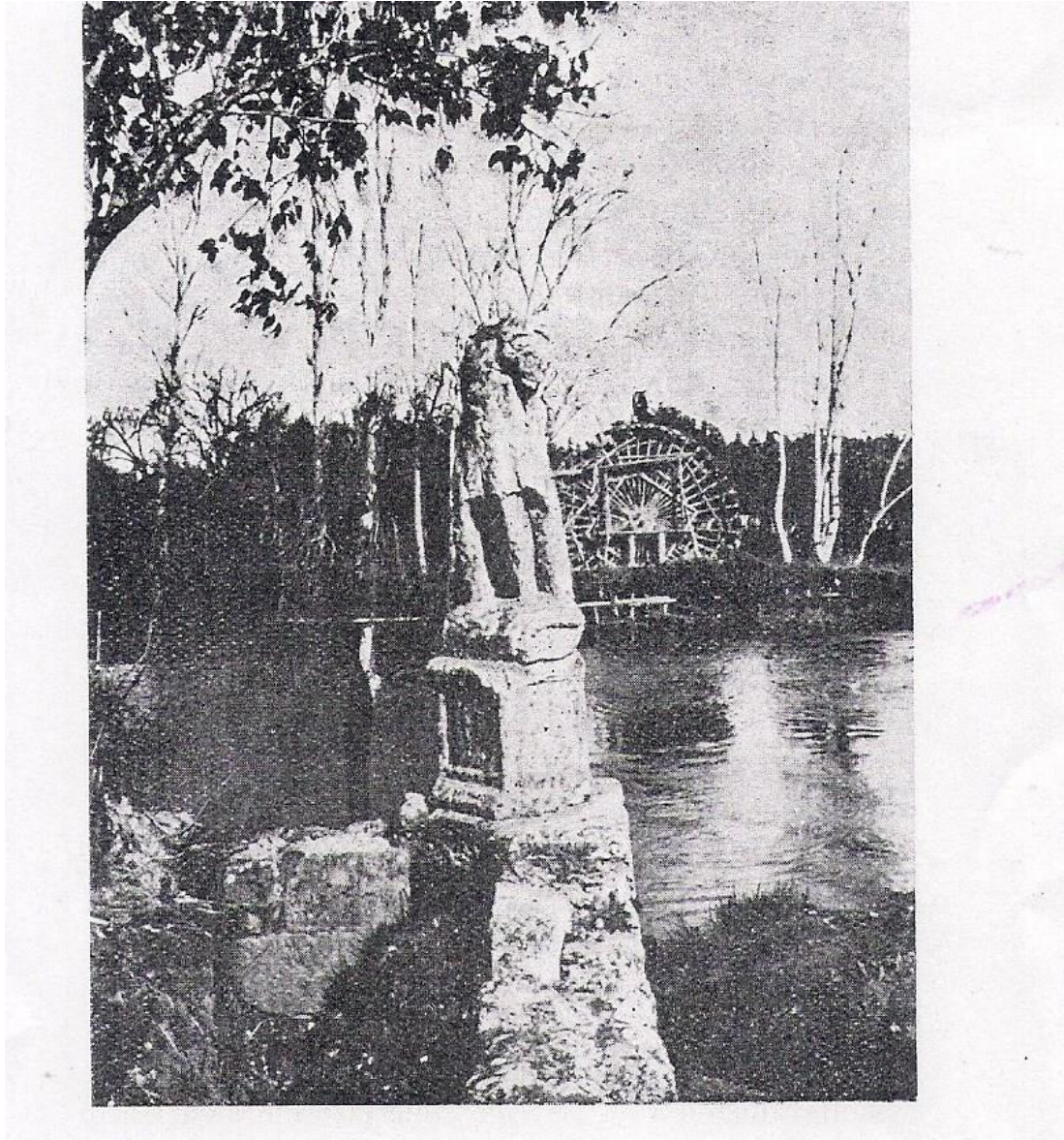


Imagem 2 - Estátua mutilada no topo da muralha Sebástica

Autoria: José Vieira Guimarães

Thomar St^a Iria - 1927 (página 15)



Imagem 3 - Coreto

Autoria: Cardozo Dargent & C. – 1905

Os Coretos em Lisboa – Eunice Relvas e Pedro Bebiano Braga 1991 - (página 9)



Imagem 4 - Coreto da Várzea Pequena actualmente

(imagem retirada de: <http://www.panoramio.com/photo/59864222> - último acesso a 3 de Setembro de 2013)

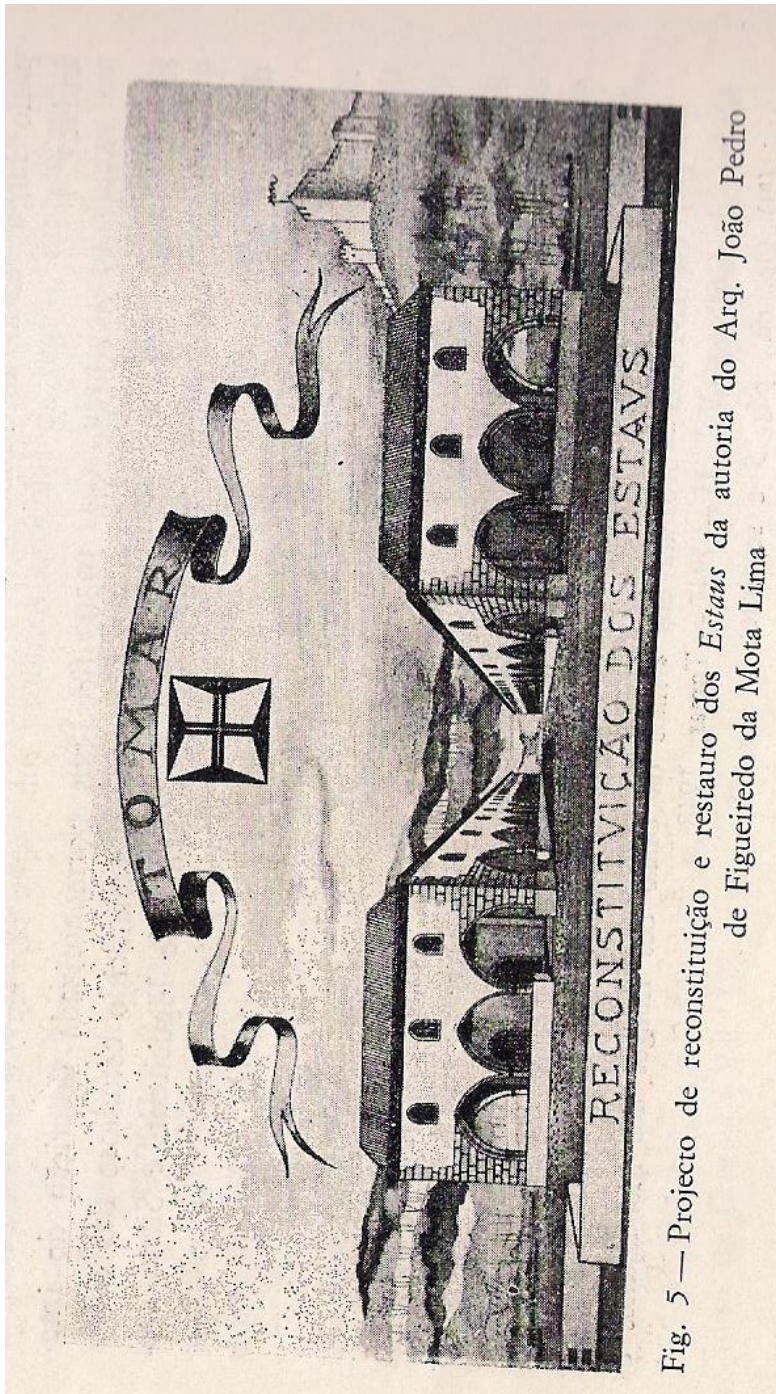


Fig. 5 — Projecto de reconstituição e restauro dos *Estaus* da autoria do Arq. João Pedro de Figueiredo da Mota Lima

Imagem 5 - Reconstrução dos Estaus

Imagem do Arq. João Pedro de Figueiredo Mota Lima, usada por Manuel da Silva Magalhães *apud* A Oliveira e o azeite na Região de Tomar – usos e costumes (página 12)



**Imagem 6 - Chegada do Cortejo da Festa dos Tabuleiros à Praça de D. Manuel I,
Tomar**

(sem datação)

António da Silva Magalhães

Prova em albumina 10,2 x 14,5 cm

Imagem retirada de: O Bilhete Postal Ilustrado e a História Urbana de Tomar. Cidade
Templária, Memória da Cidade de José Manuel da Silva Passos página – 46.



Imagem 7 - Margens do Rio Nabão, Tomar (sem datação)

António da Silva Magalhães

Fototipia (Prova Fotomecânica)

Imagem retirada de: O Bilhete Postal Ilustrado e a História Urbana de Tomar. Cidade Templária, Memória da Cidade de José Manuel da Silva Passos - página 71



Imagem 8 - Margens do Nabão junto á Venida Marquez de Thomar, e Convento de Christo – Tomar – Portugal (19.. ?)

Colecção da Havaneza de Thomar

Imagem retirada de: O Bilhete Postal Ilustrado e a História Urbana de Tomar. Cidade Templária, Memória da Cidade de José Manuel da Silva Passos - página 37



Imagem 9 - Rua da Graça – Thomar - Portugal

Colecção da Havaneza de Thomar

Imagem retirada de: O Bilhete Postal Ilustrado e a História Urbana de Tomar. Cidade Templária, Memória da Cidade de José Manuel da Silva Passos - página 107

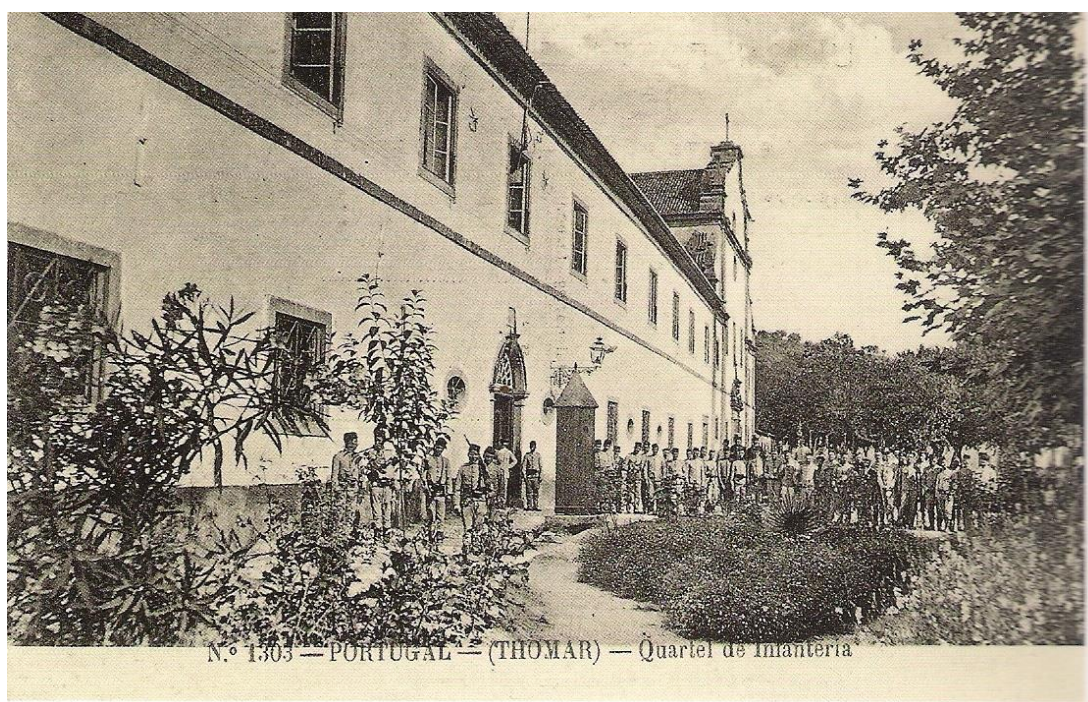


Imagem 10 - Quartel de Infantaria – Thomar – Portugal (1900 ?)

Editor: Alberto Malva – técnica de impressão: Fototipia

Imagem retirada de: O Bilhete Postal Ilustrado e a História Urbana de Tomar. Cidade Templária, Memória da Cidade de José Manuel da Silva Passos – página 162

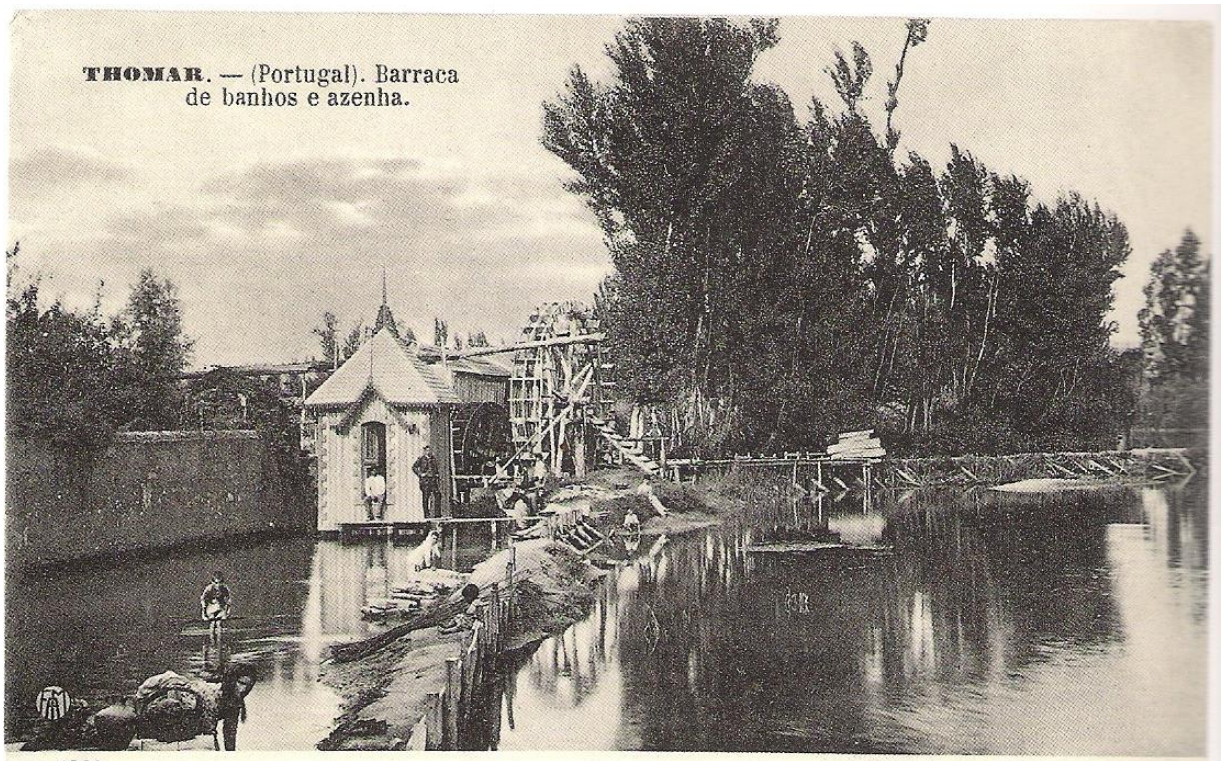


Imagem 11 - Thomar – Portugal. Barraca de banhos e azenha

António da Silva Magalhães editado por Faustino António Martins (atribuem a datação já do século XX)

Imagem retirada de: O Bilhete Postal Ilustrado e a História Urbana de Tomar. Cidade Templária, Memória da Cidade de José Manuel da Silva Passos – página 168



Imagem 12 - Thomar (Portugal). Margem do “Rio Nabão”

Não se sabe se esta fotografia é de António da Silva Magalhães mas foi editada por Faustino António Martins (atribuem a datação já do século XX)

Imagem retirada de: O Bilhete Postal Ilustrado e a História Urbana de Tomar. Cidade Templária, Memória da Cidade de José Manuel da Silva Passos – página 168

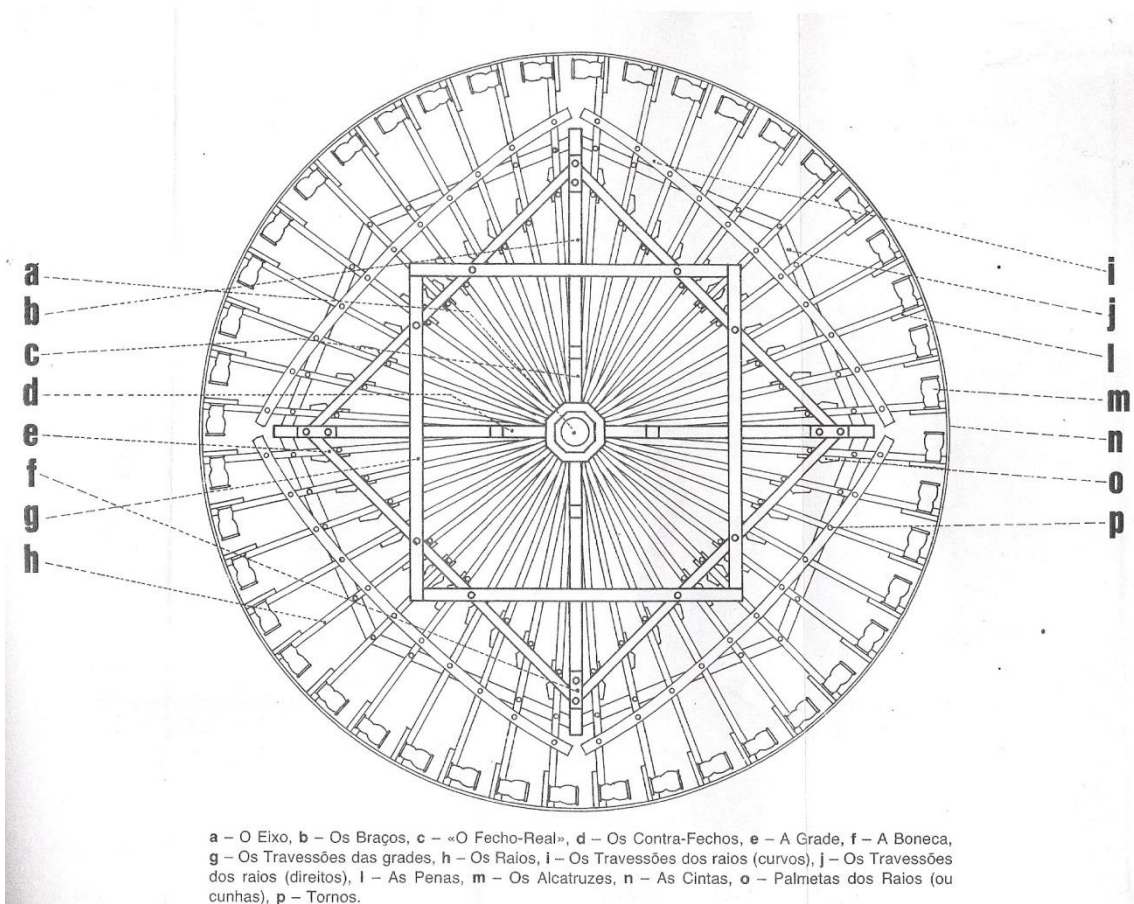


Imagem 13 – Elementos constitutivos da Roda de Rega

Autor: Fernando Ferreira - in Tomar – perspectivas. Página 28



Imagem 14 – Cheias na Corredoura (Actual Rua Serpa Pinto)

Autoria: Família Silva Magalhães

Sem datação

(Imagem retirada do álbum digital António Silva Magalhães – Photographo de Thomar)



Imagem 15 – Cheias na Levada (Actual Rua Everard)

Autoria: Família Silva Magalhães

Sem datação

(Imagem retirada do álbum digital António Silva Magalhães – Photographo de Thomar)



Imagem 16 – Scena de Familia

Autoria: Família Silva Magalhães

Sem datação

(Imagem retirada do álbum digital António Silva Magalhães – Photographo de Thomar)



Imagem 17 – Casal (Festa dos Tabuleiros)

Autoria: Família Silva Magalhães

Sem datação

(Imagem retirada do álbum digital António Silva Magalhães – Photographo de Thomar)



Imagem 18 – Mulher e Tabuleiro

Autoria: Família Silva Magalhães

Sem datação

(Imagem retirada do álbum digital António Silva Magalhães – Photographo de Thomar)



Imagem 19 – Rapariga e Tabuleiro

Autoria: Família Silva Magalhães

Sem datação

(Imagem retirada do álbum digital António Silva Magalhães – Photographo de Thomar)



Imagem 20 – Rapaz e bicicleta

Autoria: Família Silva Magalhães

Sem datação

(Imagem retirada do álbum digital António Silva Magalhães – Photographo de Thomar)

Meu caro Francisco

Dedico-te este pequeno trabalho. Tu que conheces e tens saudades dos originaes, has-de apreciar-o por certo revendo-te, ao menos, n'essas sombras subtrahidas à natureza pelos prodigios da sciencia. Accita-o pois em signal de reconhecimento de

teu irmão e amigo

Thomar, 1 de dezembro de 1879.

Antonia da Silva Magalhães.

Imagem 21 – Cartão a Francisco da Silva Magalhães²⁰⁷

Autoria: Família Silva Magalhães

Sem datação

(Imagem retirada do álbum digital António Silva Magalhães – Photographo de Thomar)

²⁰⁷ Na impossibilidade de não existir uma legenda para esta imagem, criei uma que pudesse explicitar o que nela continha.

IMPRESA "LA MERVEILLE"
 XXX
ANTONIO DA SILVA MAGALHÃES
99, Rua Direita da Varzea Pequena, 99

<p>Encarrega-se da impressão de todos os trabalhos de repartições publicas, juntas de parochia, con-</p>		<p>frarias, misericordias, e para particulares. Mappas para professores, a 500 réis o cento.</p>
--	---	---

Notas d'expedição a 100 réis o cento. — Bilhetes de visita desde 400 até 800 réis o cento. Remettem-se pelo correio, francos de porte, a quem enviar a respectiva importancia. — Também se pauta papel em todos os tamanhos.

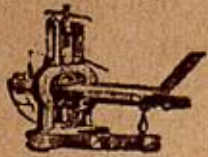
No mesmo estabelecimento se tiram retratos em todos os systemas, e bem assim, tem uma grande collecção de photographias de monumentos, paisagens e reproduções de quadros.

Imagem 22 – Anúncio da Tipografia de António da Silva Magalhães – *Imprensa "La Merveille"* – que se encontrava em todos ou quase todos os números do seu jornal.

Autoria: Família Silva Magalhães

Sem datação

(Imagem retirada do álbum digital António Silva Magalhães – Photographo de Thomar)



IMP. LA MERVEILLE
DE
Antonio S. Magalhães
VARZEA PEQUENA, 99
—❧— THOMAR ❧—

N'este estabelecimento executam-se com perfeição todos os trabalhos concernentes á arte typographica, taes como: mappas, facturas, livros, bilhetes para estabelecimento, memoranduns, participações de casamento, jornaes, avisos, talões, editaes, diplomas, procurações, etiquetas, programmas, menus, etc., etc.

Especialidade em bilhetes de visita desde 300 até 500 réis o cento; idem de luto desde 600 até 700 réis, para os quaes recebeu d'Allemanha uma linda e variada collecção de typos.

Deposito de impressos para uso de repartições de fazenda, camaras municipaes, juntas de parochia, mappas para professores, guias para correspondencia modelo A, etc.

Imagem 23 – Anúncio da Tipografia de António da Silva Magalhães – Imprensa “La Merveille” – anúncio desconhecido até a observação do álbum digital de António da Silva Magalhães.

Autoria: Família Silva Magalhães

Sem datação

(Imagem retirada do álbum digital António Silva Magalhães – Photographo de Thomar)



Imagem 24 – Anúncio ao trabalho executado do estúdio fotográfico António da Silva Magalhães – anúncio desconhecido até a observação do álbum digital de António da Silva Magalhães.

Autoria: Família Silva Magalhães

Sem datação

(Imagem retirada do álbum digital António Silva Magalhães – Photographo de Thomar)

Photographia instantanea. —Antonio da Silva Magalhães, photographo estabelecido nesta cidade, acaba de estudar e obter os mais satisfatorios resultados n'este processo, deixando de existir a grande difficuldade que havia em obter bons retratos de creanças.

A's explicações do seu bom amigo, o ex.^{mo} sr. Carlos Relvas, distincto photographo amator, deve o bom resultado que colheu.

Imagem 25 – Anúncio referente ao trabalho como fotógrafo - encontrado no **Jornal A Verdade** – anúncio desconhecido até a observação do álbum digital de António da Silva Magalhães.

Autoria: Família Silva Magalhães

Sem datação

(Imagem retirada do álbum digital António Silva Magalhães – Photographo de Thomar)

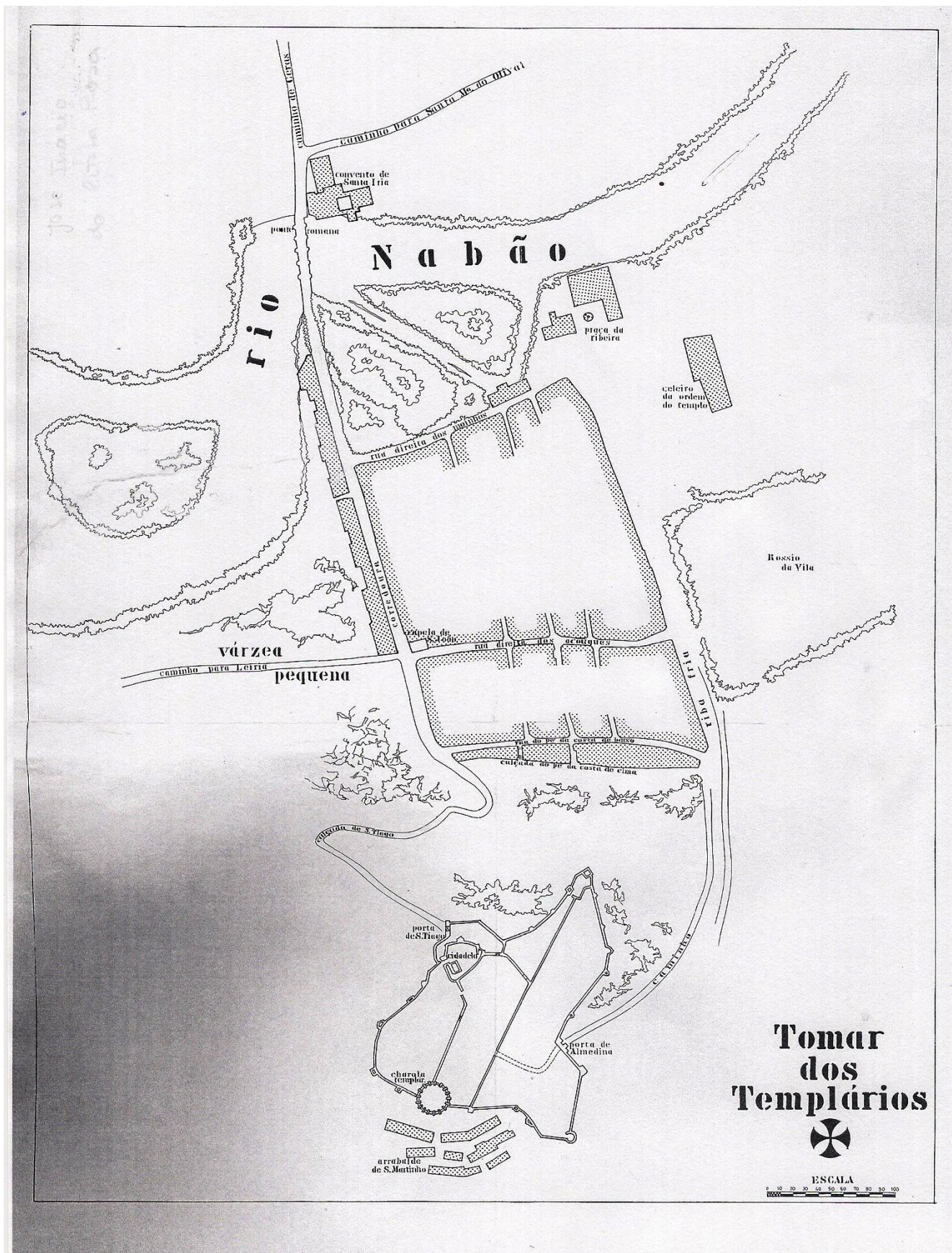


Imagem 26 – Mapa de Tomar até à estada do Infante Dom Henrique em Tomar – mapa da autoria do Arquitecto José Inácio Costa Rosa – Retirado da obra: *Tomar – perspectivas*. Edição Festa dos Tabuleiros 1991.pg.69.



Imagem 27 – Escola Primária Adães Bermudes (edifício à direita)

1953 – Fonte – Ana Paula Fernandes Ferreira

(Imagem retirada de:

<http://www.mdthomar.ipt.pt/index.php?pagina=fototeca&categoria=80#>)

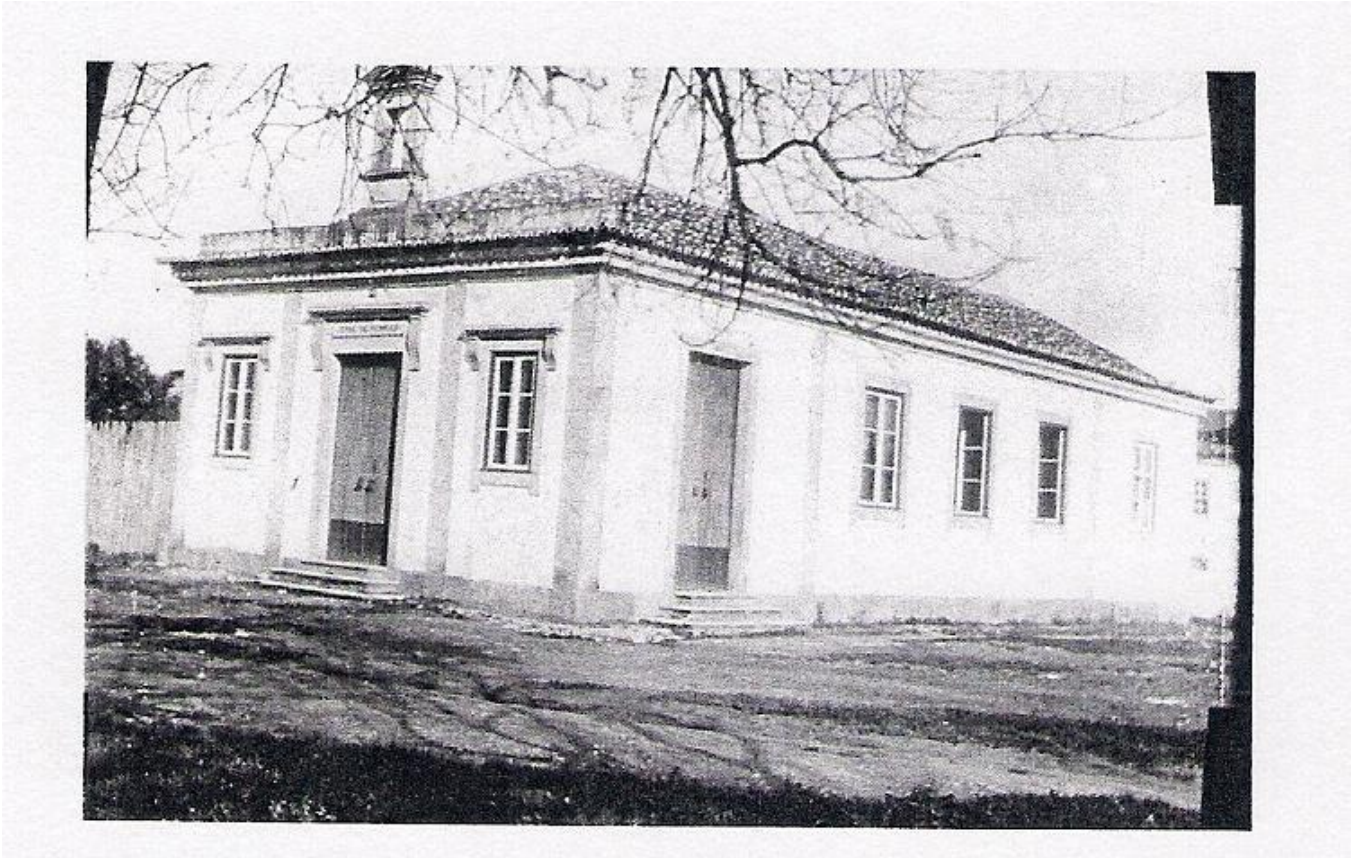


Imagem 28 - Imagem da Escola Primária Conde de Tomar. Imagem retirada da dissertação de Filomena Galvão, *Tomar, as instituições e os agentes de cultura: o papel da imprensa no século XIX e o advento da 1.ª biblioteca popular* - página 26.

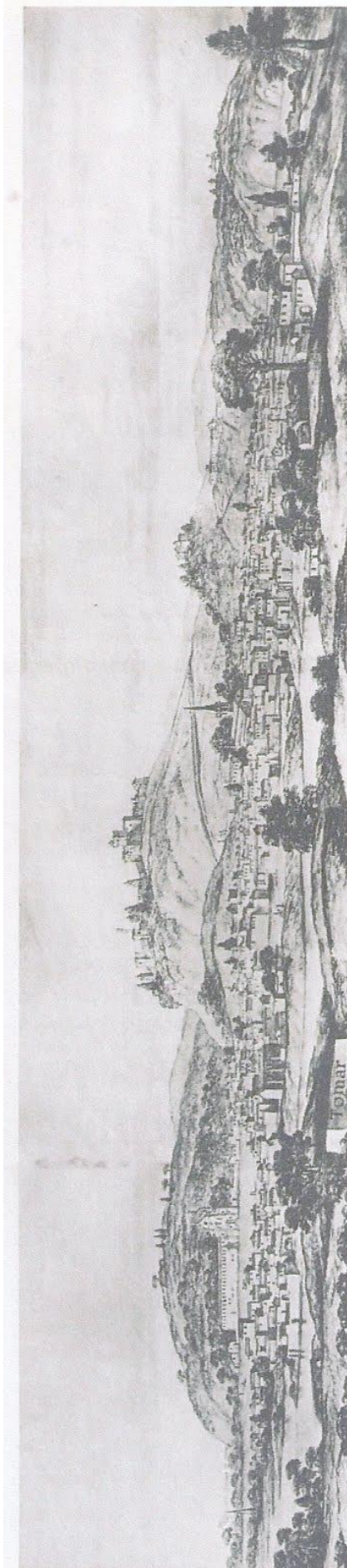


Imagem 29 - Vista Geral de Tomar e do seu castelo, aguarela, Pier Maria Baldi, gravura 59 do livro A viagem de Cosme de Médici por Espanha e Portugal, 1669. Imagem gentilmente cedida pelo Senhor Arquitecto José Faria.

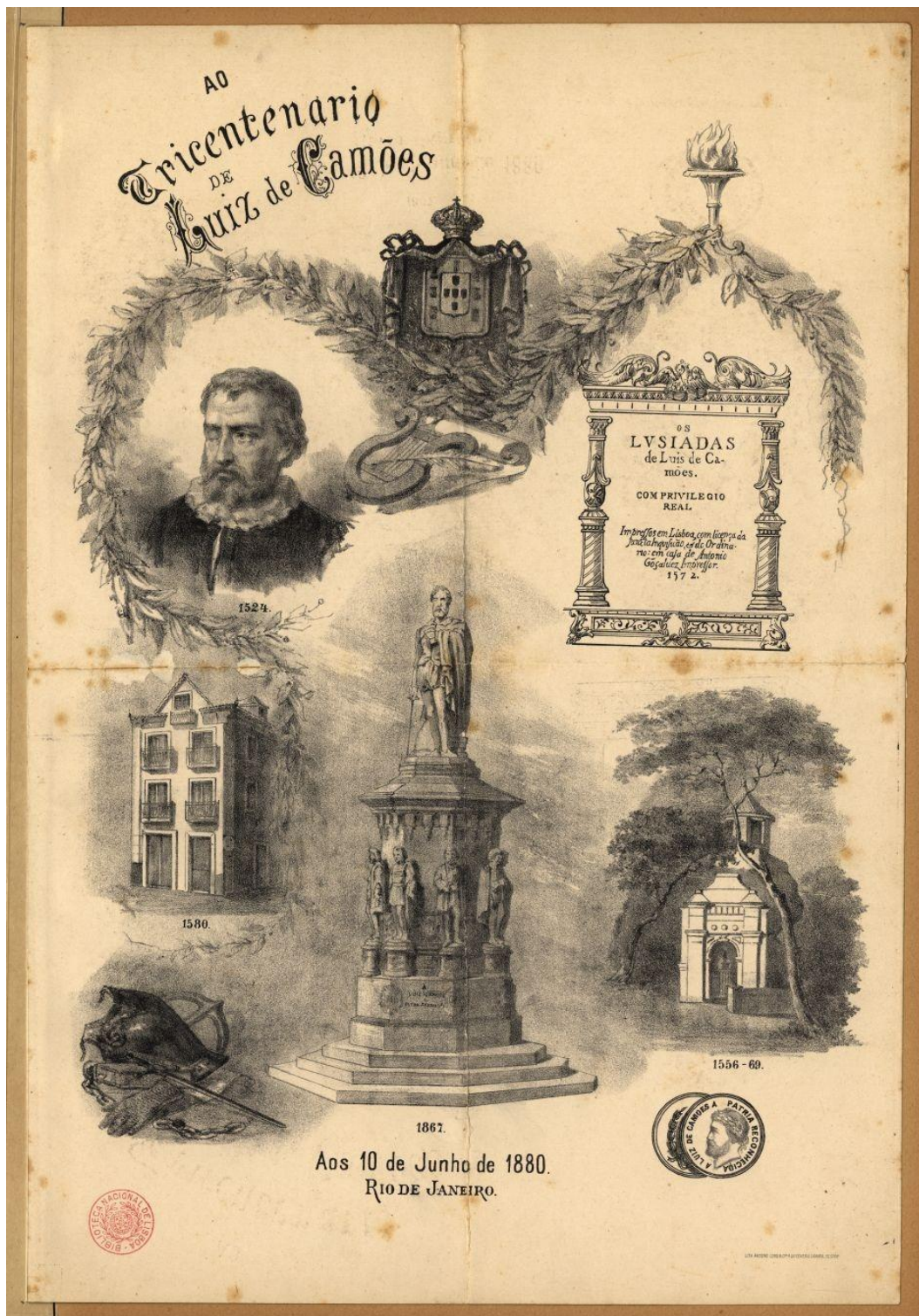


Imagem 30 - Cartaz alusivo ao terceiro centenário de Camões – Fundo da Biblioteca Nacional de Portugal - <http://purl.pt/4760>.



Imagem 31 - Comemorações do 3.º centenário da morte de Luís de Camões, em 1880. Imagem retirada deste site - <http://www.arqnet.pt/portal/portugal/liberalismo/lib1878.html> - última visita a 1 de Setembro de 2013.

Anexo 4 – Excertos e informações retiradas do Jornal d' *A Verdade* de António de Silva Magalhães

Festejos do Divino Espírito Santo

Celebram-se este anno, n'esta cidade, os festejos do Divino Espírito Santo com a maior pompa possível. A commissão emprega os maiores esforços para que a esta festa nada falte, afim de a tornar brilhante e ao mesmo tempo caritativa; ás pessoas que a honraram subscrevendo com os seus donativos agradeço desde já a mesma commissão, e ao respeitavel povo Thomarense tão indignamente illudido com os boutos propalados de que a festividade este anno era feita Além da Ponte, veni appresentar o seu programma como o mais formal desmentido a taes boutos.

Programma

No dia 4 de junho pelas 4 horas da tarde, principiarão a reunir-se á roda da Praça os taboleiros d'onde em seguida sahirão em procissão pela rua da Corredoura em direcção á egreja de Santa Maria onde se procederá á benção do pão e carne, seguindo depois a procissão pelas ruas do costume até á Misericórdia onde se recolhem os taboleiros. As casas do pão e carne estão abertas até á meia noite.

DIA 5

Distribuição do budo por todos os fogos da cidade, segundo o uso antigo, isto é, com os carros.

DIA 6

Missa cantada na egreja matriz de Santa Maria dos Olivaeos, orando o ex.^{mo} e revl.^{mo} dr. Manuel Avelino da Costa Pinto, dignissimo parochi da freguezia de Payalvo.

Durante estes tres dias e suas respectivas noites abrir-se-ha um bazar de prondas, onde a commissão espera o respeitavel publico, afim de alli receber as suas esmollas, cujo producto reverté em favor dos indigentes d'esta cidade; a rua da Graça, das 8 ás 12 da noite, será brillantemente illuminada como é costume; e a philharmonica Thomarense alli executará as mais lindas peças do seu variadissimo repertorio.

Thomar, 8 de maio de 1880.
Manuel de Jesus Pinhão.
(Segue o reconhecimento).

Imagem 1- A primeira referência escrita à Festa dos Tabuleiros - ano de 1880. Jornal *A Verdade* – n.º 3 Anno 1 – Domingo 16 de Maio de 1880 – página 3.

EXTRAORDINARIO!
Thomar, 12 de Junho
GRANDE! EXTRAORDINARIA! DESLUMBRANTE!
CORRIDA NOCTURNA
A LUZ ELECTRICA

DE
DEZ TOUROS

BRAVISSIMOS E TODOS PUROS
escolhidos a capricho das manadas dos acreditados lavradores da Collegã, os Ex.^{mos} Srs.

THEODORO DIAS D'OLIVEIRA & C.^a

os que serão lidados pelos melhores artistas portuguezes, entre os quaes tomarão parte os insignes

IRMÃOS ROBERTOS

O empresario apresentará aos espectadores, durante a corrida

UMA AGRADABILISSIMA SURPREZA!

OCCASIAO EXCEPCIONAL

Esta tourada reúne a rara vantagem de coincidir com varias outras diversões de que poderão gozar os que concorrerem a ella, para o que de mais a mais acresce a circumstancia de haver

COMBOIOS A PREÇOS REDUZIDOS

Simultaneamente pode ser visitada a nova **fabrica de fiação e tecidos d'algodão**, construida segundo os planos mais aperfeçoados e enriquecida com os machinismos mais preciosos que a industria moderna tem produzido; garantia esta inapreciavel, por isso que, em circumstancias normaes, só com bilhete especial de admissão pode ser visitada.

Alem d'isto na tarde do mesmo dia 12 terá logar a tradicional e original

FESTA DOS TABOLEIROS

que sempre atraz a esta cidade uma concorrencia numerosissima de forasteiros e *touristas*. — E sendo Thomar uma cidade notavel pelos seus antigos monumentos, pode aproveitar-se osto ensejo para admirar essas arrejadas construcções manuelinas.

VANTAGEM ECONOMICA PARA MUITOS DOS FORASTEIROS

O empresario, reconhecendo que com tão grande cõrrenencia como a que se espera será para muitos difficil encontrar albergue apropriado, conservará durante toda a noite illuminada a praça, a fim de n'ella poderem pernoitar aquelles que por qualquer motivo ali desejem ficar até ao dia seguinte.

FINALMENTE

o dia 12 de junho inicia tres dias santificados, não tendo por isso os forasteiros a perder dias uteis.

POR ÚLTIMO

O empresario tem a certeza que esta tourada será sublinhada com um traço brilhante nos annos da taumachia portugueza!!!

Imagem 2 - Referência à tourada nocturna iluminada com energia eléctrica. In: *Jornal A Verdade* - 6.º Anno, Domingo 7 de Junho de 1885.º 267.p.3

Porém se o advento das grandes reformas sociais estivesse dependente apenas do common assentimento das classes dirigentes, e das auctoridades constituídas, a lei scientifica chamada — evolução, seria apenas um mytho, uma nobre aspiração nunca realisavel; e as instituições caducas, e os grandes potentados, cuja ultima hora tivesse soado no grande relógio, que marca a vida da humanidade, andariam indifinidamente, como Bertholdo, á procura da arvore em que deveria consumir-se o seu trespasso.

Em Portugal, ultimo termo occidental das mais arrojadas perigrinações das tribus da raça arica, berydos sonhadores aventureiros, que descobriam mundos, não podem os filhos desses heroes que conquistaram palmas a palmo o sólo da patria subjugada pelas mãos suas serracenas, e que sustentaram desigual e prolongada luta pela sua independência, ficar exceptuados da lei universal, que hoje nos serve do thema.

As elevadas tradições democraticas dos municipios dos nossos primeiros burgos livres, secundadas pelo espirito illustrado dos monarchas da dynastia affonsina, se foram um momento atrophiadas pela theocracia do Renascimento; transmitidas pela hereditariadade e accrescentadas pela evolução, resurgem nobres e altivas do seu demorado somno!

A espontaneidade das festas populares celebradas por occasião do tricentenario de Camões, a nobre independência do municipio de Grandola vencendo por varias vezes a auctoritaria tutela do poder central; e ultimamente a attitude do povo de Thomar celebrando assembleas e convocando comícios para impôr ao governo a candidatura do seu procurador ás côrtes, são provas mais que sufficientes de que Portugal se aproxima rapidamente do estado viril das sociedades aptas para se governarem por si proprias, e dispensarem os serviços dos officios tutores, que ameaçam prolongar indifinidamente a sua menoridade.

E. Loureiro

A festa dos taboleiros e o real d'agua

Respeitando todas as crenças religiosas com o mesmo acatamento, como verdadeiro philosopho positivista, não podemos contudo levar o nosso respeito até ao ponto de fazer calar a nossa critica, aliaz sempre despida de rancores, e quanto nos é possível, suggerida pelas considerações objectivas sobre as variadas crenças theologicas da humanidade.

Desmoramos as manifestações externas do culto conhecidas vulgarmente pelo nome de procissões. A concepção da divindade tambem tem a sua evolução principiada desde o primitivo fetichismo até a crença abstracta de uma vontade unica, creadora omnipotente do universo. E' por este motivo que o Christianismo na religião reformada supprimiu as imagens, fórmulas concretas e unicas susceptiveis do haverem germinado nos cerebros juvenis dos nossos antepassados.

Parece-nos além d'isso que a acção civilisadora do Christianismo muito lucraría com a adopção de certas reformas adoptadas ao estado actual da civilisação do homem.

A festa porém designada — dos taboleiros — e instituida de longa data na cidade de Thomar, tem um caracter especial, tao humanitario e altruista, extremamente sympathico, e insignificador da caridade pregada pelo sublimo philosopho da judia.

Pôde dizer-se que no cortejo processional, a que nos referimos produz uma mais a ideia philosophica, do que o rito da theologia. Sympathis-

mos pois com aquella tradicional instituição de puro caracter nacional.

Hoje os poderes publicos negam o seu assentimento á petição que os mordomos da mesma festa lhes dirigiram, a fim de que fossem isentas do pagamento do imposto do real d'agua, as rezes destinadas a ser distribuidas gratuitamente pelas classes desprotegidas da fortuna.

Respeitamos a decisão dos poderes constituídos, e reconhecemos os esforços do sr. escrivão de fazenda do concelho de Thomar para conseguir o favoravel deferimento de tão justa pretensão.

Porém que fazer ante a inflexibilidade da dura lei do real d'agua e do seu respectivo regulamento decretado pelo ministerio da... Granja?

Curvar a cerviz, e quando os thomarenses forem chamados á urna, para escolher o seu representante, imporem a sua vontade soberana, com aquella hombridade, que de longa data lhes é propria, a fim de que para sempre sejam afastados do poder os ominosos ministros, que no seu furor de lançar contribuições chegaram a tributar a caridade.

E. Loureiro

VARIÉDADES

Moedas romanas e godas

A Hespanha separada do imperio romano pelo poder dos Godos, occidentaes ou Wisigodos (1) foi governada pelos reis seus eleitos, porque o throno gothico não era hereditario. Até Leovigildo nenhum d'aquelles reis se distinguia da gente common pelos vestidos, ou por outra qualquer insignia, porém, Leovigildo tendo expulsado do Hespanha os ultimos soldados dos imperadores gregos tomou insignias reais, mandou bater moeda, organisou e estabeleceu leis politicas e civis para os seus vastos dominios. Desde Leovigildo até Roderico successor de Witisa, todos os reis wisigodos cunharam moedas, e por estas melhor do que por nenhuma outra cousa, se pôde avaliar o estado de barbaria em que a esculptura turetica estava em Hespanha n'aquellas epocas. Quasi todas aquellas moedas tem a effigie do rei que as mandou cunhar, mas tão mal esculpida, que ninguém dirá ser figura de rosto humano; é, porém, certo, que as moedas dos imperadores de Constantinopla n'aquelle tempo não eram menos barbaras; ainda assim é por aquellas moedas, que talvez se possam averiguar muitas cousas que por outra parte se não poderiam saber. As moedas antigas são monumentos inalteraveis, auxiliares da historia, e já as vimos terem corrigido o historiadador. Ha pouco tempo encontrei duas d'aquellas moedas, ambas d'ouro, uma do Recaredo (586-601 de J. C.), irmão do santo principe Hermingildo, e outra de Roderico (711 de J. C.), successor de Witisa. A primeira tem uma effigie no anverso e reverso, e n'um dos lados tem a legenda — RECAREDI REX, e no outra — EMERITA VICTOR. A outra tem d'um lado sob o trez degraus uma cruz e a legenda — EGITANIA PIUS, e do outro um coroador, no meio d'uns arabescos,

(1) Os Godos oriundos das margens do Báltico, do origen asiatica dividiram-se em duas grandes familias: os que habitavam ao Oriente chamavam-se Ost-Goths (Godos do leste) e depois corruptamente Ostrogodos; os que habitavam ao occidente chamavam-se West-Goths (Godos do oeste) ou Wisigodos; estes povos tinham a lingua germanica e prosavam pouco as letras. Procopio no seu tratado de bella gothico, livro I diz: Os Godos não queriam a razão era, porque (diziam elles) aquelle, que está acostumado a tremor das disciplinas d'um mestre, nunca osará olhar sem susto para uma epada.

e a pri Ma na par rar na ridi dos rei ro (peit nhe deri por Esti mar cou em mar Besi lom dent ção, do t da r dan ali é n'aq umu tos l vas, te u se ei veitã to de sitios que roma truidã ou de christ

Ma seus i dos a quant a todã intere sada de Jes panha que p pezar liceng mo e Joaqui rinho e os e toman Tho

l A G Enz de jull manhá ha de fornei cal vilagedo, da pra As c secreta não sui manhá chegue passou que vã publico do junl

Rl São e as notie n'estos mium a ultimam ha e q pulavras

Imagem 3 - Referência ao Imposto Real d'Agua no Jornal A Verdade no dia 26 de Junho de 1881 - 2.º Anno, n.º 61.

ali não
er com a
ançar, de
ir alem
Victor Hu-
n nome do
o do altar;
so arras-
bro o grau
; é expro-
t idolatria;
o respeito;
istante pa-
aleza e na
é estar des-
com a ne-
liz em no-
partido das
u inimigo;
se é con-

que a gran-
está no seu
progressivo
de progres-
ar o antigo
propaganda,
ta com mais
lundo em se-
do Club que
etamorphose
alistar-se ul-
guir na mes-
ludiu ás per-
tra os repu-
te ser perso-
litica do ro-
i facto muito
er victim do
b um regitacn
ida a pruden-
acia em pug-
povoa, empre-

mo e fertil, é de uma riqueza immen-
para o indigena ignorante que não
o sabe explorar. E são os homens
do fora que pela sua instrucção e
sciencia os dominam a seu talento,
explorando-os em seu prejuizo. Cen-
saurou a incuria dos nossos gover-
nos em nada fazer para instruir o
africano e mostrou que por seu tur-
no e n'esse mesmo sentido as de-
mais nações europeas tambem pou-
co mais tem feito.

E concluiu o seu discurso inci-
tando os democratas a proseguir no
encetado caminho, finalizando com
dois —vivas— á democracia uni-
versal, e ao Club Escolar Democra-
tico Thomarense.

Terminaremos no proximo numero
extractando os discursos dos sr.
José Vieira da Silva Guimarães e do
nosso particular amigo o sr. Ernes-
to Loureiro.

Não é exacta a noticia dada pe-
lo nosso collega o *Diario da Noti-
cias*, dizendo que a officialidade do
infanteria 11 ia promover uma re-
cita no theatro d'esta cidade. O no-
ticiarista equivoçou-se por certo, ou
foi mal informando.

Dizem-nos que na semana pas-
sada esteve este concelho sem ad-
ministrador durante alguns dias,
por isso que tendo osto ido a Lisboa
não passou a vara ao seu substitui-
to. Felizmente os thomarenses são
pacatos por indole, e a falta não se
fez sentir.

Está já illuminada a luz electrica
uma parte da fabrica de fiação, d'es-
ta cidade. Como desejamos exami-

hoje cumprir um dos m-
santos deveres, o da gra-
tunhando-a por este m-
as pessoas que lhe dispen-
siosissimos serviços, pon-
disposição todos os meios
carecia para occorrer á
que uma doença tão gra-
longada, fora da sua ter-
sariamente lhe traria; n-
deixar de especialisar o
dr. Affonso Dias Morei-
digno facultativo da pra-
zareth, a quem, acima de
vo a vida; jámais olvida-
velo e carinho com que
dispensando-lhe sempre
suo cuidado e a mais
fabilidade, que é dado e
n'um cavalleiro tão disti-
coração tão nobre, pro-
cia e generosa bondade.
Oinda da Piedade Lop-
junta igualmente aqui
sincero agradecimento
pessoas, consignando
medico da praia da Naz-
indelevel gratidão pelo
seu marido devem á
sciencia e generosa bo-
Thomar, 10 de janei

CASA PORTUGUEZA
ESPECIALIDADE
Chá, Café e Generos
Variado e bonito de
louças e vidros, tanto
mo estrangeiros: grand
de candieiros, galhetei
objectos de *toilette*.
Preços convidativos
22, Rua dos Poyues de
Lisboa

Imagem 4 - Referência à Récita que os Officiais da Infantaria n.º 11 iriam fazer, ou não. Fonte: Jornal A Verdade – 18 de Janeiro de 1885. Anno 5 n.º 247.p.3

Tem-se manifestado n'esta cidade alguns casos de variola.

Estevo no dia 23 n'esta redacção o nosso amigo e correligionario o sr. Joaquim Pereira da Silva, actualmente em Lisboa, para onde partiu no comboio da noite.

can
da,
mai
aos
can
já |
I
dos
lar
tivi

Imagem 5 - Alguns casos de varíola na cidade. *Jornal A Verdade* 25 de Janeiro de 1885, Anno 6.n.º 248

Imagem 6 – Crítica mordaz à Festa dos Tabuleiros de 1885. Jornal A Verdade ano 6, n.º 268.p.3.

A	
li-	João Rodrigues Pena e Antonio da Silva Magalhães.
a-	
a	
to	A Festa dos Tabuleiros.
ri,	—Tive logar na sexta feira ultima
ri-	a festa tradicional que serve de epi-
no	grapha a esta noticia, e que tanta
is,	concorrença attrao dos arredores
la	d'esta cidade e de mui distantes
r-	terras.
ni-	O fim da festividade consiste em
o-	propiciar a benevolencia do altissi-
as	mo, comendo pão e carne benta.
na	Ha quem diga que faz muito bem
il,	à saude. Pela nossa parte não te-
—	mos tirado resultado.
	Mas o melhor da festa não é ain-
	da o que fica dito.
	O pão é disposto em altos e for-
s,	mosos cargos armados com flores, e
u-	levados á cabeça por esbeltas ra-
he	parigas, que, em procissão, e segu-
de	rando os tabuleiros em posição que
na-	faz sobresair a sua plasticidade,
z,	precorrem as ruas ao som da com-
le-	potente philarmonica e precedidas
la.	do pendão do Espirito Santo, ollan-
	do para as festeiras, com o biqui-
	nho bordado a prata.
	Não se pode dizer que o fim da
is-	festividade é um acto de caridade.
ou	O pão e a carne são distribuidos
—	por pobres e ricos, como um talis-
ia	man, ou agua de Lourdes.
a-	Ainda mesmo que a festa tivesse
na	por fim soccorrer os pobres, não a
ia	approvariamos.
si-	O que vale dar de comer a um
na	faminto em um só dia dos 365 que
ia	tem o anno, consumindo ao mesmo
e	tempo o importante capital empre-
ce-	gado no banquete?
so	Por isto reprovamos o systema
mi	dos bodos, aliás dados nas melhores
na	intencões, mas que, se são a expres-
ri-	são ingenua e boa do altruismo es-
o-	pontaneo do povo, não deixam de
u-	ser um erro grave contra as eter-
n-	nas leis da sciencia economica.
ri-	Consolidar o capital circulante,
o-	reduzir o dinheiro a propriedade
u-	fixa, de rendimento certo, eis o fim
n-	a que se devem dedicar todos os
a-	homens que trabalham e pensam.
n-	Esto dinheiro todos os annos inu-
n-	tilmente consumido, se tivesse sido
io	capitalizado, a quanto não monta-
na	ria, e que grandiosas obras de todo
is-	o genero não poderia produzir?
io,	A festa dos tabuleiros é no em-
n-	tanto, um facto curioso e digno de
is-	estudo, como manifestação ethnolo-
is-	gica. É uma reminiscencia medie-
is-	val.
is-	Tirem-lhe, porém, as raparigas;
is-	substituam-n'as por marmaljos, e
is-	apostamos que a procissão acaba
le-	n'um instante. Acaba corrida á ba-
to,	tata.
is-	
du	Sexta feira ultima os nossos ami-

decili
aquel
canni
prio
e dig
não e
deus
tambu
vor.
passe
de ai
com
comp
garr
os pre
frivel
alli o
lecid
Cares
vidan
arroji
valio
tinúa
decin
ramo
Es
nosso
segui
A
mos
creve
nos a
por s
dadei
colleg
cellei
bom
reira
Na
não é
ment
tor,
consc
tina
de qu
partiu
En
veital
solo
Ho
minh
ser it
ment
const
juzig
servit
versa
ja, e
com
Po
tor l
te se
govei
imme
de ex
verei
H
sem
e á l

in-
tas
ão
em
ta,
50
li-
e,
00
ei-
s,
os
de
m
s,

encadernação duradoura.
Os livros podem ser dirigi-
dos a Elizeu Egydio.

Antonio da Silva Magalhães re-
cebeu para deposito, e vende
por atacado e a miudo, o guano ar-
tificial da Sociedade Fertilisadora.

São já bem conhecidos os opti-
mos resultados obtidos pelos lavra-
dores que tem feito uzo d'este adu-
bo, e por isso convidamos os agri-
cultores a experimentar, porque de-
certo continuarão a fazer uzo d'es-
te estrume.

MYSTERIOS DE UMA HERANCA

Imagem 7 - Referência à actividade agrícola e de negociante. Jornal *A Verdade* de 3 de Julho de 1883.

regu
do
já a
ver-
das
tex-
da
sr.
sau,
15
um
ria
ara
as-
se
e.
tal
não
in-
pu-
ria,
nu-
na
on-
co,
no
re-
m-
ca
ta,
e-
e-
e-
a-

forçado das suas attribuições; os gover-
nadores e seus conselhos, e o povo.

M.

(Continúa).

Em resposta a um artigo que o
nosso presado collega *O Seculo* nos
dedicou no seu numero de terça fei-
ra ultima, cumpre-nos dizer-lhe, de-
pois de agradecermos as delicadas
referencias que faz á nossa folha,
que a noticia a que se refere, inser-
ta na *Verdade* de 27 de maio últi-
mo, sendo assignada por um cava-
lheiro que não faz parte d'esta re-
dacção, não é da nossa responsabi-
lidade.

Passaram ha dias por esta cida-
de, vindos de Lisboa, onde resi-
diam, o sr. José Joaquim Affonso
e sua esposa, a ex.^{ma} sr.^a D. Lu-
zia, e partiram para os Montes, fre-
guesia das Olalhas, onde vão fixar
a sua residencia em uma bonita e
commoda vivenda que para esse fim
mandaram construir.

O habil professor de instrucção
primaria complementar, o sr. José
Pinto de Madureira, apresentou para
exame em Santarem sete dos seus

guri
ris.
mos
rece
N
feira
demi
ticul
de S
Vian
liz r
Fe
do p
dr. I
gião
Co
os pr
rurae
De
Thon
de fa
sado.
A
ex.^{ma}
Ferre
quatre
ninas

Imagem 8 - Referência ao Jornal A Verdade no Jornal o Século – pode-se ler a referência no Jornal A Verdade de 3 de Junho de 1883.

Para quesequer encomendas
 podem dirigir-se a A. da Silva Ma-
 galhães, Rua Direita da Varzea
 Pequena, n.º 99 —Thomar.

PHOTOGRAPHIA
 DE
A. DA SILVA MAGALHÃES
 Rua Direita da Varzea Pequena, 99
THOMAR.

*Retratos instantaneos pelas processos
 mais modernos, em todos os
 formatos e em todos
 os gostos.*

Ha tambem n'esto estabelecimen-
 to á venda grande sortimento de
 vistas e payagens para albuns.
 Vistas do Convento do Christo e
 das margens do Nabilo, reproduc-
 ções de quadros, etc. etc.

Preços commodos.

Annuncio
 Pelo juizo do direito da comarca
 de Thomar e cartoria da assize

Imagem 9 - Referência do seu trabalho como fotógrafo e qual o género da sua obra num anúncio do *Jornal A Verdade*. 10 de Maio de 1885, n.º 263.

A VERDADE

SEMANARIO DEMOCRATICO

EDITOR, PROPRIETARIO E RESPONSÁVEL — ANTONIO DA SILVA MAGALHÃES

6.º ANNO

DOMINGO, 14 DE JUNHO DE 1885

N.º 268

EXPEDIENTE
São nossos correspondentes e chamam-se autorizados a tomar assignaturas e receber por nossa conta quaesquer valores:

EM MACAU, HONGKONG E MANILA — o sr. dr. Francisco da Silva Magalhães.
EM PARIS — Mr. A. Lorette, rue Saint Anne, 51, bis.
EM MADRID — sr. D. Manuel Salo- ta, Cava Baja, 3, 3.º.
NO RIO DE JANEIRO — o sr. Julio Cezar Baptista, rua do Ouvidor, n.º 99.
EM LUANDA — o sr. João Simões d'Abreu.
EM TETE — o sr. Anacleto Nunes.

THOMAS

ALEXANDRE JOSÉ ALVES

Temos ouvido todos os dias apregoar que a democracia é o campo de especulação das idéas, onde não deve entrar o culto dos homens. Essa concepção não é inteiramente positiva. Com o primeiro homem nasce o governo do autropontificalismo, isto é, a philosophia que dá seu deus aos deuses e as virtudes humanas; a philosophia que gerou a adoração.

Foi esta philosophia, apilando e aglomerando pelos antigos chronicistas, que fez da historia uma biographia de reis; umas epicurezadas em que se registavam os grandes acontecimentos reaes, e em que os grandes factos sociais eram attribuidos á intelligencia e á vontade dos reis.

Passar subitamente d'esta crenga feticheira para a abstracção completa de tudo quanto seja humano, é falso e inútil. O povo, para acreditar nas religiões, precisa ter fé nos apostolos.

Já se não fazem as grandes apoteoses nos conquistadores? nos grandes illuminados pela allucinação mystica? Mas que importa? Fazem-se nos salicatos geniais, as grandes dedicações civicas, nos grandes caracteres.

Transformam-se o sentimento; o

FOLHETIM A PEROLA.

O sr. Marcelino de Mesquita, intelligente estudante do 5.º anno medico, acaba de escrever com aquelle titulo uma comedia-drama, que tendo chegado a ser ensaiada no theatro normal, foi d'elli humida pelo auctoridade fiscal do governo, não sabemos se por suggestão da propria consciencia, ou a pedido do varias familias da calçada do Salitre, como nos diziam.

Diz-se que no correr dos ensaios aquella auctoridade doocorriu no drama certas crenças naturalistas que muito deviam offender o pudor do publico.

Isto deu lugar á publicação de uma serie de artigos no jornal as Noticias, em que o fiscal do governo se occupava da empresa do theatro normal sabiamos sufficientemente esalvarados. A peça retirada do theatro normal, tem sido represso-

molbil das colossaes manifestações modernas revela uma grau superior de moralidade e um grande avanço philosophico; mas, no fundo, apparece o homem com objectivo da glorificação devida ás virtudes cunctas.

Hoje vamos saudar um filho do povo que pela sua extraordinaria dedicação conquistou nobremente um lugar dos mais distinctos entre os benemeritos da causa democratica. Chamamos **Alexandre José Alves**.

Director do jornal *A Republica*, que se publica no Funchal, ardeente entusiasta pelos sacrosantos principios da democracia, foi arduamente envolvido nos processos arbitraríos com que os auctoritarios da realeza pretendiam alafar os clamores das viúvas e dos orphãos que ficaram, na notabilissima aspiração dos funcionarios.

Jazeu oito mezas sepultado em uma morra infecta, onde os seus companheiros do infortunio, viúto e tantos, quando detidos, mal cahião no subraio.

Depois d'este longo e lento padecer de todos os dias, de todas as noites foi, afinal, julgado innocente absolvido pela benifica instituição do jury, onde não mandam os esarlarados dos principes.

Tinha familia, e familia numerosa, a quem ostremecia. O emprego, quando livres de um banco, havia perdido durante o tempo da prisão, por suggestões perdidas da colligação monarchica.

Acho-se livre, redendo da mulher dos filhos, mas sem um bocado de dinheiro para se manter.

Foi neste momento angustioso, em que fallece o animo mais nobre e levantado ante o conflicto dos mais repugnantes sentimentos, que o governador civil o elamou e o libertou, com palavras mansas:

«Eu admiro a grandeza do seu coração; o sr. é um homem de bem. Tal companhia em Massamedes tem perdido de um guarda-livros. Se o veitar o legar, receberá quatrocentos mil réis por meza, passagen pagas, e o dinheiro adiantado que quiser.»

Elle não accittem. Veio para Lisboa, pobre, mas digno, procurar no

tudo com geral applauso no theatro do Principe Real, e mereca realmente que d'ella nos occupemos com a imparcialidade que deve caracterizar a critica honesta.

Não temos o gosto do conhecer pessoalmente o distincto escriptor, e esperamos que o sr. ex.º recobrir com benevolencia os reparos que por ventura tivermos de fazer ao seu trabalho.

Em primeiro lugar, devemos dizer-lhe que cá por fora se assereva que a rejeição da *Perola* no theatro de D. Maria proveio de uma questão de geometria. Pelos modos, uma horizontal julgar ver no drama uma parallela, a sua autobiographia, com a simple differença no doentes final. A protagonista morre por amor a outra vao vivendo d'isto, ou de coisa que se parece, não vive mal. Tratase.

Cada vez acreditamos com mais animo na maxima que Victor Hugo não nos enganamos, por na bocca de um seu personagem colobrar: *Chaque a secura*

trabalho, livro dos compromissos que deslustram, o sustento d' seus filhos.

Chegou á capital no dia do grande banquete democratico. Mativemos a seu lado, e por conservar o admirar aquelle confrade, a quem o ostremecia tanto hoje todo o proprio respeitosa admiracão.

Faz bem ao espirito, o que vão correndo, obse grandes rasgos do civismo nobre e do partido que honra de estar ligado.

A idéa moral do destino solto é uma idéa falsa; falsa, prejudica a orientação da vida; o amecido da vida errada da psycholophysica.

Um conflicto de dois mundos leucum é uma idéa falsa para o mundo, para o mundo colectivo pelo mundo individual. O interesse terreno dos accinvolta a ambicao desmterno interesse ultratermo e anti social.

Alexandre José Alves a mais nobre de todas as idéas: representa o sacrificio de todos os interesses os affectos, incluindo do pai, em beneficio da idéa da patria, em proveitividade — nação reconstruicão e mais leucum.

Por isto em tributo aqua a quem uma vez mal apudada a magnitude do mundo da minha mais profunda fé, na singularidade da fé, que me perloe na p aquell deixo traçadas, com cordalidade do meu espirito empunhado de um devadador democratico.

DESORTOL

SANTARE

Aquella cidade, capital trictico, e por tantos titulos monção huerosissima, ucar atrás no movimento tico, que todos os dias meoio se accotam, a cidade do muito alto senhor de

Em primeiro lugar, dizer ao sr. Mesquita que nos de amores por nos re que se vende por nbi pelo que uma pessoa que tu que casa, não é obrigado do a chave, como venem do a Vila do Cavalleiros e outras aphrodisias em furtos nosos avós, com saciedade, abstinencias e

Fomos ver a *Perola* com o consocio. Lamos pelo canudo com os nosos botões; pará isto, sonheva? est mo da moda onde irá da

Qualquer dia verem os actas da vida mais occulta não pode ser. A arte do obscuro. O verdadeiro r teatro, deve dissacar u

eml com a maxima verdade, para fazer uma synthese usual, deve ser uma copia fiel da vida real, que do leite pela semillanca e castigue pe la negativ; mas ha um limite, alem do qual o realismo levta a mo- talis.

Do distribuir da nossa folha, deve ter sido inaugurado na terra egípcia o primeiro cine papillio-cho, com o nome de um de seus filhos

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

Dividido o autor a obra em sete capitulos: I — *Concepção geral da familia*; II — *Instituição da familia*; III — *Perpetuação da familia*; IV —

EXPEDIENTE

São nossos correspondentes e chamam-se autorizados a tomar assignaturas e receber por nossa conta quaesquer valores:

EM MACAU, HONGKONG E MANILA — o sr. dr. Francisco da Silva Magalhães.

EM PARIS — Mr. A. Lorette, rue Saint Anne, 51, bis.

EM MADRID — sr. D. Manuel Salo- ta, Cava Baja, 3, 3.º.

NO RIO DE JANEIRO — o sr. Julio Cezar Baptista, rua do Ouvidor, n.º 99.

EM LUANDA — o sr. João Simões d'Abreu.

EM TETE — o sr. Anacleto Nunes.

THOMAS

boa transição de boas peças, que ainda assim não representam, nem podem representar actas da sociedade portugueza.

Por tanto, todos os elogios são poucos para animar o retido sr. Marcelino de Mesquita a metter

(Continua).

Imagem 10 – Referência aos correspondentes, também muitas vezes designados por enviados especiais, no estrangeiro. Pode-se ler a referência no Jornal A Verdade, a 14 de Junho de 1885, anno 6, n.º 268.

A VERDADE

SEMANARIO DEMOCRATICO

EDITOR, PROPRIETARIO E RESPONSÁVEL — ANTONIO DA SILVA MAGALHÃES

6.º ANNO

Thomar: trimeiro, 240 réis; Lisboa, provincias e ilhas, trimeiro, 260; semestral, 520; numero unico, 20 réis. — Pagamento adiantado. Correspondencia dirigida á redacção da Verdade — Thomar.

DOMINGO, 16 DE AGOSTO DE 1885

No corpo do jornal, 40 réis a linha; na secção d'annoncios, 20 réis. Assignaturas menos 20 por cento. — Assignaturas feitas ás publicações litterarias ou artisticas, recebendo-se deito exemplares.

N.º 277

EXPEDIENTE

São nossos correspondentes e achem-se autorizados a tomar as assignaturas e receber por nossa conta quaisquer valores:

Em MACAU, HONGKONG e MANILA — o sr. dr. Francisco da Silva Magalhães.

Em PARIS — Mr. A. Lorette, rue Sainte Anne, 51, bis.

Em MADRID — sr. D. Manuel Salazar, Calle Boja, 3, 3.º.

No Rio DE JANEIRO — o sr. Julio Cesar Baptista, rua do Ouvidor, n.º 90.

Em LOANDA — o sr. João Simões d'Albrey.

Em TETE — o sr. Anacleto Nunes.

THOMAR

O que será feito de nós?

A politica monarchica está-se desfazendo n'uma decomposição medonha. As idéas emancipadoras geram o vicio da immutabilidade. A lucta das aspirações cividas foi substituída pela lucta das elevadas interesses. A monarchia faz do parlamentarismo uma corrupção em dois actos: a corrupção eleitoral, e a corrupção dos eleitos.

Entre as portas do forum luctam, e lide covis os debates dos tribunals. Tudo isto é medonha: ali não se discute: joga-se. Não ha campos adversos. O que vedes é um falso torneo de palavras. Harilite todos os tribunals sem distincção do signis, o de entre elles, todos confundidos, vereis diversos grupos, que representam, não communitade de idéas, mas a communitade da gahupa. Cada grupo é um syndicato para explorar a nação. Um quer o monopolio dos phosphoros: é a firma Philippe Octavio e companhia; outro as obras colossales do porto de Lisboa: chama-se Milício, Cortes e outros; outro quer uma concessão de fortificações: é representado pelo con-

FOLHETIM

A MORAL POSITIVA. Pelo dr. Clavel.

Irregularidades do varia especie tem sido observadas no seio das familias que a miseria accumulou no mesmo quarto, quando as crianças dos dois sexos dormem na mesma cama, e quando cada um é testemuhado de actos intimos dos outros. A abstenção é poderosa auxiliar da moralidade da familia, permitindo aos paes, aos irmãos e ás irmãs, occupar quartos separados, e prover sem prejuizo da decencia os actos intimos que o corpo exige.

Em toda a parte onde esta virtude capital fôr respeitada, a honestidade apparente converter-se-ha em realidade, que chega até á palavra fallada, e não consentirá que a phrase floresca e livre, depois de ter incido nas crianças dos dois sexos, em assumptos que devem ignorar, fizesse afigurarem peccadilhos aquillo que ellas devem considerar como crime.

cessionario Margal Pacheco; outro, o maior, e mais poderoso, o mais rico senhor em praças, villas e castellos; o que levanta exercitos, cunha moedas, e administra alta e baixa justiça, e concede foros de nobreza, e o grande apicamento da companhia real dos caminhos de ferro portuguezes.

Esta merce mentis especial. Aspira á sussema dos syndicatos inferiores. As leis naturaes por que se regem o monopolio do ouro, seguem o mesmo caminho das que regeram o poder feudal. Dentro em pouco o pais inteiro terá vez pelas ricas senhoras da companhia real.

As sessões da assembleia geral (concilio) dos barões da companhia são invariavelmente precedidas de grandes commoções economicas, como o equinoxio produz rumores de tempestade. Os fundos descem, tremem os estabelecimentos do credito, e no extrangeiro surgem pamphletos diffamatorios da honra nacional.

Oh! e no campo da monarchia não ha uma voz horrada para levantar uma cruzada contra semelhante degradação de sentimento, contra uma tão desenfreada desvergonha!

N'este meio deve ser um cargo trístico e fingido de rei.

Eu se fosse rei, por dignidade, retirava-me. Não podia ser testemuhista passiva d'esta medonha oligarchia, d'este rebulção do sentimento.

Mariano de Carvalho, o antigo Juvenal da monarchia, corrigiu-se. Já não escreve no *Diario Popular*: faz baixar os fundos publicos e subir os seus. Antes de partir para o extrangeiro, fizesse despolir do rei e fazer a grande honra dos erros antigos. Chegámos a isto.

O caminho do ferro de Ambaca está promettido a outro candilho furibundo, hoje mauzo e quedo.

Os alagados do Algarve foram tambem oburgados aos servidos leaes.

Até onde irá isto?

DISCURSOS N.º 1.

A decencia rigorosamente observada ensina á mocidade as delicadezas de sentimento que são a base da dignidade. D'aqui resulta, no seio da familia, o respeito mutuo, que é para a moral um precioso auxiliar, que evita as desavencas, as injurias, e as sevicias do toda a especie, e que faz com que a vergonha recaia sobre quem insulta, e deixa illeso o ultrajado. Em semelhante escola o triumpho da força não vem ensinar a barbarie e a approximar o coração humano do coração do bruto. Forma-se uma aliança contra o oppressor, a qual assegura a independencia dos fracos. Os irmãos e as irmãs tem o sentimento da sua equivalencia; consideram-se membros do mesmo organismo, e não admittem nem o privilegio nem a servidão. A isto respeito, a instituição dos morgados falsos os instinctos naturaes, attribuindo ao acaso do nascimento regras e vantagens não justificadas por qualquer qualidade pessoal. Entre os povos que conservam aquelles direitos, é atacado o amor fraternal; a casa é abandonada pelos filhos mais novos; e lar pa-

AOS INTOLERANTES

Eu só conheço uma coisa que possa compararse á intolerancia religiosa, que produziu as grandes luctações das cruzadas, a *Saint Bartholomay*, e a Inquisição: é a intolerancia anti-religiosa, que eu considero um dever de todo o bom republicano combater a todo o transe.

Eu não renego um apice das minhas firmes creanças sobre radicalismo philosophico, e por ellas panto o dirijo todos os actos da minha vida individual e a minha propaganda na imprensa; mas não posso tolerar que se pretenda lançar a suspeita de heterodoxia politica sobre qualquer confrade, pelo facto de ter casado assim, ou de ter casado assado, e de seguir esta ou aquella creença religiosa. Ou eu perdi toda a noção de que é a verdadeira democracia, ou ella significa a tolerancia mais leal e mais franca para todas as religiões.

Só conheço uma coisa para que reconheço a intolerancia: é contra os intolerantes.

E' um não verdade que promettimo e havemos de cumprir a mais completa neutralidade do estado em assumptos de religião? So assim é, e que significam os discursos entre republicanos, a proposito de questões religiosas?

há de ser conservador, ser positivista? E acaso dis-cos a sciencia positiva que o sentimento religioso de um povo quasi feticheira pôde ser transformado com violencia? ou com arrebatamentos de mau genio?

Eu não quero affrontar pessoas algums. Tenho a honra de militar no partido republicano e por elle continuo a empregar todo o meu esforço limitado enquanto lá me quizerem. Quando perceber que sou demais, retiro-me, e tenho conquistado o direito de dizer bem alto que cumpri descombratamento o meu dever.

Fui eleito para fazer parte da commissão organizadora da associação *Anti-clerical*, juntamente com os meus confrades, os sr. Drs.

terno é para elles abrigio momentaneo. A falta de mutualidade faz que o egoismo, tão desenvolvido nas crianças, passe do morgado, demasiado favorecido, a seus irmãos desherdados, e esta aprendizagem da vida sob a maxima do cada um por si forma o caracter dominador das nações onde vigora a instituição dos morgados e os privilegios que d'ella resultam (1). O inverso acontece entre aquelles povos que mantem a equivalencia entre os filhas da mesma familia, e fazem roinar entre elles a lei da mutualidade. Quando em determinado grupo social não ha senhor nem servo, nem oppressor, nem opprimido, não se nasce a communitade de vida tão necessaria á harmonia, á alegria e ao praxer. Na negão commum, é necessario attender á vontade d'outrem e subordinar o in-

teresse pessoal ao interesse geral. (2) O egoismo cede o passo ao altruismo; a fraternidade estabelece uma aliança contra o inimigo commum, e combinada com o amor paternal e filial, produz o instincto familiar e a solidariedade entre individuos de idade e aptidões diversas. E' do sentimento familiar, da alma da familia, que a creança tira as suas qualidades moraes. Sob o facto da casa paterna, está como em sua casa, mas é obrigada a conceder direitos eguaes a todos que a cercam; tem o seu quinhão na ocolho da herdeada, sob a condição de tomar parte no amanho; mas se a propriedade se lhe apresenta como direito do usufructo, nem pôde abusar d'elle, nem dispor d'ella sem o consentimento d'outrem. N'estas circunstancias, o filho familia é obrigado a apreciar as differencas da posse individual e da posse collectiva, de que lhe pertencem o individuo e do que pertencem á casa. Soutido a necessidade do respectar o equiubo de seus irmãos, faz a aprendizagem da probidade.

No communitario familiar, a propriedade é, ainda, mal determinada e confundido-se com o uso; commutida ella assume caracteres diferentes conforme se trata da casa, das provisões, do vestuario, dos instrumentos de trabalho, ou dos brinquedos.

As crianças sabem distinguir, desde a idade dos tres annos, a posse collectiva da posse individual, e sabem dizer: isto é nosso, ou isto é meu. Tem a pretensão de velar por uma e por outra, revoltam-se contra os ataques que podem ser-lhes feitos; e não reconhecem nos proprios pais o direito de as privar dos seus brinquedos, quando o uso d'elles incommoda a familia inteira.

Nota do traductor.

Theophilo Braga, Azevedo, Consiglieri Pedrosa e Antonio de Castro. O primeiro, por ausencia, não tomou parte nos trabalhos. Dos quatro que ficaram, os sr. Dr. Azevedo, Consiglieri Pedrosa e os fomos do opinio que deviamos propor a substituição do nome da Associação pelo de *Anti-jesuítica*. Foi quanto bastou para que o sr. Antonio de Castro abastou a commissão e no seu jornal nos tratasse meos delicadamente.

Eu desculpou-lha, pela minha parte, o docto que não mereci, e desculpo-lho porque sei que as melhores intenções pôde muitas vezes aliar-se a paixão por uma idéa. Quasi que respeito o seu ardor.

O mes fim, accetando o honroso cargo de membro da commissão, não era combater o clero: era combater os abusos do clero e a franquia de governo, era combater o ultramontanismo e o jesuitismo.

Como politico, se levantasse a guerra contra o sentimento religioso do pais, mentis ao credo que defendo. Como philosopho commettoria um erro de doutrina, porque já mais o sentimento religioso pôde tolerar a violencia. Ante o supremo medo de alim tumulto, não ha revolução que vença.

Quem ha pouco combatis os artigos declamatorios contra a monarchia, por inance, não tem o direito de levantar o grito de guerra contra o poderoso sentimento religioso da nação, o que bradar ao vanto. E' o clero nosso adversario? No dia em que vencermos será nosso aliado. O clero indigena é d'este feitio. Em 33 todo seguiu a causa d'aquelle que vencido, dava mitras e curatos. Não faremos mais dar-lhe os honros todos de uma vez, porque não traríamos do coiza da egreja. A Deus o que é de Deus, e ao estado o que é do estado.

E' desconhecido muito profundamente o caracter nacional appor que do ataque ao sentimento geral do pais, nos resultaria o mais pequeno avanço.

O povo das freguezias rurales, se se levanta por motivos religiosos, é

terroso pessoal ao interesse geral. (3)

O egoismo cede o passo ao altruismo; a fraternidade estabelece uma aliança contra o inimigo commum, e combinada com o amor paternal e filial, produz o instincto familiar e a solidariedade entre individuos de idade e aptidões diversas. E' do sentimento familiar, da alma da familia, que a creança tira as suas qualidades moraes. Sob o facto da casa paterna, está como em sua casa, mas é obrigada a conceder direitos eguaes a todos que a cercam; tem o seu quinhão na ocolho da herdeada, sob a condição de tomar parte no amanho; mas se a propriedade se lhe apresenta como direito do usufructo, nem pôde abusar d'elle, nem dispor d'ella sem o consentimento d'outrem. N'estas circunstancias, o filho familia é obrigado a apreciar as differencas da posse individual e da posse collectiva, de que lhe pertencem o individuo e do que pertencem á casa. Soutido a necessidade do respectar o equiubo de seus irmãos, faz a aprendizagem da probidade.

No communitario familiar, a propriedade é, ainda, mal determinada e confundido-se com o uso; commutida ella assume caracteres diferentes conforme se trata da casa, das provisões, do vestuario, dos instrumentos de trabalho, ou dos brinquedos.

As crianças sabem distinguir, desde a idade dos tres annos, a posse collectiva da posse individual, e sabem dizer: isto é nosso, ou isto é meu. Tem a pretensão de velar por uma e por outra, revoltam-se contra os ataques que podem ser-lhes feitos; e não reconhecem nos proprios pais o direito de as privar dos seus brinquedos, quando o uso d'elles incommoda a familia inteira.

Nota do traductor.

quando lhe prohibem os enterramentos dentro dos adros das egrejas. As suas maiores festas, são as processões, os cirios, as romarias. Não se sabe abrupamente de quem mandou, para o livro pantheonico, nem da *luzerna dicta* para a lal sciencia. Como não é o homem do presente: é o Messias do futuro. Se elle fosse pregar no Bom Jesus do Monte, não o crucificariam: lapidariam, e o Valladas lavarias as suas milhas.

Eu, quando vejo este delirio pelo impossível, tenho ás vezes delirios pelo que é possível.

Oh! Mas ainda bem que ha republicanos que não se affrontam com a fraternidade, e que não vsm uma tibieza de fé democratica no mais sincero respeito para a creança intima de cada cidadão.

Se ao terminar o seculo XIX pedísse, por uma regressão, volver o terrorismo da intolerancia, ou teria muita honra de expirar a vida pela tolerancia; mas, ainda sob a guilhotina, não luvim de insultar os meus carnaços. E' esta a differença que ha entre mim e ellas. Eu attribuo a sua allucinação á grandeza indomita das suas aspirações. Papolles casa justa.

Mas, ainda bem que não são unites, e que declamam contra uma esguma. Do contrario não dava 5 réis pela minha segurança.

ERNESTO LOUREIRO.

NOTAVEL

O delirio do melhoramento material levou o governo do S. M. a apprehender um verdadeiro cumulo. Reparam os leitores na seguinte portaria publicada na folha official de 10 do corrente meo:

«Sua Magestade El-rei, deferindo uma representação datada de 27 de janeiro de 1884, da camara municipal do concelho de Castello de Paiva: Ha por bem, nos termos da lei do 15 de julho de 1862, conceder á mesma camara o subsidio de 723\$766 réis para a construção do lanço da estrada municipal de 1.º classe, da margem direita do rio

«sar d'elle, nem dispor d'ella sem o consentimento d'outrem. N'estas circunstancias, o filho familia é obrigado a apreciar as differencas da posse individual e da posse collectiva, de que lhe pertencem o individuo e do que pertencem á casa. Soutido a necessidade do respectar o equiubo de seus irmãos, faz a aprendizagem da probidade.

No communitario familiar, a propriedade é, ainda, mal determinada e confundido-se com o uso; commutida ella assume caracteres diferentes conforme se trata da casa, das provisões, do vestuario, dos instrumentos de trabalho, ou dos brinquedos.

As crianças sabem distinguir, desde a idade dos tres annos, a posse collectiva da posse individual, e sabem dizer: isto é nosso, ou isto é meu. Tem a pretensão de velar por uma e por outra, revoltam-se contra os ataques que podem ser-lhes feitos; e não reconhecem nos proprios pais o direito de as privar dos seus brinquedos, quando o uso d'elles incommoda a familia inteira.

Nota do traductor.

(Continúa).

Imagem 11 - Referência aos problemas de índole religiosa. Jornal A Verdade 16 de Agosto de 1885, anno 6, n.º277.

AOS INTOLERANTES

Eu só conheço uma coisa que possa comparar-se á intolerancia religiosa, que produziu as grandes hecatombes das cruzadas, a *Saint Barthélemy*, e a Inquisição: é a intolerancia anti-religiosa, que eu considero um dever de todo o bom republicano combater a todo o transe.

Eu não renego um apice das minhas firmes crenças sobre radicalismo philosophico, e por ellas pauto e dirijo todos os actos da minha vida individual e a minha propaganda na imprensa; mas não posso tolerar que se pretenda lançar a suspenso da heterodoxia politica sobre qualquer confrade, pelo facto de ter casado assim, ou de ter casado assado, e de seguir esta ou aquella crença religiosa. Ou eu perdi toda a noção do que é a verdadeira democracia, ou ella significa a tolerancia mais leal e mais franca para todas as religiões.

Só conheço uma coisa para que aconselho a intolerancia: é contra os intolerantes.

E' ou não verdade que promettemos e havemos de cumprir a mais completa neutralidade do estado em assumptos de religião? Se assim é, q' que significam os discursos entre republicanos, a proposito de questões religiosas?

Já é ser conservador, ser positivista? E acaso diz-vos a sciencia positiva que o sentimento religioso de um povo quasi fetichista pôde ser transformado com violencia? ou com arrebatamentos de mau genio?

Eu não quero affrontar pessoa alguma. Tenho a honra de militar no partido republicano e por elle continuarei a empregar todo o meu esforço limitado emquanto lá me quizerem. Quando perceber que sou demais, retiro-me, e tenho conquistado o direito de dizer bem alto que cumpro desassombadamente o meu dever.

Fui eleito para fazer parte da commissão organisadora da associação *Anti-clerical*, juntamente com os meus confrades, os srs. Drs.

Theophilo Braga, Azevedo, Consiglieri Pedrosa e Antonio de Castro.

O primeiro, por ausente, não tomou parte nos trabalhos. Dos quatro que ficaram, os srs. Dr. Azevedo, Consiglieri Pedrosa e eu fomos de opinião que deviamos propôr a substituição do nome da Associação pelo de *Anti-jesuítica*. Foi quanto bastou para que o sr. Antonio de Castro abandonasse a commissão e no seu jornal nos tratasse menos delicadamente.

Eu desculpo-lhe, pela minha parte, o doeste que não mereci, e desculpo-lh'o porque sei que ás melhores intenções pôde muitas vezes aliar-se a paixão por uma idéa. Quasi que respeito o seu ardor.

O meu fim, accetando o honroso cargo de membro da commissão, não era combater o clero: era combater os abusos do clero e a fraqueza do governo, era combater o ultramontanismo e o jesuitismo.

Como politico, se levantasse a guerra contra o sentimento religioso do paiz, mentia ao credo que defendo. Como philosopho commetteria um erro de doutrina, porque já mais o sentimento religioso pôde tolerar a violencia. Ante o supremo medo de além tumulo, não ha revolução que vença.

Quem ha pouco combatin os artigos declamatorios contra a monarchia, por inanes, não tem o direito de levantar o grito de guerra contra o poderoso sentimento religioso da nação, o que bradar ao vento.

E' o clero nosso adversario? No dia em que vencermos será nosso aliado. O clero indigena é d'este feitio. Em 33 todo seguiu a causa d'aquelle que vencia, dava mitras e curatos. Nós faremos mais: dar-lh'os-hemos todos de uma vez, porque não trataremos de coisas da igreja. A Deus o que é de Deus, e ao estado o que é do estado.

E' desconhecer muito profundamente o caracter nacional suppôr que do ataque ao sentimento geral do paiz, nos resultaria o mais pequeno avanço.

O povo das freguezias rurais, se se levanta por motivos religiosos, é

quando lhe prohibem os enterramentos dentro dos adros das igrejas. As suas maiores festas, são as procissões, os cirios, as romarias. Não se salta abruptamente do *quemaduro*, para o livre pensamento, nem da *buena dicha* para a lei scientifica. Como não é o homem do presente: é o Messias do futuro. Se elle fosse prégar no Bons Jeaus do Monte, não o crucificariam: lapidariam, e o Valladas lavaria as suas mãos.

Eu, quando vejo este delirio pelo impossível, tenho ás vezes desalientos pelo que é possível.

Oh! Mas ainda bem que ha republicanos que não se affrontam com a fraternidade, e que não vêem uma tibieza de fé democratica no mais sincero respeito para a crença intima de cada cidadão.

Se ao terminar o seculo XIX podesse, por uma regressão, volver o terrorismo da intolerancia, eu teria muita honra de expôr a vida pela tolerancia; mas, ainda sob a guilhotina, não havia de insultar os meus carrascos. E' esta a differença que ha entre mim e elles. Eu attribuo a sua allucinação á grandezza indomita das suas aspirações. Faço-lhes essa justiça.

Mas, ainda bem que não são muitos, e que declamam contra uma esquina. Do contrario não dava 5 réis pela minha segurança.

ERNESTO LOUREIRO.

NOTAVEL

O delirio do melhoramento material levou o governo do S. M. a apprehender um verdadeiro cumulo. Reparom os leitores na seguinte portaria publicada na folha official de 10 do corrente mez:

«Sua Magestade El-rei, deferindo uma representação datada de 27 de janeiro de 1884, da camara municipal do concelho de Castello de Paiva: Ha por bem, nos termos da lei de 15 de julho de 1862, conceder á mesma camara o subsidio de 7235756 réis para a construção do lanço da estrada municipal de 1.^a classe, da margem direita do rio

Imagem 11.1 – pormenor.

A VERDADE

SEMANARIO DEMOCRATICO

Editor, Proprietario e Responsavel — Antonio da Silva Magalhães.

6.º ANNO

Thomaz trimeiro, 240 réis; Lisboa, provincia e Ilhas, trimeiro, 250 réis; numero, 600; numero avulso, 20 réis. — Pagamento adelantado. Correspondencia dirigida á redacção da Verdade — Thomaz.

DOMINGO, 10 DE MAIO DE 1885

No topo da folha, 40 réis a linha; na secção d'annuncios, 30 réis. Annuncios em todas as publicações litterarias ou scientificas, recebendo-se dois exemplares.

N.º 263

THOMAZ

Terminou com o n.º 350 da Verdade o seu quinto anno de existencia, e deouramos alguns dias a colectarção do seu annuario para, no festejarmos com a inauguração da machina que acabamos de receber de Allemania.

Para corresponder ao benevolente recolhimento de publico, e á affluencia do original e de annuncios aumentamos o formato á nossa folha. E' como respondemos nos pillos de chamadores da monarchia que andam p'ra lá a cantar a nossa ruina, porque socialista e meio se p'nsam para o campo dos contrarios.

Em agora um anno, diziamos nos: *As monarchias chamadas liberas, nos ultimos momentos, appellam-se a processos autoritarios das vellos despotismos. E' este o periodo que atravessamos.*

Com effeito, na vespera de um recedimento de publico, e á affluencia do original e de annuncios aumentamos o formato á nossa folha. E' como respondemos nos pillos de chamadores da monarchia que andam p'ra lá a cantar a nossa ruina, porque socialista e meio se p'nsam para o campo dos contrarios.

Em agora um anno, diziamos nos: *As monarchias chamadas liberas, nos ultimos momentos, appellam-se a processos autoritarios das vellos despotismos. E' este o periodo que atravessamos.*

FOLHETIM

NEVER MORE!

Estamos na vasta quadra, a que se chama a enfermaria de S. José, da prisão do Limoeiro, sala que doam por homenagem ao Latido de sr. D. Luiz L. E' enorme, de seis janelas viradas ao nascente, no andar mais alto do edificio. L'ardes nos e cuidadas; nem traço de molhido. Não tem doentes.

As fendas vê-se um palco de baifloras de papel, e punho de bocea pintado pelo Minerva. Na tableta a inscripção: *He moras hominum castigantur*. E' o theatro dos condemnados.

Como Garrett tinha a religião dos olhos pretos, em que descejava morrer, (que sujeito!) nós temos a religião dos momentos.

O Limoeiro é, para nós, theatro de tragédias precellias, que se perdem nos contos naturalistas de Fernaldo Lopes, tão cheios do sentimento e do vida, como raras hoje sabem escrever-se.

Que tragedia consequentada se não passaram ali na cidade média, e se passaram ainda nos nossos dias!

N'uma das ultimas tardes, fomos visitar o Latido de sr. D. Luiz L. Estava acompanhado de outro querido confiado nosso. A sala era deserta. Ouvimos uns sons dolentes de guitarra, que vinham das janelas arredadas do andar inferior. Era

Ilhões Lima não resuscitou os restos da *Ribeira Brava*...

Eis, também, dançada o anno decorrido, promulgado o código penal de Lopo Garrote que priva da garantia do jury os accusados de delictos de imprensa; e código que equiparou o furto do um sabonete do cylinder a um sabonete dado na cylinderica pessoa do rei; um código que favoreceu o grande criminoso e deprecia o jornalista independente.

Até mesmo tempo que, no interior, temos ido, pouco a pouco, perdendo liberdades, lá fora, temos perdido vastos territorios, e o que vale mais: temos perdido a honra. A sombra de um pacto deshonroso firmado, sob os auspícios do Alfo dos principes, entre as ambições fregues monarchicas, as opposições abstracso no t'ncito momento, de combater na camera legislativa uma reforma falsa do falso código fundamental.

Um decreto dicitatorial e attentatorio do poder legislativo, reformou e exercido, no dia immediato ao encerramento das obras. Esse acto revolucionario do poder, assumiu mais tarde, um caracter corruptor e affrontoso da dignidade do braso exercito portuguez: as numerosas promoesões foram publicadas no annuario do rei, como quem dá uma porção a um servicial, em casa rica; não como recompensa por serviços feitos á patria; mas como quem vai assalariar pretorias.

As dividas particulares do rei vão ser pagas com os dinheiros publicos. Na camera dos lordes, votou-se a loi sem discussão. Mil contos mais que se servem na voragem...

No meio d'esto conflicto medonho de tarpezas e loucuras, só ha a coherencia e a logica da corruptio e da força em favor do principio monarchico. Ouds apparece uma reforma que se acompanhava á guitarra uns suspirios solidos, em heroico quebrado, cantado em lá menor, e obrigado a um ritornello, que terminava no seguinte verso:

O triste escaerrelado.....

Estavamos n'este anelão d'almas, a vêr navios no largo ancoradouro do Tejo, quando scintilmas atraz do véu rumor de passos.

Era um sujeito alto e forte, de barba ruiva, tez queimada do sol e da salgada briza do mar, olhar aberto e limpido e extremamente vestido de preto á quaker. Era um facinoroso e saxão de respeito.

Commandava um navio caravello. Chegado a Lisboa, veio a terra, o como inglez legitimo, foi provar das aguas. Não perdeu a correção do porto, mas subiu-lhe á cabeça o porto. Algum brilho mais nos olhos andava uns momentos. Eis tudo.

Entrou n'uma tipica e foi dar uma corridá e metta da lançada. Apeou-se, e voltou cinco tozões na mão do boileiro. Este abanou a cabeça.

—Oh! no tres dollars, e por mim, podia ser bom do bife mais cinco carinhos.

O inglez detandou-lhe um sacco, d'estes que mettem os tempos dentro, mas que não fazem mal nenhum. N'isto apparece um policia, leva preto e pobre, bife, e deixa em paz o boileiro.

siencia a vencer, vno primeiro a balda a pedangões; os raios, recorrem á frotza tyrannica dos tyranometes da *evoluta classorada*.

Ainda assim, por entre os encarecimentos irrisorios dos jornalistas insubmissos, largas manchas de sangue tiogam as mãos dos nossos perseguidores: Madeira, Ourém e Airosa ali esulto a attestar o que dizemos.

Eis o que se tem passado ha um anno para cá, nos angustiosos e negros factos da politica monarchica.

Em questões, propriamente da politica democratica, temos mostrado a nossa independencia. A grande autoridade do partido republicano está na severidade com que sabe combater o vicio e pugnar pela justiça. No dia em que um falso acoutimentalismo nos levar a fazer o silencio á roda de um delicto, n'esto dia, teremos recusado todo o caminho nobremente percorrido.

As nossas confrades e leitores, só temos a dizer que firmos a diligencia por continuar a merecer a sua castima.

A REDACÇÃO.

AQUELLA BALDA!

Os charamellos e bifanos da monarchia andam para ali n'uma berrata medonha, porque um erudito filiado á ultima hora no partido republicano, se passou para as botas da benta monarchia.

Olhem, quando para cá veio, fido com um pé no socialismo, e para lá com as inclinações antigas.

Temos pena que desertasse, não pela falta que faz; mas porque nos tinhamos acostumado a reverenciar o sr. Oliveira Martins, como um homem do coração, sinceramente

Andou o pobre homem em bondades, da esquadra p'ra Hon Hora, e da Hon Hora para o Limoeiro. Não sabemos se foi no carrozgem colunar. Dil-o-ha o Organizador. O ingls a historia do seu crime. O

ingles arrelvava-se. Tres dias de prisão! E por cada dia do demora que tiver o caravello, pagará em Londres 10 libras de multa! Lá o tempo é dinheiro.

—Oh! mein hora depois de eu sahir d'aqui, vossemecê verá levantar ferro o meu brigue, e nunca mais voltar porto de Lisboa. Never more!

Magalhães Lima teve d'ó companheiro de infortunio.

N'isto, veio a noite, e cada um dos dois deixou a grande sala de S. José, e foi recolher-se á sua cella. O nosso querido Latido ainda capriou a vista pelo Tejo, mirou as bastadas do sr. director, que evocou no fuso do castello de *Coracivilis*, e mettu-se na cama. Adormeceu acalentado com o alerta estid das sentinellas.

Lá pela noite adiantou accordou com um passe palavra mais forte, e viu luz pela bandeira da porta, que separa o quarto da grande sala com o sr. Therapereiro.

Temos novidade. Levantou-se e espreitou.

Viu em cima do paleo um estreito colcho de bordo, e o inglez deitado a ler o *Times*.

Oh! diabo, o bife pega fogo ás

dedicado á causa democratica; como um critico de fino quilates por vezes, modelo de estylo naturalista sentimental, ainda que enlombado de um mysticismo colectivo que lhe dava ares inoffensivos do propheta da ficança.

Tudo isso passou. N'uma e supozemos homem pratico, llaras vezes o honoso accumul applicas conceptivas da apitides excruciantes; a quasi sempre os homens do anglo p'bem em pratica os planos alheios.

As empresas em que entrou e que foram por agua abaixo, ali o estylo atitastante.

Ha de fazer bellos artigos do fundo, mas não lhe salvaguarda as fignasas, pelo amor de Deus. Não porque deice de ser pessoa muito capax, ainda que tem a nota socialista, sabe levar a agua ao seu moitino e a braxa á sua sardinha; mas porque temos realmente medo d'aquelle systema que faz a nação muito rica e os cidadãos muito pobres, que é a synthese do todo o socialismo: trabalhar para a cidade.

Que lhes faça muito bom proveito, nos srs. progressistas e grande homem que nos levaram, mas que não nos faz falta.

Fartos de socialistas machos e fomes raiamos nós. Aquella balda!

O nosso confrado e sr. Esteves Alves remetteu-nos uma poesia dedicada ao valente tribuno e nosso querido amigo, o dr. Magalhães Lima, a fim de se publicarmos na Verdade. Como já sabiamos, por certo exemplo, que o dr. Magalhães Lima, sempre agradeça muito a intenção obsequiosa dos nossos correligionarios, prefezo que se não d'd publicidade a panegyricos, a seu respeito, pedimos ao sr. Esteves Alves, nos desculpe por não publicarmos o seu escripto. Julgando

hambolinas, arde o estabelecimento e morremos aqui todos queimados, sem poder fugir. Isto é serio.

Magalhães Lima arranha o ingles. Chegou-se á rampa, e fallou assim:

—Então, o sr. está deitado aqui?

—Oh! yes.

—Mas porque sahio do quarto?

—Oh! muito pilhos! dirty thing!

E quixom-se depois, que nos chamam a Turquia do occidental. Que irá o ingles contar do nós!

—Tenha paciencia, meu amigo, é preciso apagar a luz. E' regulamento da casa.

—Oh! então para que me moro uma vela do estearina e uma caixa de phosphoros? E' extraordinario!

—Tenha paciencia, quando ulho, vou chamar o guarda.

O bife fingiu resignar-se, assopeou a luz, e tudo ficou em silencio.

Quasi de manhã, tornou Magalhães a acordar. Vê luz, levanta-se, espreita. Era o ingles a ler o *Times*!

.....

No dia seguinte foi domingo, e não mais, nem menos de 300 pessoas visitaram o nosso bom Latido. Na Ajuda não ha tanta concorrencia. O ingles estava admiradissimo.

—Oh! que é isto?

—São amigos meus que vdem visitar-me.

—Ah! Tantos! Quem é o senhor?

—Sou um jornalista republicano.

interpretar os sentimentos d'este nosso confrade, mandamos entregar ao Limoeiro ao dr. Magalhães Lima o autographo que recebemos, e elle encarregou-nos de transmitir ao sr. Alves o seu agradecimento.

INVESTIGAÇÕES PALEONTOLOGICAS

Cassiano de Loué Frazão

Em 1883, por occasião de se construir a estrada districtal n.º 60 que liga a Batalha com a Castanheira do Pôrta, em cuja fiscalização se estava empregado, informo-nos o arrematante d'uma das empredias de terraplanagem, de que era frequentador appareceram nos côrtes, a par do grande quantidade de conchas, alguns ossos fósseis.

Isto era a final naturalismo. A zona que a compritada atravessava é composta de terraco occioso da epocha terciaria, caracterizado perfeitamente pelo calcario ordinario que se sobrepõe immediatamente ás areias maritimas de formação superior. Por esta circumstancia pouco consideração dei aos achados, até que um novo facto veio despertar-me a curiosidade d'explorar e estudar uma pouco minuciosamente aquella que heize de pôde classificar de estylo "humano" pre-historica.

A estrada passa n'um ponto denominado os Poveiros Altos, que são duas pedras collocadas nos lados e muito proximas d'ella, n'uma côrte de 3º 40' d'altura, feito um rocha. Exactamente entre os dois pedreiros, que se acham situados a 4800 metros para O.S.O. d'Alvalaizero, a estrada cortou um pouco obliquamente uma caverna de pouca largura, cheia de terra e que parece devia ter mais um ou dois metros de profundidade; e

—Oh! então isto por cá, a respeito de republica?...

—Vamos andando, vamos andando, graças ás doçicas d'estes srs. que nos governam.

—Mas qual é o crime por que o prendiram?

—Eu lhe digo. Foi por ter dito umas duas palavras no meu jornal, a respeito do rei.

—E que pena lhe deram?

—Um mes do prisão e multa correspondente.

O ingles ficou passado. Da admiração entrou em jovialidade communicativa e franca.

—Oh! em Inglaterra não é costume prender jornalistas. Ainda ha pouco, por occasião da morte do orlado John, disseram da rainha Victoria e que Maria não disse do touché; e tratava-se da reputação de uma mulher: Uma mulher! Ah! ah! mas que disse vossa mercê do rei? Ah! ah! Chegou-lhe bem? Ah! ah!

De hoje a oito dias estou em Londres.

Na manhã seguinte foi-se o ingles. Supprimiram o bife a Magalhães Lima, e mais tarde depois, encostado ás grades da janella, viu o bife levantar ferro, e fazer-se ao largo.

Cumprir a sua palavra! Magalhães já se tinha affligido ao seu companheiro do exilio.

Nunca mais voltará no porto de Lisboa Never more!

Imagem 12 - Referência ao gosto pelo partido republicano no Jornal A Verdade. Domingo, 10 de Maio de de 1885, anno 6 n.º 263.

THOMAS

Terminou com o n.º 360 da *Verdade* o seu quinto anno de existencia, e demorámos alguns dias a celebração do seu anniversario, para o festejarmos com a inauguração da machina que acabamos de receber de Allemãha.

Para corresponder ao benevolente acolhimento do publico, e á affluencia do original e de annuncios augmentamos o formato á nossa folha. E' como respondemos nos pífios declamadores da monarchia que andam p'ra lá a cantar a nossa ruina, porque socialista e meio se passou para o campo dos contrarios.

Faz agora um anno, diziamos nós:

As monarchias chamadas liberas, nos ultimos momentos, appellau para os processos auctoritarios dos velhos despotismos. E' este o periodo que atravessamos. . . .

Com effeito, na vespera, um redactor da *Verdade* o nosso velho amigo havia sido condemnado, por supposto abuso de liberdade de imprensa, no tribunal d'esta comarca, em homenagem á prosapia e á fidejacia do leader da grei regeneradora cá da terra. N'este momento, o advogado que, faz um anno, veio defender o supposto reu, está pagando no Limociro por outro analogo e supposto crime. Mas, a sentença que condemnou Ernesto Loureiro, dizia:

«Attendendo, porem, a que o reu provou o seu bom comportamento anterior, e que foi provocado em diversas nuuncras do jornal. . . . publicando tambem n'esta cidade, sob as auspicias do quizoso, que d'elle era collaborador, com palavras injurias e phrases menos cortezes. . . .», e a sentença que condemnou Maga-

lhes Lima não resuscitou os mortos da Ribeira Brava. . .

Foi, tambem, durante o anno decorrido, promulgado o codigo penal do Lopo Garrote que priva da garantia do jury os accusados de delictos de imprensa; o codigo que equipara o furto de um sabonete de cylindro a um sabonete dado na cylindrica pessoa do rei; um codigo que favorece o grande criminoso e deprecia o jornalista independente.

Ao mesmo tempo que, no interior, temos ido, pouco a pouco, perdendo liberdades, lá fóra, temos perdido vastos territorios, e o que vale mais: temos perdido a honra.

A' sombra de um pacto deshonroso firmado, sob os auspicios do Aio dos principes, entre as ambiciosas facções monarchicas, as opposições abstoom-se n'este momento, de combater na camara legislativa uma reforma falsa do falso codigo fundamental.

Um decreto dicitatorial e attentatorio do poder legislativo, reformou o exercito, no dia immediato ao encerramento das obras. Esse acto revolucionario do poder, assumia mais tarde, um caracter corruptor e affrontoso da dignidade do brioso exercito portuguez: as numerosas promeções foram publicadas no anniversario do rei, como quem dá uma gorgola a um serviçal, em casa rica; não como recompenza por serviços feitos á patria; mas como quem vai assalariar pretorianos.

As dividas particulares do rei vão ser pagas com os dinheiros publicos. Na camara dos lords, votouse a lei sem discussão. Mil contos mais que se sorvem na voragem. . .

No meio d'este conflicto medonho de torpezas e loucuras, só ha a coherencia e a logica da corrupção e da força em favor do principio monarchico. Onde apparece uma re-

sistencia a vencer, vão primeiro a balala a sedução: no resista, recorre-se á frouxa tyrannia dos tyrannetes de miolêira desbordada.

Ainda assim, por entro os encarceramentos irrisorios dos jornalistas insubmissos, largas manchas de sangue tingem as mãos dos nossos perseguidores: Madeira, Ourem e Aviosa ali estão a attestar o que dizamos.

Eis o que se tem passado ha um anno para cá, nos sanguinolentos e negros factos da politica monarchica.

Em questões, propriamente da politica democratica, temos mostrado a nossa independencia. A grande auctoridade do partido republicano está na severidade com que sabe combater o vicio e pugnar pela justiça. No dia em que um falso sentimentalismo nos levar a fazer o silencio á roda de um delicto, n'esse dia, teremos recuado todo o caminho nobremente percorrido.

Aos nossos confrades e leitores, só temos a dizer que faremos a diligencia por continuar a merecer a sua estima.

A REDACÇÃO.

AQUELLA BALDAI

Os charamelcros e pifanos da monarchia andam para ali n'uma berrata medonha, porque um arudito filiado á ultima hora no partido republicano, se passou para as hostes da benta monarchia.

Olhem, quando para cá veio, ficou com um pé no socialismo, e para lá vac com as inclinações antigas.

Temos pena que desertasse, não pela falta que faz; mas porque nos tínhamos acostumado a reverenciar o sr. Oliveira Martins, como um homem do coração, sinceramente

Imagem 12.1 – Pormenor da notícia.

cien-
r po-
tava.
pelo
al u-
o era
que
e ca-
e. A
man-
lios o
um
is na
le ca-
parte
pe-
ue os
tamos
o em
tro do
o seu
tave
mo do
is en-
ção do
e dos
inter-
u com
prohi-

NOS acrescentamos: aquella hora,
Magalhães Lima estava em Santa-
rem, e Ernesto Loureiro muito des-
cançado em sua casa.

Diz mais o referido collega:

Tumor e cancro.

«Lê-se no orgão da patrulha Valbom:»
«O republicanismo portuguez não é um
partido; para tanto basta vêr a qualidade
dos chefes. E' porem, uma doença, um tu-
mor. . . »

Agrada-nos a denominação; os medi-
cos podem dizer que os tumores salvam a
vida nos corpos enfermos. E é o tumor
republicano que ha de salvar a vida da
sociedade portugueza.

Entretanto, tambem vamos dar a do-
nominação ao monarchismo portuguez;
não é um partido: para tanto basta vêr
os laparões que exornam os seus chefes:
a cruz de Santulho, o contrabando, da
Luz do Dia, os emprestimos Youle, as
mobilias roubadas nos palacios dos go-
vernos ultramarinos, os processos abasa-
dos de ladrões e falsarios, etc., etc. E' po-
rem, um cancro infecto, que corroe pela
podridão este infeliz Portugal.

E cancro mata sempre.»

E' cancro o tonia e pustula ma-
ligna: suga-nos o sangue e enveno-
na-nos.

A HISTORIA E A POLITICA

Imagem 13 -Defesa ao partido Republicano, carregado de ironia. Jornal *A Verdade*
18 de Janeiro de 1885, anno 5, n.º 247.

em que
) inimi-
empo o
z, e em
mprega-
estrolico
ade de

a obra
to usa-

ramen-
do do
ereram
Gomes
anho á
or elle,
são que

Gomes
ento ao

Um homem que se fez republica-
no em consequencia d'esta inaudita
malandrice.

O nosso presadissimo amigo, o
sr. Carlos Relvas e sua ex.^{ma} filha
D. Margarida Relvas, acabam de re-
ceber os mais subidos e justos lou-
vores do jury da exposiçãõ techno-
logica celebrada em Paris no anno
de 1882, em consequencia dos pri-
morosos trabalhos photographicos,
com que concorreram áquelle cer-
tamen artistico.

A' ex.^{ma} sr.^a D. Margarida Rel-
vas, foi concedida a medalha de
prata, a par dos principaes artistas
francezes e estrangeiros.

Segundo telegrammas de Ma-
drid, Sua Alteza Real, o principe
regento, o sr. D. Carlos não entra

Col
to, fo
ção de
servo
Castro
colloc
de po
em v
do fa
que p
le offi
corpo
podia
dentes
se ap
dia a
Eis
todos c
imposto
Um
soffrido

Imagem 14 - Referência a Carlos Relvas e à sua filha, Margarida, no Jornal A Verdade. 10 de Junho de 1883, anno 4, n.º 163.

INVENTÁRIOS DO CONVENTO
DE CRISTO, EM 1834

Já nestes Anais foram publicados alguns inventários, documentos sempre cheios de interêsse para o estudo dos assuntos que interessam a União. Publicamos agora os feitos em 1834, quando da incorporação dos bens dos Conventos, e que dizem respeito aos objectos de ouro e prata, paramentos e imagens. Não nos trazem o conhecimento de muitos factos novos, mas alguma coisa se pode dêles obter, sobretudo no que diz respeito às imagens.

Também nos fornecem indicações seguras quanto ao estado de decadência a que a Ordem tinha chegado, mesmo admitindo que, antes da chegada dos funcionários arroladores, alguns objectos haviam sido retirados.

As notas que acompanham o texto, são da Redacção.

Os originaes acham-se actualmente no bem organizado Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, sob a cota: — Instituições Religiosas — Frades.

INVENTARIO DOS VASOS SAGRADOS, PARAMENTOS,
ORNATOS DO TEMPLO, E UTENCILIOS DO CULTO

Anno do Nascimento do Nosso Senhor Jesus Christo demil outo centos trinta equatro, aos trinta de Julho do dito anno em esta Notavel Villa de Thomar, e Real Convento de Christo, onde eu Escrivão vim emcompanhia do Doutor Antonio Peixoto d'Almeida Provedor do Concelho, ebem assim do Doutor Joze Antonio Ferreira dos Reis Fiscal da Fazenda Nacional para se proceder ao inventario dos Vazos sagrados, Paramentos, ornatos do Templo, e utencilios do Culto, e entrega dos mesmos aos Delegados do Prelado, confórme as Instrucçoens, que forão remetidas do dito Provedor pelo Sub-Prefeito desta Commarca; e sendo presente o Superior deste dito Convento Frei Joaõ de Barros e VasConcellos, o ditto Provedor lhe deferio o juramento nos Santos Evangelhos, e lhe encarregou, que debaixo do mesmo declara-se todos os objectos acima declarados, que se pertendiaõ inventariar; o que elle havendo jurado assim prometeo cumprir, e logo declarou que os mencionados objectos erão os seguintes

PRATA E OURO

Huma cruz d'ouro esmaltada com o espinho da corôa do Senhor de pêso d'oito arrateis menos cinco onças. ⁽¹⁾

Huma cruz d'ouro pequena arelicada do Santo lenho, de pêso de vinte e duas oitavas, em que entra uma pedra, que tem. ⁽²⁾

O braço, e a mão direita de São Gregório Nazianseno encastoadada em prata, em pêso de cinco arrateis e doze oitavas. ⁽³⁾

Hum cófre de prata dourado, em que se expoem o Santissimo em Quinta-feira Santa em pêso de vinte e quatro arrateis e tres onças. ⁽⁴⁾

Huma Costodia de prata dourada de pêso de seis arrateis e seis onças.

Hum Vazo do Sacrario de prata dourada de peso de cinco arrateis e duas onças.

Hum Vazo do Sacrario de prata dourada, mais pequeno com o pezo de hum arrate menos tres oitavas.

Hum calix grande de prata dourada, que servia aos Pontificaes, de pezo de cinco arrateis e quatro onças. ⁽⁵⁾

Seis calices de prata dourados irmaões com o pezo d'onze arrateis e cinco onças.

Dois calices de prata dourados lizos, com o pêso de dois arrateis e huma onça.

Onze patenas de prata dourada de pezo de quatro arrateis menos huma onça.

Dez colherinhas de prata, humas douradas, e outras não, com o pêso de duas onças.

Huma Imagem de Santo Antonio com o Menino Jezus nos braços, de prata, e capa d'ouro, com o pezo de tres arrateis menos meia onça. ⁽⁶⁾

Huma reliquia com uma columna de prata dourada com o pêso d'oito onças e seis oitavas.

(1) Ver nos *Anais*, vol. I, pág. 4 e 7. Hoje, no Tesouro da Sé de Lisboa.

(2) Idem, idem, e também a pág. 53. Hoje no Tesouro da Sé de Lisboa,

(3) Idem, pág. 6. Hoje no Tesouro da Sé de Lisboa.

(4) Idem, pág. 5 e vol. II, pág. 61. Hoje no Museu Nacional de Arte Antiga.

(5) Idem, pág. 5 e vol. II, pág. 77. Hoje no Museu Nacional da Arte Antiga.

(6) Idem, pág. 6 e vol. II, pág. 79. Hoje no Museu Nacional da Arte Antiga.

Hum resplendor tambem de prata grande, com o peso de dois arrateis, edoze onças e meia.

Hum resplendor tambem grande, de prata, que senão pezou por estar na Cabeça do Senhor no Altar Mór.

Dois resplendores pequenos de prata com o pêso de quatro onças e meia.

Quatro corôas de prata com o pêso de quinze onças e meia.

Huma candella de prata com o pêso de dez onças e seis oitavas.

Hum Thuribulo e Naveta de prata com o peso de dois arrateis, e doze onças.

Hum prato de galhetas de prata com o peso d'outro onças.

Huma caldeirinha, e hizope de prata com o peso de tres arrateis menos meia onça.

Huma cruz procicional com Imagem de Santo-Christo de prata dourada com o peso de quatro arrateis e meio, e a aste de latão.

Quatro annéis de pedras, que servião aos Pontificaes, sendo dois muito antigos. (7)

Hum caixão de lata com muitas reliquias. (8)

Huma cruz peitoral dourada, que existe em poder do ex Prior Mór Dom Jose Maria.

Huma cruz peitoral d'ouro, que deixou ao Convento o Dom Prior Mór de Palmélla, e existe em poder do ex Prior Mór Dom Jose Maria.

PARAMENTOS

Hum palio de damasco de seda bordado com franjas d'ouro, e suas respectivas varas depáo, dourado.

Huma umbélla de damasco branco.

Hum Fraldictorio com suas tres capas branca, encarnada, e rôxa, com franja d'ouro, sendo as ditas capas de damasco de sêda. (9)

(7) Ver nos *Anais*, vol. I, pág. 6, e vol. II, pág. 80. Dois dêles, hoje no Museu Nacional de Arte Antiga.

(8) Idem, pág. 7. Recolheu à Casa da Moeda, mas ignora-se o destino que teve depois.

(9) Foi entregue à Igreja de S. João Baptista e está hoje depositado no Museu da União, sem capas.

Tres Miteras huma bordada com pedras, e estolão, e duas lizas. ⁽¹⁰⁾

Hum baculo depáo dourado. ⁽¹¹⁾

Hum Geniflexorio com capa de pano verde.

Humas sandas, e um par de meias pontificaes.

Tres casullas, ou planetas dedamasco deseda branco.

Quatro Estólas, e cinco manipulos.

Huma casulla dedamasco deseda branco de ramagem com estolla, e manipulo.

Seis casulas de damasco deseda encarnada com quatro estolas, e cinco manipulos.

Quatro cazulas de damasco preto com cinco estolas, e seis manipulos.

Huma cazula de damasco de seda com duas côres encarnada, e branca, com estola, e manipulo muito uzado.

Huma casula de veludo verde muito usada.

Huma casula de seda encarnada muito uzada.

Duas dialmaticas dedamasco de seda branco.

Duas dialmaticas de damasco de seda encarnado.

Duas dialmaticas de damasco de seda preta.

Duas Tunicellas de seda branca.

Duas Tunicellas de seda preta.

Hum estolão de damasco rôxo.

Hum estolão de damasco preto.

Hum véo d'ombros de damasco de seda branco.

Hum véo d'ombros de damasco de seda encarnado.

Hum véo d'ombros de damasco de seda rôxa.

Huma capa de damasco de seda branca uzada.

Huma dita de damasco de seda encarnada.

Huma capa de damasco de seda preta.

Huma capa de damasco de seda rôxa.

Hum docél, e cortinas de damasco de seda branca do Altar-Mór.

Hum docél de damasco de seda branca com as meis pertenças da Cadeira Prelatica, e hum pano de nobreza de cobrir a mesma cadeira.

(10) A mitra com pedras falsas pertence à Câmara Municipal de Tomar, e está hoje depositada no Museu da União.

(11) Idem, idem.

- Hum frontal de damasco de seda branca uzado.
- Hum frontal de damasco de seda encarnado.
- Hum frontal de damasco de seda rôxa.
- Hum frontal de damasco de seda preta, todos do Altár Mór.
- Oito frontaes de damasco de seda rôxa.
- Hum frontal de damasco branco de ramagem da Capella do Santissimo com hum pavilhão da mesma seda, e damasco.
- Hum frontal de damasco de seda rôxo do mesmo. Altar com pavilhão do mesmo.
- Dois frontaes de damasco cramezim muito velhos.
- Huma almofada de damasco de seda branca de ramagem.
- Duas almofadas de damasco brancas, e encarnadas.
- Quatro almofadas de damasco de seda rôxo.
- Huma almofada de damasco encarnado, e outra rôxa pertencentes ao Geneflatorio.
- Huma almofada de belbutina prêta.
- Huma almofada grande de veludo encarnado, e bordada, para Prociçoens.
- Quatro missaes trez muito uzados.
- Tres bolças de corporaes de damasco de seda branca.
- Tres bolças de corporaes de damasco de seda branca.
- Tres bolças de corporaes de damasco de seda encarnada.
- Tres bolças de corporaes de damasco de seda rôxa.
- Huma bolça de corporaes de damasco de seda preta.
- Cinco Véos dos Calices, de seda branca.
- Hum Véo de calix de seda de ramagem.
- Três véos de calix de seda encarnada.
- Trez véos de calix de seda rôxa.
- Hum véo de calix de seda preta.
- Hum véo de tafetá verde de cobrir o Altar Mor.
- Onze véos de tafetá verde de cubrir os Altares colatraes.
- Hum pano do pulpíto de damasco branco de matizes.
- Tres cortinas de damasco cramezim com sanefa.
- Quatro ditas mais pequenas com sanéfas.
- Humas ditas com sanefas de damasco encarnado.
- Duas ditas de seda roxa com sanefas.

(Continua)

INVENTÁRIOS DO CONVENTO
DE CRISTO, EM 1834*(Concluído da pág. 96)*

Hum setial de damasco carmezim muito velho e por isso ficou na Igreja por detrás do Crucifix do Altar Mor.

Hum dito detafetá rôxo, que serve na Capella Mór.

Cinco sanéfas de seda.

Hum véo branco, e outro roxo, com que está coberto o Senhor Morto e por isso senão tirárão.

Hum véo denobreza encarnada com estrelas de prata, que serve na Exposição do Santissimo.

Hum pano do Tumulo debelbutina preta.

Hum pano de belbutina preta com seus pertences.

Tres casulas rôxas novas.

Oito Estolas, e seis manipulos rôxos.

Huma cazula de veludo bordado muito uzada.

Hum reposteiro bordado muito grande.

Hum pano verde da Sachristia.

Huma caixa da Custodia.

Huma caixa das Ostias velha de lata.

Huma banquetta de cruz, e seis castiças do Altar Mór.

Oito banquettas de cruz, e seis castiças dos Altares colatrais.

Huma banquetta de cruz, e seis castiças do Altar da Senhora das Dôres.

Huma banquetta sem cruz, e seis castiças da Capella do Santissimo.

Huma banquetta de cruz, e quatro castiças da Capella do Menino.

Humas Sacras douradas do Altar Mór.

Quatro ditas douradas dos Altares colatraes.

Sessenta castiças do Torono de páo dourados.

Trinta e dois parafuzos dos castiças do Torono.

Seis toxeiros grandes prateados.

Quatro castiças de latão.

Tres pares de galhetas de vidro.

Hum prato de galhetas de vidro.

Dois pratos de galhetas d'estanho.

Quinze alvas de linho em bom uzo.
 Vinte e nove ditas mais uzadas.
 Trinta e dois amittos.
 Dezesseis cordões.
 Quatro corporaes.
 Cincoenta sanguinhos.
 Dezessês manustergios.
 Dezoito toalhas dos Altares.
 Duas toalhas grandes de limpar as mãos.
 Cinco ditas mais pequenas.
 Trinta e oito Sobrepelizes redondas.
 Trinta e seis Sobrepelizes com mangas.
 Hum Santo Sudario.
 Hum Candelario do Cirio Pascal de bronze.⁽¹²⁾
 Hum candieiro das Trévas.⁽¹³⁾
 Cinco punhos do Cirio Pascal.
 Huma cana de serpentina.
 Duas alampadas de latão, sendo uma prateada.
 Quatro alcatifas, sendo duas mais uzadas.
 Hum capacete d'armar os Cavaleiros da Ordem.
 Hum manto branco de saeta d'armar os cavaleiros.
 Duas ambolas dos Santos óleos d'estanho.
 Hum candieiro de lata da Estante do Côro.
 Nove pedras d'ara.
 Dez castiças velhos d'estanho.
 Hum ferro de fazer hostias.
 Huma campainha.
 Huma campainha.
 Huma caldeirinha, e izopo de latão.
 Hum arieiro d'estanho velho, e uma escova.
 Hum Seremonial destinado para quando entrão, e profissão os
 Freires, e quando se armão os Cavaleiros, e se lhe deita o habito.
 Hum dito dos Bispos.
 Hum dito Latino de Bauldre.
 Hum Pontifical Romano.

(12) Foi entregue à Igreja de S. João Baptista.

(13) Idem.

Hum Ritual Romano.
 Dez Percecionarios d'enterros.
 Quatro livros de cantar a Paixão por muzica.
 Hum dito por Cantuxão.
 Duas artes de cantuxão de Magra em quatro tomos.
 Seis livros grandes nòvos do Côro, e dois uzados.
 Dois jogos de Breviarios de quatro tomos cada jogo muito uzados.
 Huma pequena Estante.
 Hum Thorono, que serve para a Exposição na Semana Santa.
 Dezoito moxos, que servem na Igreja.
 Huma cadeira dos Ponteficaes.
 Sessenta arrateis de cêra.
 Hum Órgão, que ficou na igreja.

IMAGENS

Huma Imagem de Santo-Christo na Capella Mór.⁽¹⁴⁾
 Huma Imagem de Nossa Senhora das Dores na sua Capella,
 eahi mais quatro Imagens pequenas.
 Huma Imagem do Menino de Jesus.
 Huma Imagem do Senhor morto, de pedra.
 Huma Imagem do Senhor prezo à Cruz no Cruzeiro.⁽¹⁵⁾
 Huma Imagem do Santo Christo pequena do refeitório e outra dita na Caza do Capitulo.

E por esta forma findou este Inventario por não haver mais que descrever, segundo declarou o Superior, emesmo em vista do respectivo Inventario particular que appresentou. Esendo presentes os Delegados eleitos pelo Ouvidor Geral da Prelaria, Frei Candido Jose Monteiro do Rego Abranches, e o Padre Affonso Victo de Lima Velho, por elles forão recebidos os objectos declarádos neste Inventario, mandando o mesmo Ouvidor fazer entrega do ouro, e prata ao Depositario Padre Affonso Victo de Lima Velho, e dos

(14) Cremos ser a que até há pouco ali se conservava, e ainda hoje está no Convento.

(15) Acha-se hoje no mesmo local. Ver o que dela se disse na pág. 193 do vol. I destes Anais.

mais paramentos, e utencilios ao Depositario Frei Candido Jose Monteiro do Rego Abranches, e disserão se davão por entregues, e se obrigavão a dar conta dos mesmos, logo que lhe fosse ordenado à excepção dos objectos existentes na Igreja, por não estarem de baixo das suas vistas, não obstante recebêrem as chaves da mesma Igreja, por isso que fica em distancia da Villa, recommendando-lhes o dito Provedor todo o cuidado, e boa conservação do que recebião, e que não deslucassem as Imagens e cruces; edetudo para constar fiz este Inventario, que assignarão com o dito Provedor, e comigo. Eu Joze d'Almeida Xavier o escrevi, e assignei = Joze d'Almeida Xavier = Doutor Peixoto = Joze Antonio Ferreira dos Reys = Frei João de Barros e Vaz Concelos Presidente = Frei Candido Joze Monteiro do Rego Abranches = Padre Affonso Victo de Lima Velho. Está conforme ao próprio remetido em 6 de 7br.º de 1834.

(a) José d'Almeida Xavier